

Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo

MÉDIO PURUS II

Paumari do Lago Marahã,
Paumari do Rio Ituxi
e Jarawara/Jamamadi/Kanamati



PPTAL Projeto Integrado de Proteção às Populações
e Terras Indígenas da Amazônia Legal

Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo

MÉDIO PURUS II

Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi
e Jarawara/Jamamadi/Kanamati

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTRO TARSO GENRO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

PRESIDENTE MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA

ALOYSIO ANTONIO CASTELO GUAPINDAIA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CELSO ALBERICI

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PPTAL

WAGNER PEREIRA SENA



Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo

MÉDIO PURUS II

Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi
e Jarawara/Jamamadi/Kanamati

Organização
FUNAI / PPTAL / GTZ

Brasília, 2008

A **Série Estudos** é uma publicação FUNAI/PPTAL/GTZ para disseminação de produtos e experiências, resultantes da implementação do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

Equipe Técnica PPTAL

Wagner Pereira Sena (Coordenador)
Adreny Costa
Charles Henrique
Elza Freitas
Izabel Gobbi
Juliana Sellani
Luis Nogueira
Lourena Florindo
Maria Guiomar Melo
Rogério Eustáquio de Oliveira
Slowacki de Assis

Equipe da Cooperação Técnica GTZ

Sondra Wentzel (Coordenadora)
Márcia Maria Gramkow
Elisabeth Jucksch Torquato

Edição: FUNAI – Fundação Nacional do Índio / PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal / GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Coordenação de Organização: Márcia Maria Gramkow

Organização de Mapas: Dan Pasca e Charles Henrique

Colaboração de Produção: Izabel Gobbi

Autores: Peter Schröder (Antropólogo), Plácido Costa (Ambientalista)

Organização de Texto do Relatório para Publicação: Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Catálogo e Revisão de Bibliografia: Cleide Albuquerque Moreira - CRB 1100

Projeto gráfico - Arte final: Agência Grow Up

Realização: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL

Apoio: KFW Entwicklungsbank – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Copyright © 2008 by FUNAI/PPTAL/GTZ

Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa dos editores FUNAI/PPTAL/GTZ.

Dados internacionais de catalogação Biblioteca “Curt Nimuendaju”

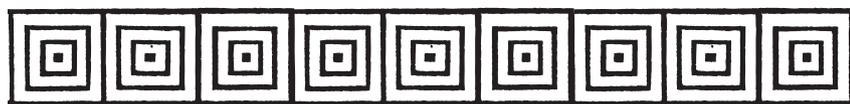
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL; COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT. (Orgs.). Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II: Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamati. / SCHRÖEDER, Peter; COSTA, Plácido. – Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008. 207p. Ilust.

ISBN 978-85-7546-024-5

1. Antropologia Cultural 2. Etnoecologia 3. Índios – Brasil 4. Organização Sociocultural 5. Recursos e Uso Sustentável
I. Autor II. Título

CDU 502:572.95(81):333

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL
Cooperação Técnica Alemã – GTZ
SEPS Qd. 702/902 – Bloco A 3º andar
CEP 70390-025 – Brasília – DF
Telefones (61) 3313.3515 / 3322-8925
www.funai.gov.br – pptal@funai.gov.br – pptal-gtz@funai.gov.br



Agradecimento

Aos Paumari, aos Apurinã, aos Jarawara e aos Jamamadi/Kanamati das Terras Indígenas Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi, Jarawara/Jamamadi/Kanamati, que permitiram a realização deste levantamento, contribuindo assim com o diálogo entre os povos.

Sumário

Apresentação dos Levantamentos Etnoecológicos	8
Prefácio	15
A Região do Complexo	17
Licalização	17
Caracterização ambiental	19
Caracterização social e econômica	26
Os Povos Indígenas do Complexo	35
Características gerais	35
Os Paumari	40
Os Apurinã	57
Os Jamamadi	70
Os Jarawara	82
Quem são os Kanamati?	83
Ocupação e Usos nas Terras Indígenas do Complexo	85
Terra Indígena Paumari do Lago Marahã	85
Características Gerais	85
Comunidades Paumari	90
Comunidades Apurinã	106
A questão dos limites da terra	122
Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi	124
Características gerais	124
Paumari	126
Apurinã	140
A questão dos limites da terra	148
Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati	150
Comunidades Jamamadi	154
Comunidades Jarawara	172
A questão dos limites da terra	187
Conclusões	191
Referências Bibliográficas	197
Siglas	207



Apresentação dos Levantamentos Etnoecológicos



A série Estudos resulta do trabalho conjunto de diversos técnicos integrantes do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), das equipes de estudiosos e especialistas das áreas de conhecimento antropológico, ambiental-ecológico e dos povos indígenas.

Tornar possível essa publicação é contribuir para o diálogo dos povos indígenas, da sociedade em geral com o patrimônio e com o reconhecimento dos direitos constitucionais.

Para realização desses estudos, foi essencial a construção de uma abordagem metodológica orientadora da concepção englobante das perspectivas étnicas e ecológicas dos indígenas, a ser implementada com profissionais que detivessem, além da experiência, formação antropológica e ambiental/ecológica para uma leitura e um trabalho integrado.

No formato apresentado, a produção é voltada para amplo público, não necessariamente familiarizado com as ciências sociais e ambientais, incluindo-se as comunidades indígenas.

A série iniciada com o resultado de sete levantamentos etnoecológicos, ora publicada pela Fundação Nacional do Índio, apoiada pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, compreende os estudos realizados no período de 2000 a 2007, organizados em Complexos, abrangendo dezenove (19) Terras Indígenas na Amazônia Legal Brasileira, situadas nos estados do Acre, do Pará e do Amazonas.

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I, que compreendeu as Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê e Tumiã (Etnia Apurinã), todas situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2001, sob a responsabilidade de Juliana Schiel (Antropóloga) e de Maira Smith (Ecóloga).

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II, que compreendeu as Terras Indígenas Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi (Etnias Paumari e Apurinã) e Jarawara/Jamamadi/Kanamati (Etnias Jarawara e Jamamadi/Kanamati), também situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2001, sob a responsabilidade de Peter Schröder (Antropólogo) e de Plácido Costa Júnior (Biólogo).

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Kanamari Biá, que compreendeu as Terras Indígenas Kanamari do Rio Juruá (Etnia Kamamari) e Rio Biá (Etnia Katukina), situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2000, sob a responsabilidade de Deborah Lima (Antropóloga) e de Victor Py-Daniel (Biólogo).





O Levantamento Etnoecológico Maku compreendeu a Terra Indígena Paraná do Boá-Boá (Etnia Maku), situada no Estado do Amazonas, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Adolfo de Oliveira (Antropólogo) e de Sandra Ayres (Geógrafa).

O Levantamento Etnoecológico Munduruku compreendeu a Terra Indígena Munduruku (Etnia Munduruku), situada no Estado do Pará, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Juliana Melo (Antropóloga) e de Rosa Elisa Villanueva (Bióloga).

O Levantamento Etnoecológico do Complexo Bacia do Rio Juruá compreendeu as Terras Indígenas Kaxinawá da Praia do Carapanã (Etnia Kaxinawa), Kampa do Igarapé Primavera (Etnia Ashaninka) e Kulina do Igarapé do Pau (Etnia Kulina), situadas no Estado do Acre, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Astrid Bant (Antropóloga) e de Marina Pessoa (Ambientalista).

O Levantamento Etnoecológico do Complexo Tefé compreendeu as Terras Indígenas Maraã/Urubaxi (Etnia Kanamari), Paraná do Paricá (Etnia Kanamari), Cuiu-Cuiú (Etnia Miranha) e Kumaru do Lago Ualá (Etnia Kulina), situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Vera Lúcia Oliveira (Antropóloga) e de Carlos Antonio Bezerra Salgado (Ecológo).

A preocupação com a caracterização e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras ganhou destaque na década de 1990. O componente ambiental, que não era requerido nos processos de identificação e demarcação de terras indígenas no Brasil, a partir do 1996, com o Decreto nº 1775/96 e a Portaria nº14, passou a integrar parte dos relatórios de identificação. A partir de então, caracteriza-se as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar da comunidade indígena.

Dado que as terras indígenas demarcadas antes de 1996 não contavam, em sua maioria, com estudos ambientais ou etnoecológicos, em 1998, o PPTAL/FUNAI disponibilizou uma abordagem metodológica com a incorporação da perspectiva etnoecológica nos levantamentos ambientais em terras indígenas já demarcadas e em processo de demarcação na Amazônia brasileira.

A orientação da metodologia tem como objetivo apoiar a produção de informações etnoecológicas sobre o conhecimento das condições ambientais e de uso dos recursos das terras indígenas, de maneira a subsidiar orientações para a gestão e ações que visem ao equilíbrio ambiental em terras indígenas e à auto-sustentação de sua população (Milliken, 1998).

A abordagem metodológica foi revista e atualizada em janeiro de 2004 e se intitula “Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: Uma Metodologia”.

Dois aspectos fundamentais da metodologia desses levantamentos são (1) a formação de conjuntos de terras, cuja demarcação está sob a responsabilidade do PPTAL, em complexos, contemplando tipos e usos de ambientes naturais (físicos e bióticos), e (2) a formação de equipes multidisciplinares e multiculturais, com especialistas, apropriadamente qualificados em Antropologia Social e Ecologia e indígenas locais.

Os objetivos centrais dos levantamentos etnoecológicos são: propiciar subsídios a planejamentos de gestão nas terras indígenas identificadas; contribuir para a capacitação e a apropriação dos resultados tanto pelo órgão indigenista, quanto pelas comunidades indígenas; e fornecer informações cruciais para o desenvolvimento de qualquer processo subsequente de gestão nas áreas.

Outra aplicação dos levantamentos etnoecológicos é a indicação de recomendações para investigações posteriores, mais aprofundadas, focalizando as necessidades comunitárias atuais e futuras, as opções para exploração de recursos de potencial importância e os meios de mitigar ou prevenir ameaças ao seu modo de vida relacionadas ao meio ambiente.

Os objetivos e a necessidade de reunir dados práticos sobre a realidade vivenciada pelas comunidades, foco dos levantamentos, requisitam que os resultados sejam elaborados de forma a permitir sua aplicação por pessoas e organizações responsáveis pelo apoio às comunidades e para ser apropriada pelas comunidades indígenas onde foram realizados os estudos.

Os levantamentos etnoecológicos não podem ser entendidos como pesquisa aprofundada sobre grupos étnicos e seu ambiente, considerando o tempo e a prática metodológica empregada na produção de compilação de informações etnoecológicas. No entanto, não impossibilita a perspectiva de utilizar o conhecimento indígena para benefício dos próprios índios. Pois, o que está presente é a valorização da percepção indígena e a adoção, na medida do possível, de seu ponto-de-vista no desenvolvimento dos projetos ligados ao manejo ambiental em suas terras.

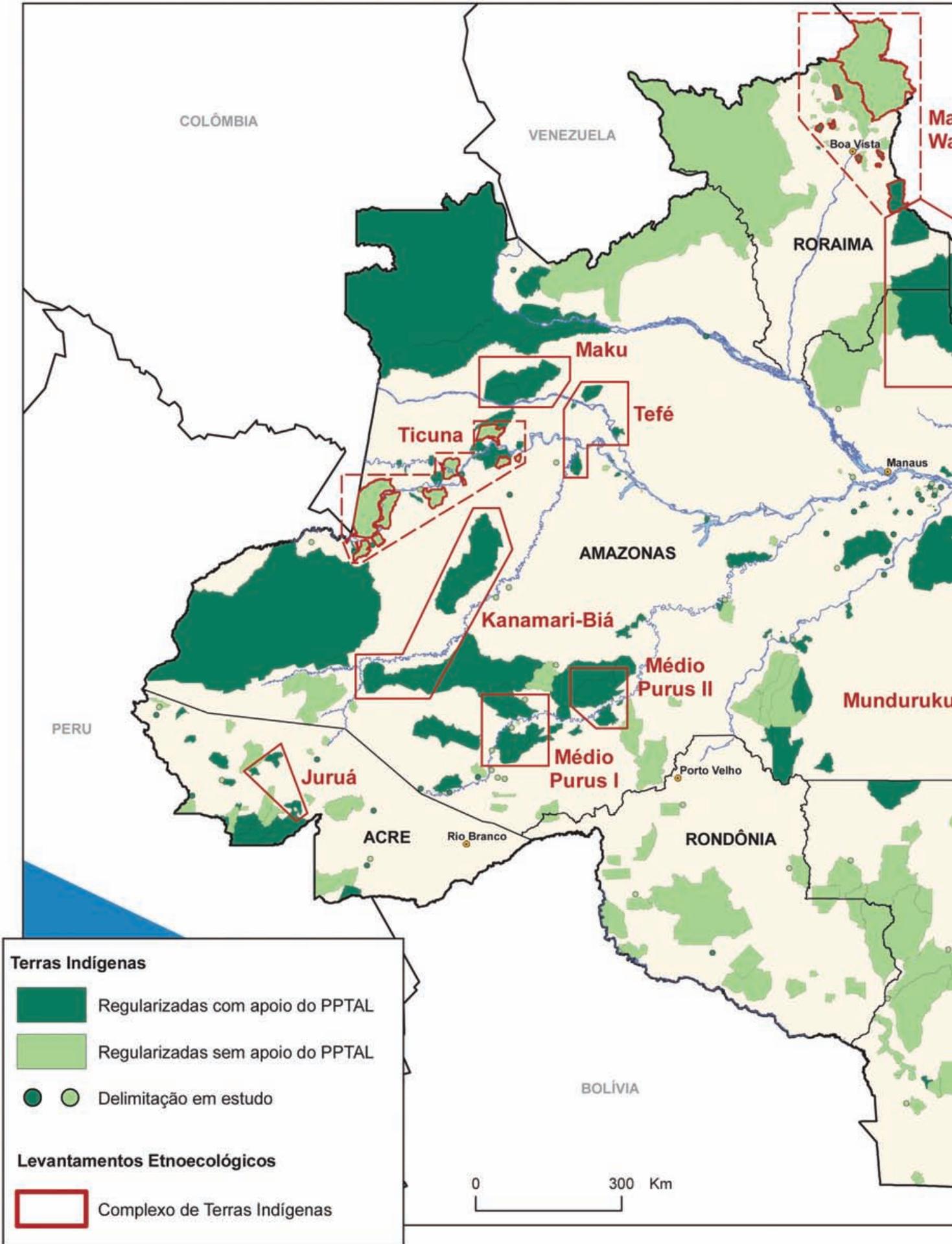
Na preparação do material para a divulgação foram adotados procedimentos tanto para a organização dos textos dos relatórios finais com os resultados produzidos pelos autores, como para a organização do material visual.

Assim, na estruturação dos textos buscou-se manter o máximo das informações apresentadas pelos autores, especialistas em Antropologia e Ecologia. Sob tal orientação, foram suprimidos, basicamente, alguns informes introdutórios, metodológicos, as tabelas, gráficos e notas de rodapé apresentados em anexo ou no corpo dos relatórios. Outrossim, ressalta-se que o completo material dos levantamentos está disponível na documentação do PPTAL na sede do órgão indigenista, FUNAI, em Brasília.

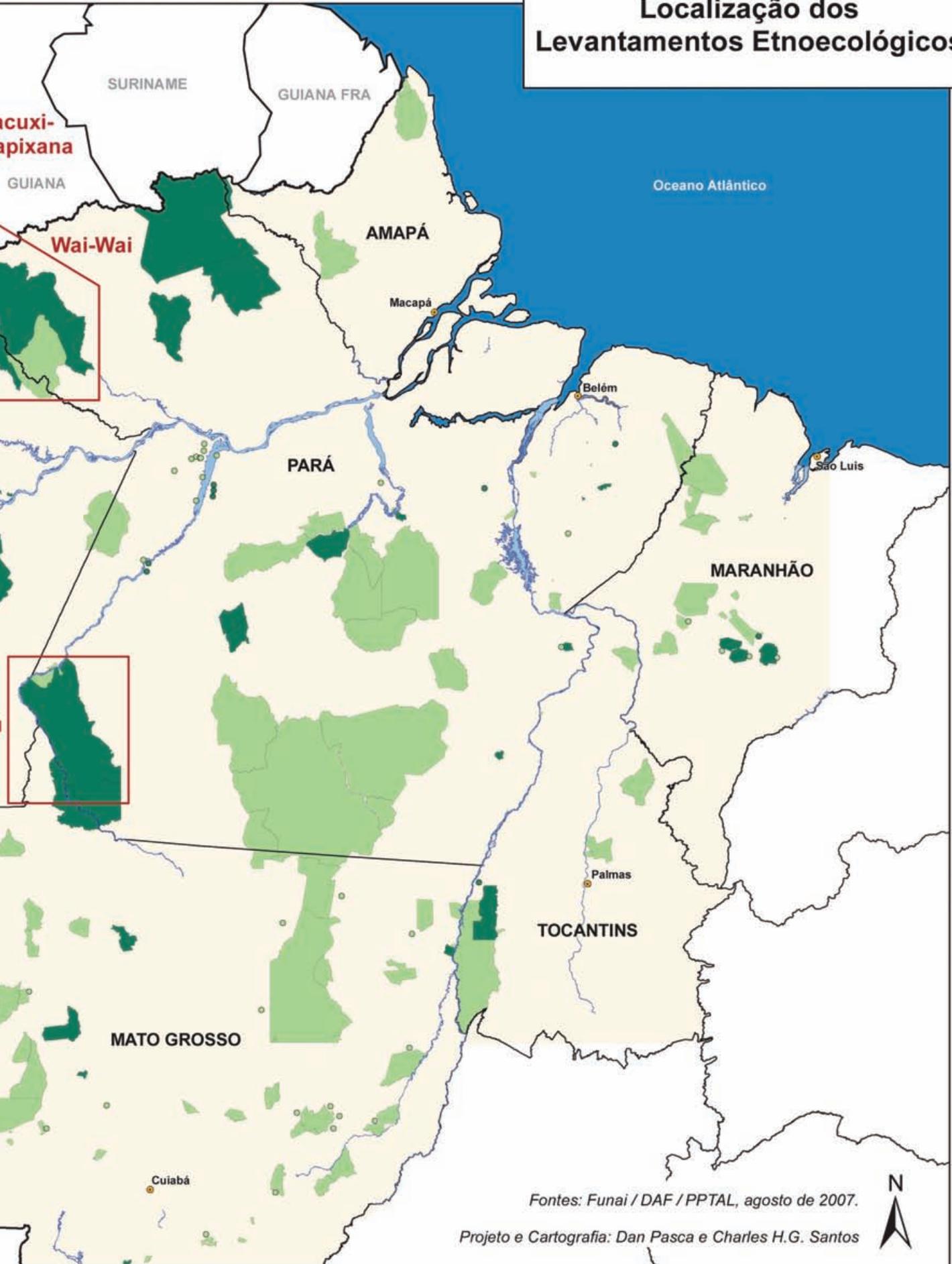
O emprego do material visual objetivou a ilustração de texto com fotos e desenhos gerados nos registros durante o trabalho de campo dos responsáveis pelos estudos.







Localização dos Levantamentos Etnoecológicos



Fontes: Funai / DAF / PPTAL, agosto de 2007.

Projeto e Cartografia: Dan Pasca e Charles H.G. Santos





Prefácio

Esta publicação, organizada pela FUNAI/PPTAL, apresenta os resultados do “Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II”, reunidos em relatório elaborado por Peter Schröeder, antropólogo, e por Plácido Costa Júnior, biólogo.

O propósito do trabalho foi o levantamento básico sobre a ecologia cultural dos grupos indígenas que habitam as Terras do Complexo, enfocando seus saberes locais ambientais e as práticas culturais relacionadas ao meio ambiente. As informações são completadas por outras de caráter climatológico, geomorfológico, pedológico, liminológico, botânico e zoológico.

Os trabalhos de campo foram desenvolvidos no período de 17 de outubro a 16 de dezembro de 2000 nas Terras Indígenas: Paumari do Lago Marahã e Paumari do Rio Ituxi, das etnias Paumari e Apurinã; e Jarawara/Jamamadi/Kanamati, das etnias Jarawara e Jamamadi, orientado pela metodologia de William Milliken (1998), desenvolvida especialmente para os levantamentos etnoecológicos.

O livro reúne a produção tanto do trabalho de campo quanto das fundamentações antecedentes, ambiental e antropológica. Na sua estrutura é esboçado, inicialmente, um quadro geral da região do Complexo, sob diversos pontos de vista (ambiental, demográfico, social, econômico e histórico), visto que as terras indígenas não podem ser contempladas como isoladas, mas têm que ser relacionadas com seu ambiente natural e social. Esta parte está apoiada tanto na fundamentação ambiental quanto nos dados levantados em campo.

Seguem, na segunda parte, informações gerais sobre os povos indígenas do Complexo, integrando a fundamentação antropológica e as informações coletadas posteriormente por Peter Schröeder.

As informações levantadas em campo representam a base exclusiva da parte três, concentrando as informações sobre o uso dos recursos naturais pelas comunidades indígenas das três terras indígenas do complexo.

Nas conclusões, comparam-se os diversos aspectos levantados e analisados no Complexo, bem como se encontram as conclusões deduzidas das partes anteriores com as recomendações.



A Região do Complexo

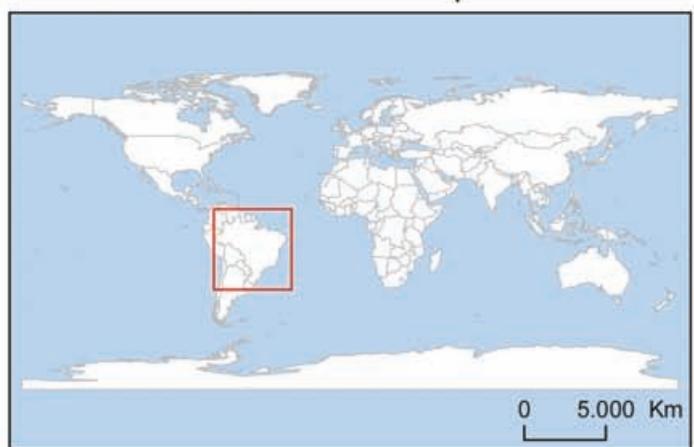
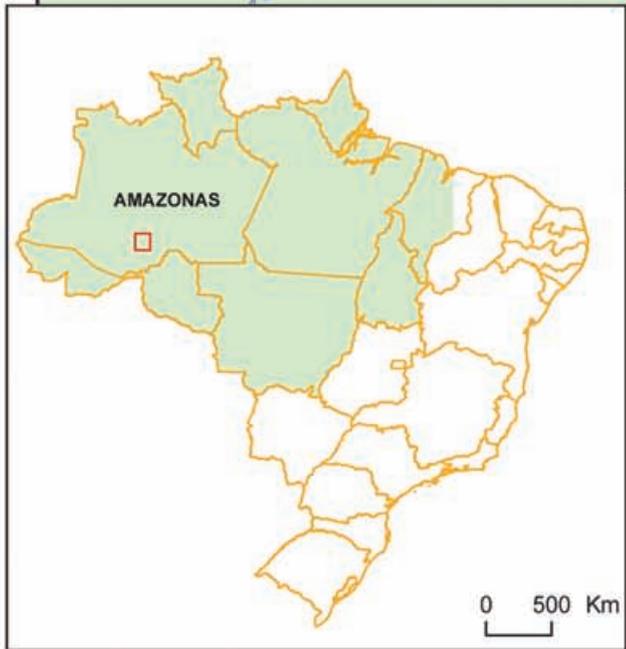
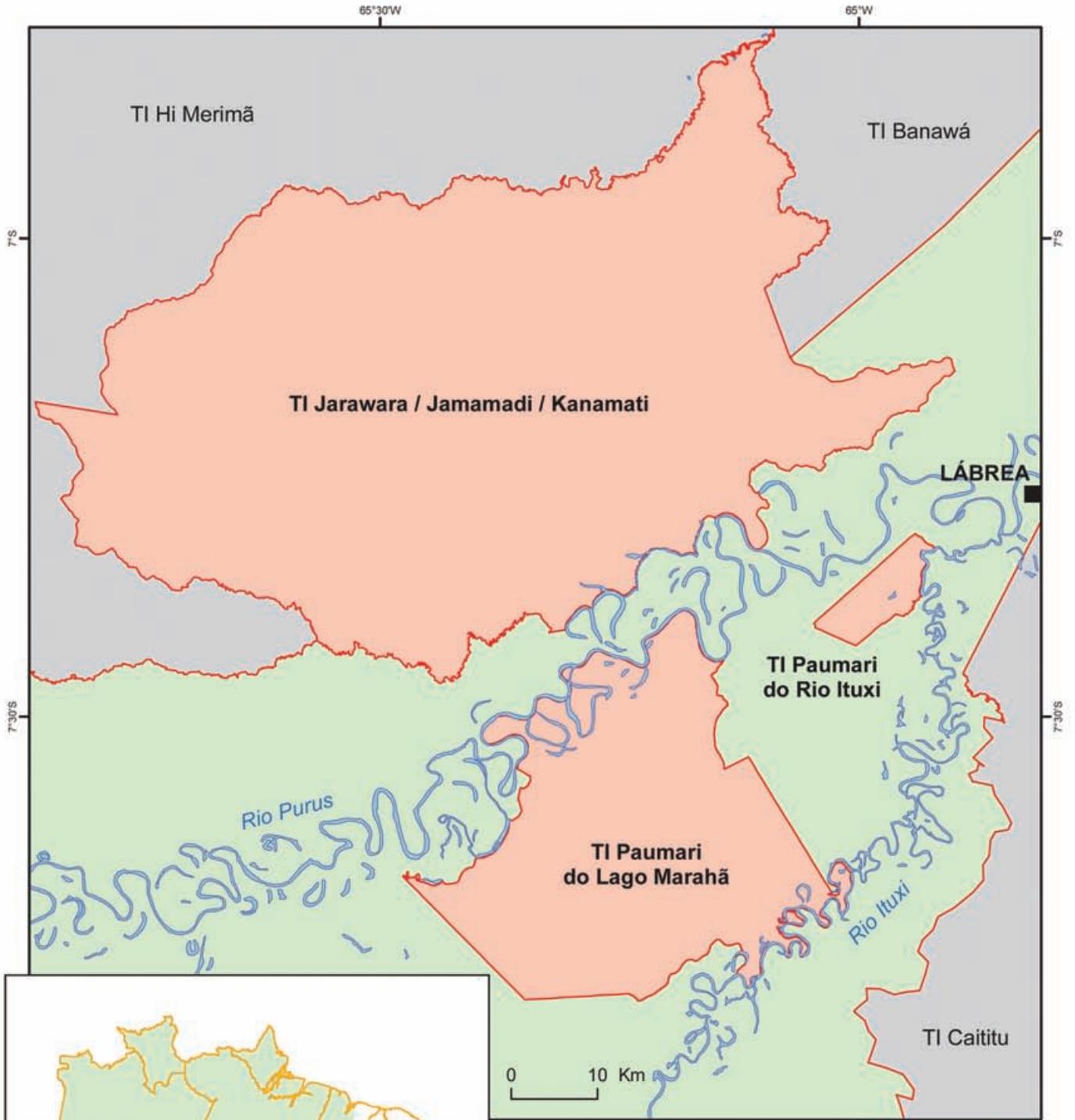
As três terras indígenas do Complexo não existem isoladas de seu ambiente natural e social, mas fazem parte do quadro regional do médio curso do Rio Purus. Por isso, para compreender a ecologia cultural das comunidades indígenas que vivem nelas, é necessário primeiro conhecer a região onde estão inseridas.

O interesse de colonizar a região e integrá-la economicamente só surgiu a partir de meados do século XIX, baseado exclusivamente no extrativismo vegetal e no sistema de aviação, com consequências desastrosas para a grande maioria das sociedades indígenas.

Localização

Todas as terras indígenas do Complexo estão situadas em Lábrea, município no extremo sul do Estado do Amazonas: as Terras Indígenas Paumari do Lago Marahã e Paumari do Rio Ituxi em sua totalidade, enquanto mais de 50% da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati fazem parte do Município de Tapauá, no mesmo Estado.

Segundo os dados do IBGE de 1997 (Instituto, 2000), o Município de Lábrea tem uma área de 68.223 km² e o de Tapauá, 89.713 km². Lábrea dista 610 km de Manaus em linha reta e 1.672 km por via fluvial.





Caracterização ambiental

O Complexo está inserido na bacia hidrográfica do Purus em seu médio curso, apresentando ambientes típicos de planícies de inundação, com matas periodicamente alagadas e inúmeros lagos e ambientes típicos de terra firme, havendo, de uma maneira geral, uma distinção básica entre as categorias de várzea e terra firme, bem como diferenças de modo de ocupação pelos grupos estudados.

Assim, de uma maneira geral, foram encontrados: (1) assentamentos diretamente inseridos na planície de inundação dos Rios Purus e Ituxi, nos baixos terraços, chamados regionalmente de restingas (terraços), e sobre flutuantes no Lago Marahã; (2) assentamentos localizados no pé da terra firme, região de interface entre a planície de inundação dos referidos rios e a terra firme (baixos planaltos); e (3) assentamentos inseridos em regiões que podem ser tipicamente categorizadas como regiões de terra firme.



Ambientes de várzea

Há pelo menos três tipos de várzeas na Amazônia: várzeas altas, várzeas baixas e as várzeas do estuário do Rio Amazonas. Existem diferenças significativas entre a flora, a fauna, o aluvião depositado, o declive e a altitude, a acidez do solo e a produção de biomassa nesses três tipos de ecossistemas.

Uma parte dos povos indígenas do Complexo habita regiões de várzea alta, sendo um ecossistema variável, com áreas ricas em nutrientes provenientes dos Andes e áreas ácidas e deficientes em nutrientes.

A presença de sistemas ribeirinhos muito mais dendríticos nas várzeas da Amazônia Ocidental cria áreas alagadas muito maiores e com maior diversidade de biótopos do que as áreas do Baixo Amazonas. Em função do padrão dendrítico, rios como o Purus apresentam inúmeros meandros e “oxbow lakes”, criando uma infinidade de microambientes com numerosas oportunidades para as populações que os exploram, especialmente nos rios de água branca, como o Purus, em função da alta produtividade de peixes que podem ser facilmente capturados nos numerosos lagos que permanecem na época seca.





Unidades de relevo

Registra-se duas unidades de relevo na região:

(1) As terras baixas, correspondendo às planícies de inundação, são representadas por uma faixa de largura variável. Modeladas pela atual drenagem, elas apresentam variados aspectos incluídos no leito maior dos rios, tais como: canais, furos sazonais, meandros, lagos e ilhas, retratando as difíceis condições de escoamento em relação à fraca declividade das planícies e ao volume de água escoada. A origem dos sedimentos das faixas aluviais está relacionada à dinâmica fluvial com deposição em planícies aluviais e áreas de inundação, assim como o preenchimento de canais que ao longo do tempo migraram na área da planície. Através da carta-imagem, evidenciam-se vários desses canais abandonados no interflúvio entre o Purus e o Ituxi.

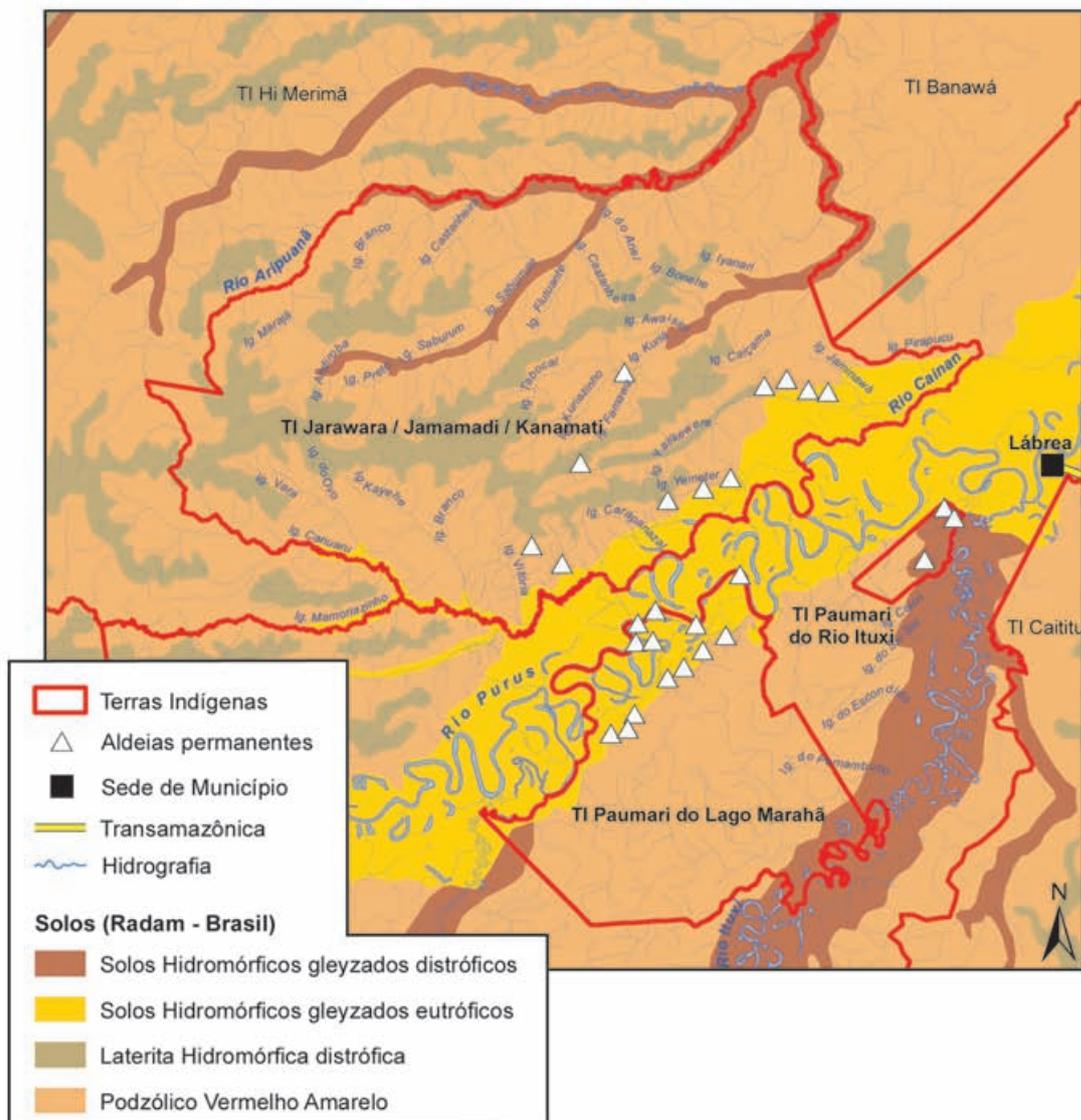
(2) As terras firmes (ou baixos planaltos) são formadas por sedimentos da idade terciária, apresentando topografias monótonas, modeladas por formas de relevo dissecadas em amplos interflúvios tabulares e colinas.

Enquanto as Terras Indígenas Paumari do Rio Ituxi e Paumari do Lago Marahã estão localizadas nas terras baixas que, no caso, correspondem às planícies de inundação dos Rios Purus e Ituxi e a seus baixos, médios e altos terraços, caracterizando uma região de planície aluvionar, a Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati está caracterizada, em sua maioria, por baixos planaltos, distribuídos pelos interflúvios tabulares entre o Purus e seu tributário da margem esquerda, o Rio Piranha.

Solos

As Terras Indígenas Paumari do Lago Maranhã e Paumari do Rio Ituxi apresentam duas categorias de solos: os podzólicos vermelho-amarelos e os hidromórficos gleyzados. Quanto às suas características analíticas, os podzólicos são apontados para essa região como distróficos, caracterizando-se os hidromórficos gleyzados como solos ricos em nutrientes, quando associados diretamente à planície aluvionar do Purus, e como distróficos, quando associados às planícies aluvionares do Ituxi e de alguns coletores da microbacia do Rio Piranha (na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati).

Pelo trabalho com geoprocessamento, pode-se dimensionar a área de cada classe de solos presentes nas duas terras indígenas.



Terra Indígena Paumari do Lago Marahã:

Podzólico vermelho-amarelos:	75,0%
Hidromórficos gleyzados distróficos:	6,5%
Hidromórficos gleyzados eutróficos:	18,5%

Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi:

Podzólicos vermelho-amarelos:	51,3%
Hidromórficos gleyzados distróficos:	44,3%
Hidromórficos gleyzados eutróficos:	4,4%



A Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati apresenta maior variabilidade de solos do que as demais, com ocorrência de quatro categorias: podzólicos vermelho-amarelos, hidromórficos gleyzados e distróficos e plintossolos, anteriormente classificados para a região como laterita hidromórfica distrófica, denotando saturação de água e pobreza em nutrientes.

Por análises de geoprocessamento, chegou-se à seguinte composição de solos nessa Terra Indígena:

Terra Indígena Jarawara/ Jamamadi/ Kanamati:

Podzólicos vermelho-amarelos:	65,4%
Hidromórficos gleyzados distróficos:	15,2%
Plintossolos:	19,4%

Tudo indica que a ocorrência dos plintossolos na região do Complexo está associada às regiões com maior altitude, uma vez que sua ocorrência também está associada com os divisores de águas nas microbacias nessa Terra Indígena.





Vegetação

Segundo as informações contidas no Radambrasil, a vegetação nas terras indígenas do Complexo é constituída por florestas ombrófilas densas dos baixos platôs, que se distribuem pelos interflúvios tabulares, florestas ombrófilas densas aluviais, distribuídas em planícies periodicamente inundadas, florestas ombrófilas abertas, distribuídas em planícies periodicamente inundadas e florestas ombrófilas abertas, distribuídas em terraços.

Terra Indígena Paumari do Lago Marahã:

Floresta ombrófila densa aluvial de terraços:	74,2%
Floresta ombrófila densa aluvial de planícies periodicamente inundadas:	25,8%

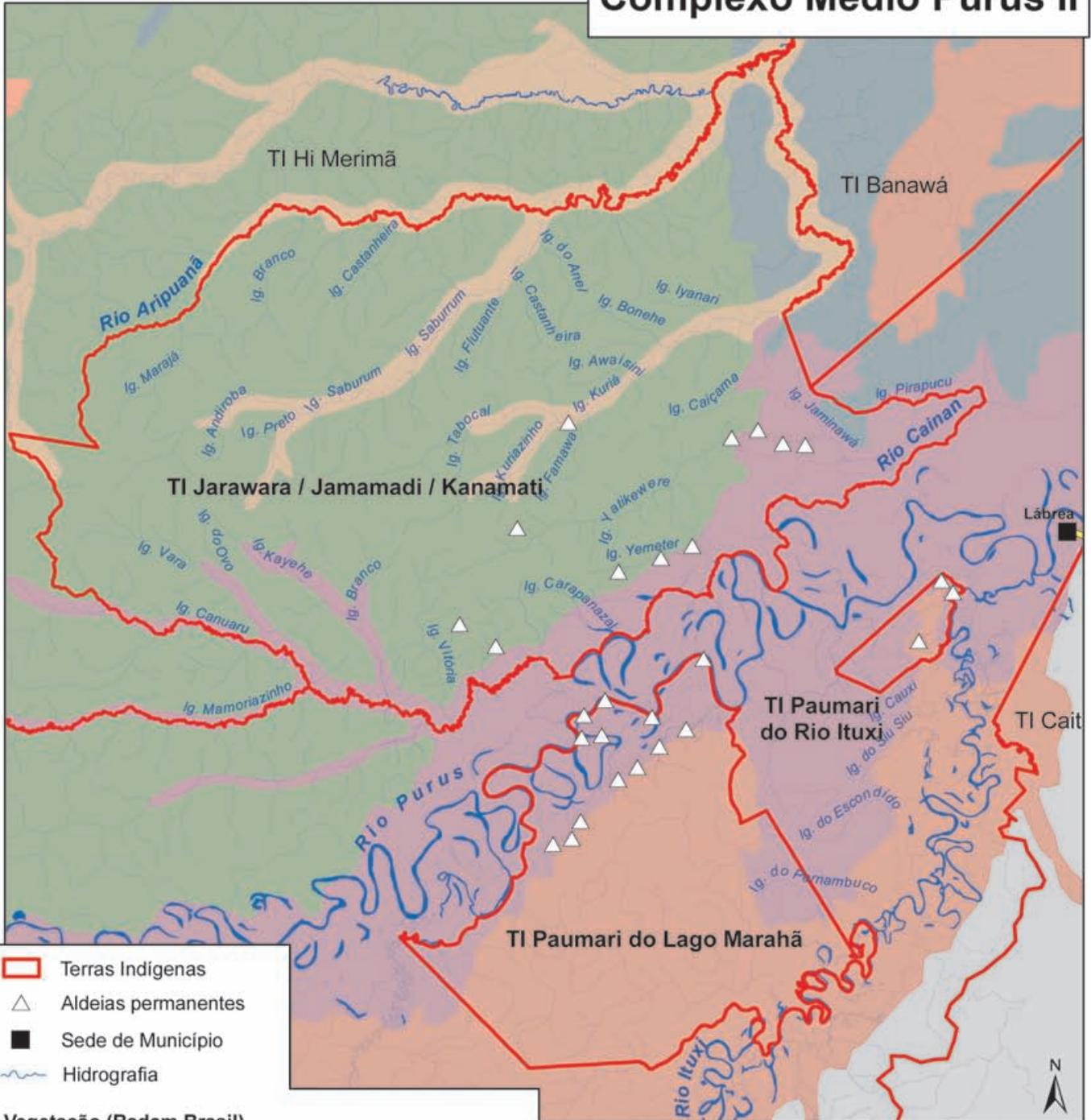
Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi:

Floresta ombrófila densa aluvial de terraços:	26,3%
Floresta ombrófila densa aluvial de planícies periodicamente inundadas:	76,7%

Terra Indígena Jarawara/ Jamamadi/ Kanamati:

Floresta ombrófila densa dos baixos platôs:	72,9%
Floresta ombrófila densa aluvial de planícies periodicamente inundadas:	13,9%
Floresta ombrófila aberta aluvial de planícies periodicamente inundadas:	9,4%
Floresta ombrófila aberta aluvial de terraços:	3,8%

A vegetação no Complexo Médio Purus II



- Terras Indígenas
- Aldeias permanentes
- Sede de Município
- Hidrografia

- Vegetação (Radam Brasil)**
- Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas
 - Floresta Ombrófila Aberta dos Terraços
 - Floresta Ombrófila Aberta das Planícies Inundadas
 - Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas
 - Floresta Ombrófila Densa dos Terraços
 - Floresta Ombrófila Densa das Planícies Inundadas
 - Sub-região de Área de Acumulação Inundável



Caracterização social e econômica

Demografia

De acordo com o IBGE, a população total do Município de Lábrea era de 28.956 habitantes em 2000.

Entre os bairros da cidade, merece ser citado o Bairro da Fonte, com 4.145 moradores registrados em 1997, habitado principalmente por indígenas, sendo estes principalmente Apurinã e Paumari. Embora falte um censo da população indígena urbana de Lábrea, sua porcentagem no Bairro da Fonte é estimada em 70 a 80% por representantes da Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (OPIMP). Isto corresponderia a 2.901 (no caso de 70%), 3.109 (no caso de 75%) ou 3.316 indivíduos (no caso de 80%).

Infra-estruturas urbanas e rurais

As vias de acesso à região são, em primeiro lugar, fluviais, em segundo lugar, aérea e, apenas perifericamente, terrestre. Os três rios mais importantes para o transporte fluvial são o Purus e seus dois afluentes do lado direito, os Rios Ituxi e Sepatini. As condições de acesso a lugares não situados às margens destes rios dependem essencialmente dos níveis de água causados pelo regime pluvial.





O pequeno aeroporto da cidade atende a vôos de/para Manaus, Porto Velho e Rio Branco. Além disso, há pistas de pouso nas Aldeias Crispinho (Terra Indígena Paumari do Lago Marahã), Água Branca, Casa Nova e São Francisco (todas na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati), onde se concentram atividades missionárias. Estas pistas permitem realizar serviços de aerotáxi, oriundos principalmente de Porto Velho, onde há uma representação da Sociedade Internacional de Lingüística (SIL/Summer Institute of Linguistics), responsável principal pelas atividades missionárias na região.

O único acesso à cidade de Lábrea por via terrestre é por um trecho da Transamazônica, vindo de Humaitá. Essa estrada, em geral, pode ser usada apenas na estação seca.

A infra-estrutura social concentra-se exclusivamente na cidade. A Secretaria de Educação (SEDUC) do Estado mantém quatro escolas na cidade e 69 na zona rural (Anônimo s/d, "Lábrea"). Órgãos, instituições e outras entidades com instalações na cidade são, entre outras:

- ◆ a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com um único funcionário para toda a região, sendo o Posto Indígena (PIN) Lábrea subordinado à Administração Regional de Manaus (AM);
- ◆ o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Médio Rio Purus, atendendo aos povos indígenas dos Municípios de Lábrea, Canutama e Tapauá, com 2 enfermeiros, 15 auxiliares de enfermagem e 14 outros profissionais contratados e 8 pólos-base em 2000 (FUNASA, 2000); Canutama e Tapauá são definidas como municípios de "atenção básica", enquanto Lábrea é classificado como município de "atenção de média complexidade" (ibidem); os oito pólos-base têm os nomes Abacuadi, Casa Nova (na aldeia do mesmo nome, na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati), Iminaã (na Aldeia Araçá, Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi), Japiim, Marahã (na Aldeia Crispinho, na Terra Indígena Paumari do Lago Marahã), Marrecão, São Pedro e Tauamirim;
- ◆ a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com 67 funcionários em 2000 (Melo, 2000);



- ◆ a OPIMP, que, além do trabalho político, mantém uma parceria com a FUNASA para a área de saúde indígena; a organização tem sua sede no Bairro da Fonte;
- ◆ o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Lábrea, com um escritório pequeno na Prelazia de Lábrea;
- ◆ Projeto Tapauá da Operação Amazônia Nativa (OPAN) – organização não governamental que, na região do Médio Purus, atua nos Rios Cuniuá e Tapauá junto aos Paumari; Projeto este inserido no trabalho com os povos indígenas da Prelazia de Lábrea, em parceria com o CIMI e a Pastoral Indigenista de Lábrea.

História

Sobre a história pré-colonial do Médio Purus não há registro nenhum e até agora não foi realizada nenhuma pesquisa arqueológica na região.

Segundo a historiografia, o Rio Purus foi “descoberto” oficialmente para os poderes coloniais em 1639, pelo jesuíta Cristóbal de Acuña. Sabe-se que os primeiros portugueses começaram a se fixar no curso inferior na segunda metade do século XVII, antes de 1689.

Durante o século XVIII, a região do Baixo Purus foi explorada pela pesca, caça aos quelônios e extração de copaíba e salsaparrilha, mas a administração colonial mal se interessou pelo rio.

Essa postura de desinteresse governamental só mudou a partir de meados do século XIX, depois do colapso da economia regional no decorrer da Cabanagem, quando o militar João Henrique

Matos, em 1845, foi encarregado pelo Governo da Comarca do Alto Amazonas de reconhecer os índios do Purus, como medida governamental para estudar as condições para estimular a economia regional (Matos s/d). Matos conheceu o comerciante Manoel Urbano da Encarnação, que já tinha viajado há muito tempo na região inteira do Médio Purus e utilizou índios Apurinã, Paumari e Jamamadi como mão-de-obra na extração de “drogas do sertão”. Este era uma figura importante no processo de contato com os povos indígenas do Purus, principalmente a partir de 1850. Mais tarde, até foi nomeado “Diretor dos Índios” do Médio e Alto Purus e tornou-se o maior seringalista e, ao mesmo tempo, o maior conhecedor e explorador dos índios da região.

Durante o século XIX, foi realizada uma série de expedições e viagens, científicas e não científicas, que forneceram as primeiras descrições detalhadas de diversos aspectos da região, entre outros, dos povos indígenas:

- ◆ A primeira viagem científica ao Purus foi realizada por Francis de Castelnau, em 1847, subindo o rio até a foz do Pauini e deixando informações sobre a situação dos índios da região (Castelnau, 1850-59).
- ◆ Em 1852, a expedição de Tenreiro Aranha tenta encontrar uma ligação entre os Rios Purus e Madeira.
- ◆ No mesmo ano, a expedição de Serafim da Silva Salgado encontrou os Paumari e Jamamadi (Salgado, [1853] 1907).
- ◆ Durante a primeira viagem do barco a vapor "Monarca", em 1854, registrou-se a presença de Apurinã, Paumari e Jamamadi (Mattos, 1854).
- ◆ Em 1861, Manoel Urbano da Encarnação empreendeu uma expedição de exploração do Purus, com o objetivo de descobrir uma passagem para o Madeira, e forneceu algumas descrições dos Apurinã e Jamamadi.
- ◆ Em 1862, foi realizada uma expedição, liderada por João Martins da Silva Coutinho e com participação de Manoel Urbano da Encarnação e do naturalista alemão Gustav Wallis, que rendeu, entre outras coisas, uma descrição etnográfica dos Paumari (Wallis, 1886).
- ◆ Algumas das descrições etnográficas mais importantes e valiosas foram fornecidas pelo inglês William Chandless [1866] 1949), em particular sobre os Paumari e Apurinã, depois de sua expedição no ano de 1864.
- ◆ Outra fonte etnográfica muito importante provém do etnólogo alemão Paul Ehrenreich,



que visitou a região em 1888 (Ehrenreich, 1891, 1897, 1948).

◆ E, finalmente, há os relatos do etnólogo americano Joseph Beel Steere (1903, 1949), que viajou pela região entre os anos de 1873 a 1901.

Em torno de 1850, muitas comunidades indígenas já haviam sido exploradas para a extração vegetal, mas a fase mais desastrosa para os povos indígenas da região começou com o primeiro ciclo da borracha, que atingiu o Médio Purus a partir dos anos 60 do mesmo século e é responsável pelas primeiras ondas migratórias de nordestinos na região. Em 1869, chegou a primeira leva de cearenses, liderada por João Gabriel de Carvalho e Melo, e em 1871 chegou outra leva, desta vez de

maranhenses, sob o comando do Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, instalando-se às margens do Purus, na terra firme de Amaciari, a qual passa a ser denominada de elevação de Lábrea. Labre escolheu o lugar da cidade atual para a instalação de seus empreendimentos comerciais para evitar a concorrência imediata e um conflito previsível com Manoel Urbano da Encarnação, que dominava a região de Canutama, e Brás Gil da Encarnação, filho de Manoel Urbano e explorador da região do Rio Sepatini.

Em 15/05/1873, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Ituxi, a qual foi elevada à categoria de “distrito de paz de Lábrea” em 08/05/1874. Em 11/10/1894, Lábrea é elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 97, depois do desmembramento do território que formou o Município de Boca do Acre, em 22/10/1890, pelo Decreto Estadual nº 67. Em 1896, outro território foi desmembrado para formar o Município de Canutama. Estas datas mostram claramente que Lábrea se tornou a localidade mais importante da região em pouco mais de duas décadas, ultrapassando Canutama e Tapauá em importância econômica e política.

O Purus e seus afluentes, naquela época, foram repartidos entre os comerciantes, como se estes fossem os donos originários da terra e como se fossem garimpeiros, fixando seus “claims” ou “royalties”. Em torno de 1880, os “territórios” dos patrões no curso médio foram: Brás Gil da Encarnação, no Rio Sepatini; Onório Carlos de Oliveira, no Igarapé Mamoriazinho; e os coronéis

Luís Gomes e Labre, no Rio Ituxi, explorando principalmente os Paumari e Apurinã como produtores de borracha e fornecedores de peixes e tartarugas. Nessa época, a população não-indígena do Purus inteiro foi avaliada em, aproximadamente, 25.000, e Lábrea era um núcleo com 40 casas (Kroemer, 1985, p. 74).

No início do nucleamento de Lábrea, a população indígena do Médio Purus foi calculada em 40.000, falando mais de 40 línguas. Só no Rio Ituxi, Labre calculou a população indígena em 8.000, principalmente em seus afluentes (Labre, 1888, 1889).

As populações indígenas foram tidas em conta, nesses raciocínios comerciais, apenas como mão-de-obra barata, mas complicada. Ou elas aceitariam as subjugações em condições de semi-escravidão ou seriam expulsas de suas terras, dizimadas e extintas em massacres. Povos que mostraram muita resistência, como os Juma, foram perseguidos implacavelmente até sua extinção ou subjugação. Apenas uma minoria de grupos conseguiu se manter afastada dos colonizadores.

Durante o primeiro ciclo da borracha, a vasta região dos Rios Purus e Juruá foi uma das mais assoladas pelas frentes extrativistas, com conseqüências desastrosas para os povos indígenas, uma vez que o avanço das frentes aconteceu com muita violência. Muitos grupos foram extintos, de modo que hoje em dia não se sabe senão seus nomes. A maioria indígena do Purus virou minoria em poucas décadas. Desse modo, o primeiro ciclo da borracha foi a época histórica que mais influenciou e transformou a vida dos povos indígenas na região.

Havia diversas tentativas missionárias de tirar os índios da influência dos comerciantes, mas todas fracassaram, como as seguintes:

- ◆ A primeira tentativa de catequizar os Paumari, Apurinã e Jamamadi, na Missão São Luiz Gonzaga (1854-56), do Frei Pedro da Ceriana, às margens do Lago Arumã, no Purus, fracassou pela intervenção dos regatões junto ao Presidente da Província.

- ◆ Em 1877, os franciscanos italianos Venâncio Zilocchi e Matteo Canioni iniciaram tentativas de catequizar os Jamamadi e Apurinã. Instalaram a missão "Imaculada Conceição no Rio Purus", à margem do Mamoriá-Mirim (Mamoriazinho), mas logo encontraram um concorrente pela dominação dos índios, o comerciante Onório Carlos de Oliveira, que explorava os Jamamadi do Igarapé Mamoriazinho e os Apurinã do Rio Sepatini na extração da borracha. O projeto dos freis fracassou depois de menos de dois anos.

- ◆ Em 1879, os franciscanos fundaram outra missão, desta vez no Rio Ituxi (Nossa Senhora da Conceição do Rio Ituxi), e tentaram atrair principalmente os Apurinã e Paumari, mas

depois da retirada dos missionários em 1881 os índios também abandonaram o lugar.

◆Outra tentativa fracassada de catequese foi a "Missão Hyutanahã" de protestantes ingleses, iniciada em 1870 e abandonada em meados dos anos 80 do mesmo século, a qual se dedicou ao trabalho com os Apurinã.

Em 1889, o censo do Município de Lábrea fala de 21.991 habitantes (Canutama: 15.195) e a população inteira da região do Purus foi avaliada em cerca de 120.000 (Kroemer, 1985, p. 85). A vila de Lábrea tinha cerca de 4.000 habitantes naquela época (ibidem).

A partir de 1881, produzia-se cerca de 2.000 toneladas de látex por ano na região de Lábrea e esta produção dobrava para cerca de 4.000 toneladas por ano nos anos 1890. Em 1902, Lábrea era responsável por um terço de toda a produção de borracha no Estado do Amazonas.

O retrato de Euclides da Cunha sobre a situação dos povos indígenas do Purus naquela época, no entanto, é pessimista (Cunha, 1960 [1906], 1966).

O fim do ciclo da borracha deixa cair em letargia toda a economia regional. Para os povos indígenas, representa um tipo de "momento de folga e respiração", mas não de recuperação das transformações e mudanças sofridas. As atividades dos comerciantes diminuem, mas as dependências continuam.

O antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) só começou a se interessar pelos povos indígenas do Purus a partir de meados dos anos 1920, quando a Inspetoria no Amazonas e Acre criou



dois postos indígenas na região: o PIN Pedro Dantas (ou Mariené), no Rio Sepatini, e o PIN Manauacá, no Rio Tuini. Os dois postos foram desativados em torno de 1950 e em torno de 1945, respectivamente. Os inspetores do SPI constataram, nos anos 1920 a 1940, a continuidade do sistema de aviação na região, ao qual estavam subjugados quase todos os povos indígenas (Kroemer, 1985, p. 92-96).

Os anos 40 a 60 do século XX representam outra época particularmente negativa para esses povos. Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas estimulou o segundo ciclo da borracha, porém menor, por mandar os “soldados da borracha” para a Amazônia. Outra leva de cearenses atingiu o Médio Purus e acabou no mesmo sistema de aviação. Muitos desses “soldados” foram mandados pelos “patrões” para quebrar as últimas resistências indígenas e massacrar grupos inteiros. Apesar do fim da guerra, tais atrocidades se repetiram até os anos 60, devido à corrosão do órgão indigenista. Entre 1940 e 1965, foi cometido, por exemplo, o extermínio sistemático de grupos Mamori, Katukina e Hi Merimã, no Rio Cuniuá, dos Jamamadi, no Rio Pauini, e dos Juma, no Rio Mucuim e afluentes.

Do ponto de vista econômico, a região até hoje não se recuperou do abalo pelo fim do primeiro ciclo da borracha e continua a ser economicamente periférica, tanto no contexto nacional quanto regional, o que não mudou com os planos desenvolvimentistas do regime militar para a Amazônia.

O declínio do extrativismo, em particular do seringueira, nas últimas décadas, devido à queda de preços dos produtos, provocou o colapso de relações de patronagem em muitos casos ou a transformação dessas relações de permanentes em temporárias e/ou esporádicas. Além de fatores macroeconômicos, é também a fiscalização crescente de órgãos governamentais que contribuiu para essa transformação.



Os Povos Indígenas do Complexo

Características gerais

O Médio Purus não só é uma região periférica do ponto de vista econômico, mas também de pesquisa antropológica. Isto, aliás, vale para toda a região brasileira dos Rios Purus e Juruá (Melatti, 1992, p. 47-51; Castro, 1996), o que explica a situação precária da documentação etnográfica. A ausência de estudos sistemáticos sobre os povos indígenas dessa região foi assinalada seguidamente (Métraux, 1948, p. 658; Koop; Lingenfelter, 1983, p. 2; Lazarin, 1981, p. IV, IX; Melatti, 1992, p. 47; Rangel, 1994, p. 55). A situação etnográfica do Alto Purus, que é habitado, no lado peruano, por povos da família lingüística Pano, contudo, é diferente (Erikson, 1993; Townsley, 1994).

Não se dispõe nem de textos etnográficos aprofundados sobre os povos indígenas do Complexo nem de estudos comparativos. Há muito material apenas sobre a língua Paumari, enquanto as pesquisas sobre as línguas Jamamadi e Jarawara ainda esperam por ser publicadas. A situação dos estudos da língua Apurinã pode ser considerada razoável.

Os Paumari, Jamamadi e Jarawara falam línguas da família arawá (arauá)¹. Os outros povos da mesma família (Banawa Yafi, Deni, Kulina e Zuruahã) também se concentram na bacia do Purus. Em 1996, a população total de todos os grupos arawá foi avaliada em 4.932, inclusive os Kulina em território peruano (Ricardo, 1996). Até agora, os trabalhos etnológicos sobre os povos dessa família estiveram voltadas para os Deni (Koop, 1980; Koop & Lingenfelter, 1983; Kroemer, 1997; Chaves, 2000), Kulina (Lorrain, 1994; Pollock, 1985) e Zuruahã (Dal Poz, 2000; Kroemer, 1991, 1994).

Os Apurinã são, ao longo de todo o Médio Purus, os únicos representantes da família lingüística arawak (aruáque, aruák). Somente a partir da fronteira entre o Acre e o Peru pode-se encontrar os chamados arawak pré-andinos: os Machiguenga, Ashaninka (Kampa) e Piro.

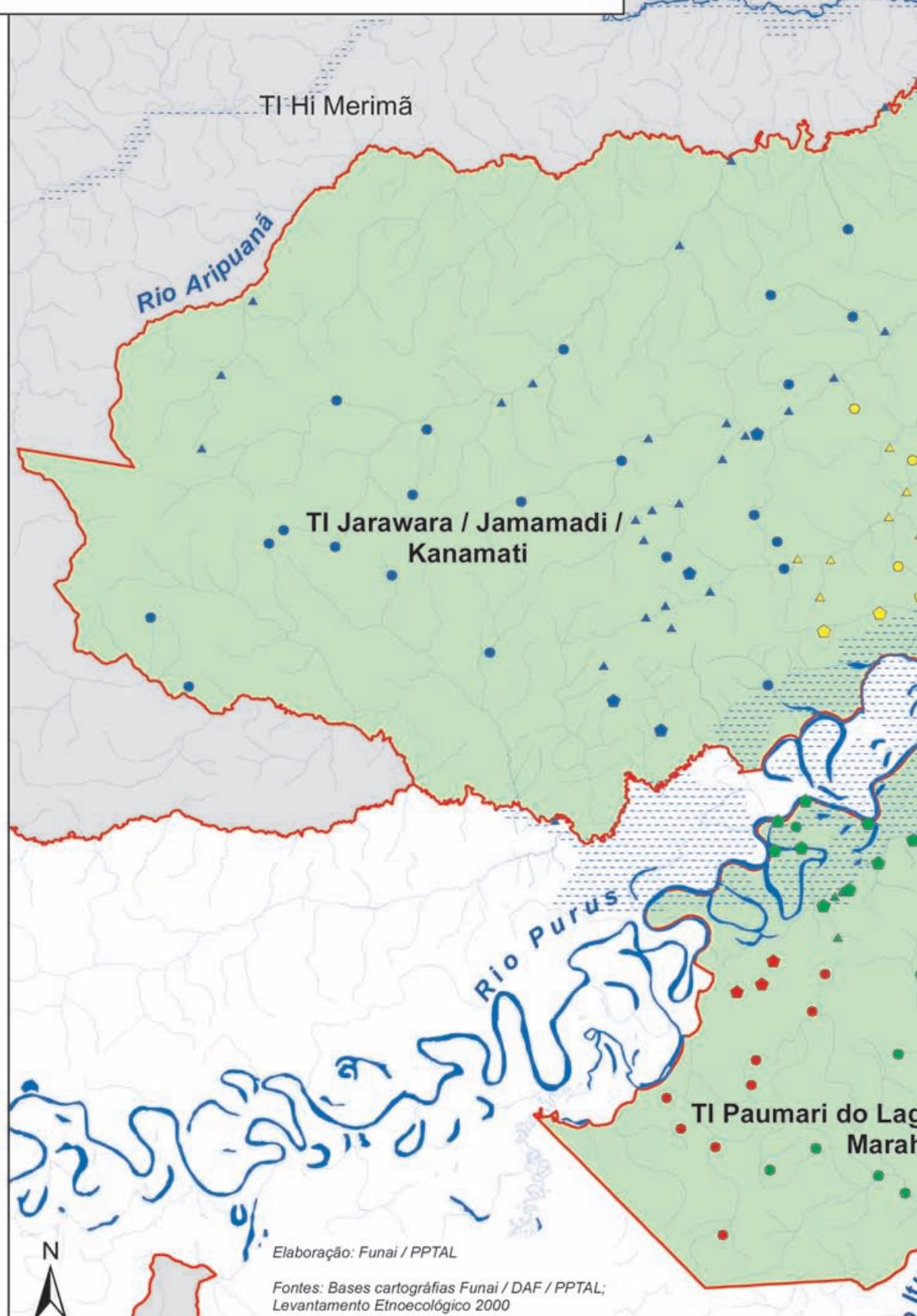
Os estudos das línguas indígenas faladas no Complexo foram iniciados nos anos 1960 pelos missionários do SIL. Os materiais inaugurais, correspondentes ao convênio entre o SIL e o Museu Nacional (MN/UFRJ), estão disponíveis nesta instituição, enquanto os resultados das produções posteriores sobre as línguas arawá foram sistematizados por Derbyshire (1986).

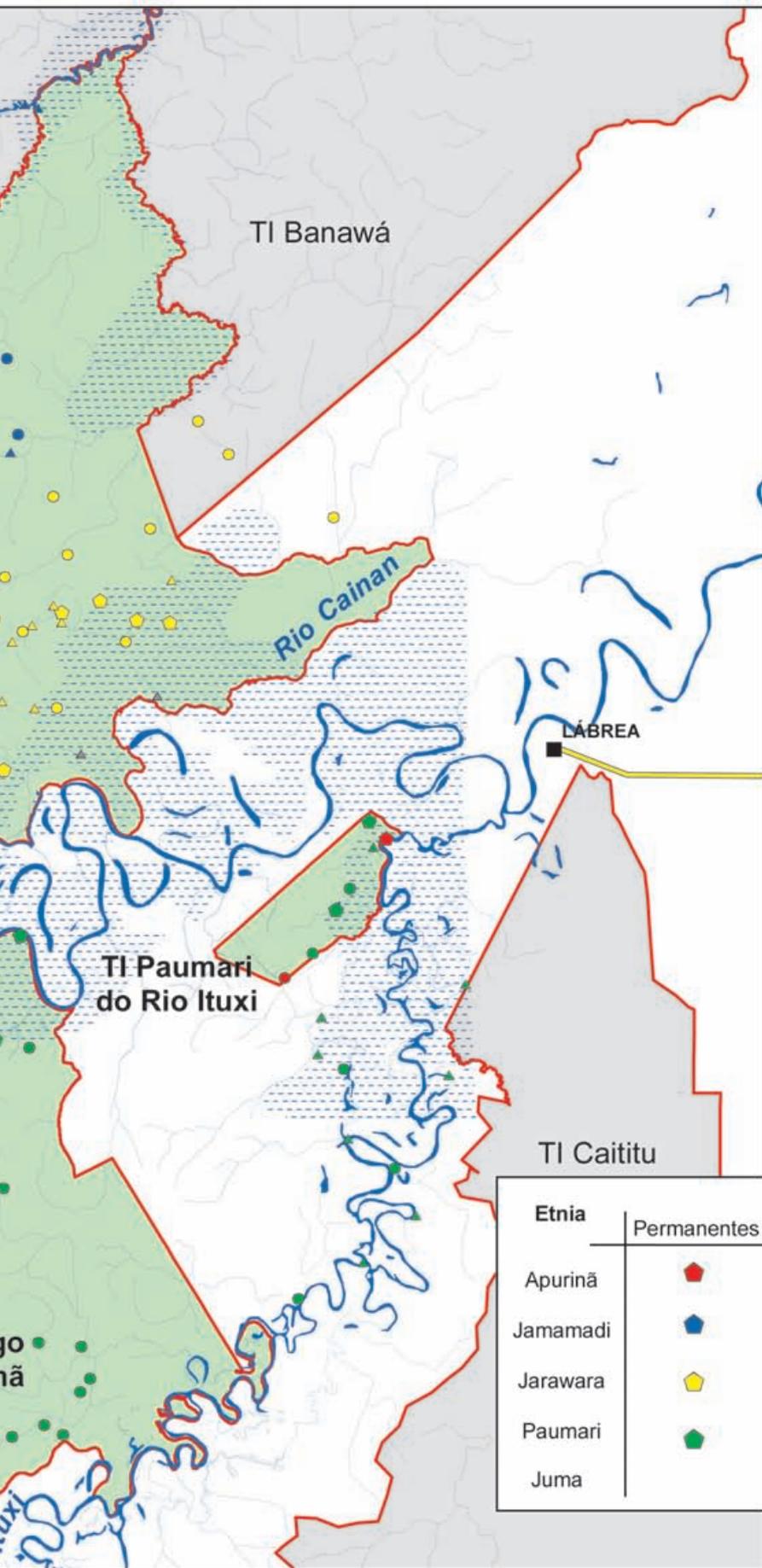
1. Neste trabalho, segue-se a classificação lingüística de Rodrigues (1986), também defendida por Everett (1995) e Teixeira (1995) e divulgada pelo ISA (Ricardo 1996). A distinção entre arawak (aruáque, aruák) e arawá é aceita pela maioria dos lingüistas especializados nas línguas indígenas da Amazônia, mas é necessário assinalar que há lingüistas que reúnem arawak e arawá sob o mesmo termo arawak (Arawakan), como Derbyshire (1986), Facundes (1994) e Payne (1993).





Distribuição Étnica e Dinâmica da ocupação do espaço





Etnia	Assentamentos		
	Permanentes	Temporários	Antigos
Apurinã			
Jamamadi			
Jarawara			
Paumari			
Juma			





Os Paumari

Nomes

Outros nomes e grafias são: Kurukuru, Palmari, Pamari, Pammari, Purupuru e Wayai. Segundo o coronel Labre (1872, p. 9), os Paumari eram chamados de Purupuru, o que significava ‘pintados’ em nheengatu (língua geral), devido a uma doença que lhes provocava manchas na pele, principalmente nas extremidades mais expostas. Essa doença foi observada por vários viajantes do século XIX — por exemplo, por Gustav Wallis (1886) e Euclides da Cunha (1960, p. 80-81).

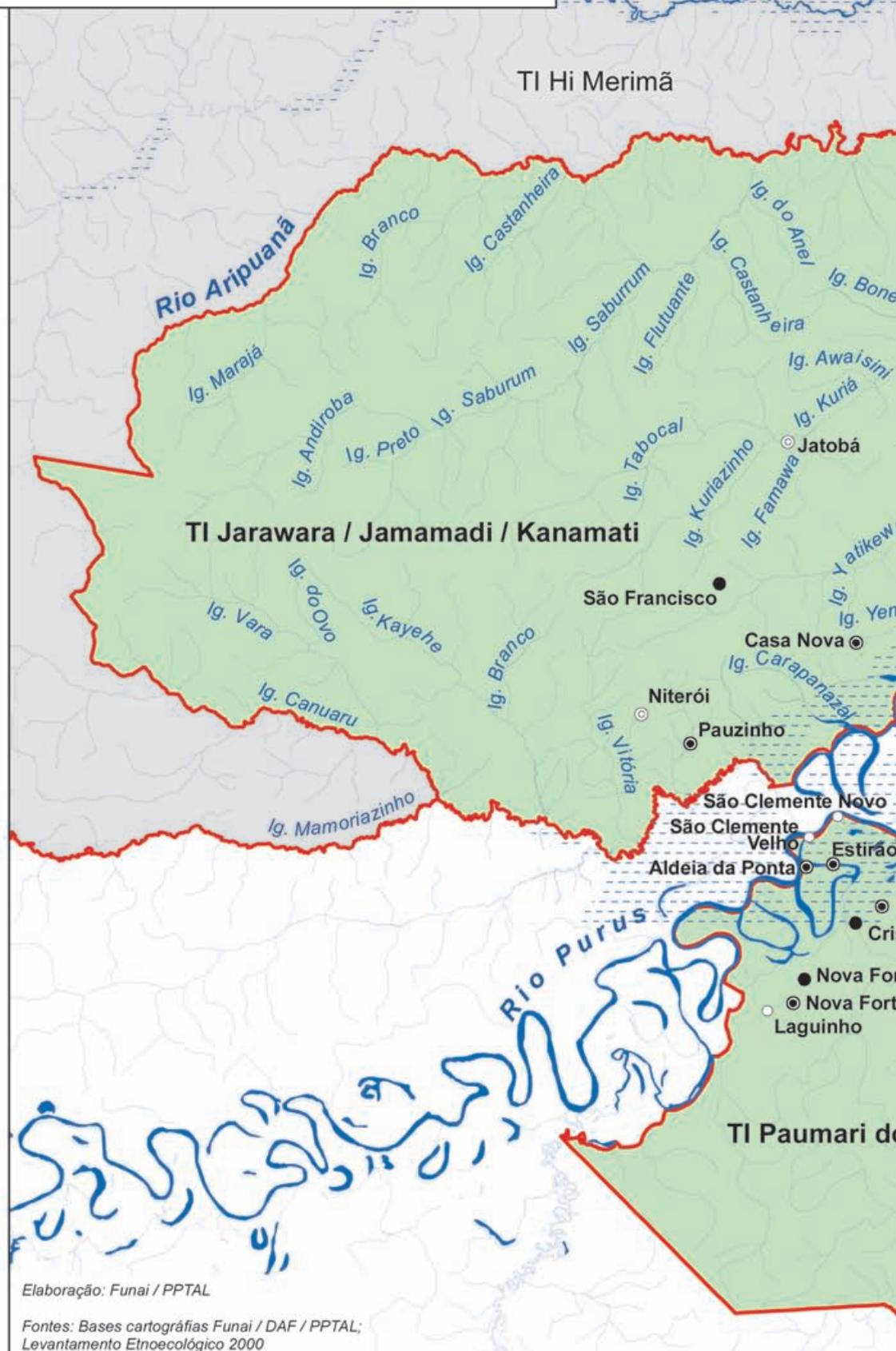
Sobre sua autodenominação há informações divergentes. Durante o trabalho de campo foram fornecidas as informações de que eram Paumari, Pamoari ou Pomari [póma’ri], enquanto Pohl (1998, p. 9) cita apenas Paumari, Félix (1987, p. 20) Ijáari, e D’Ávila et al. (1998, p. 1) Yja’ari. Até agora, não foi possível verificar uma única autodenominação de todos os grupos Paumari.

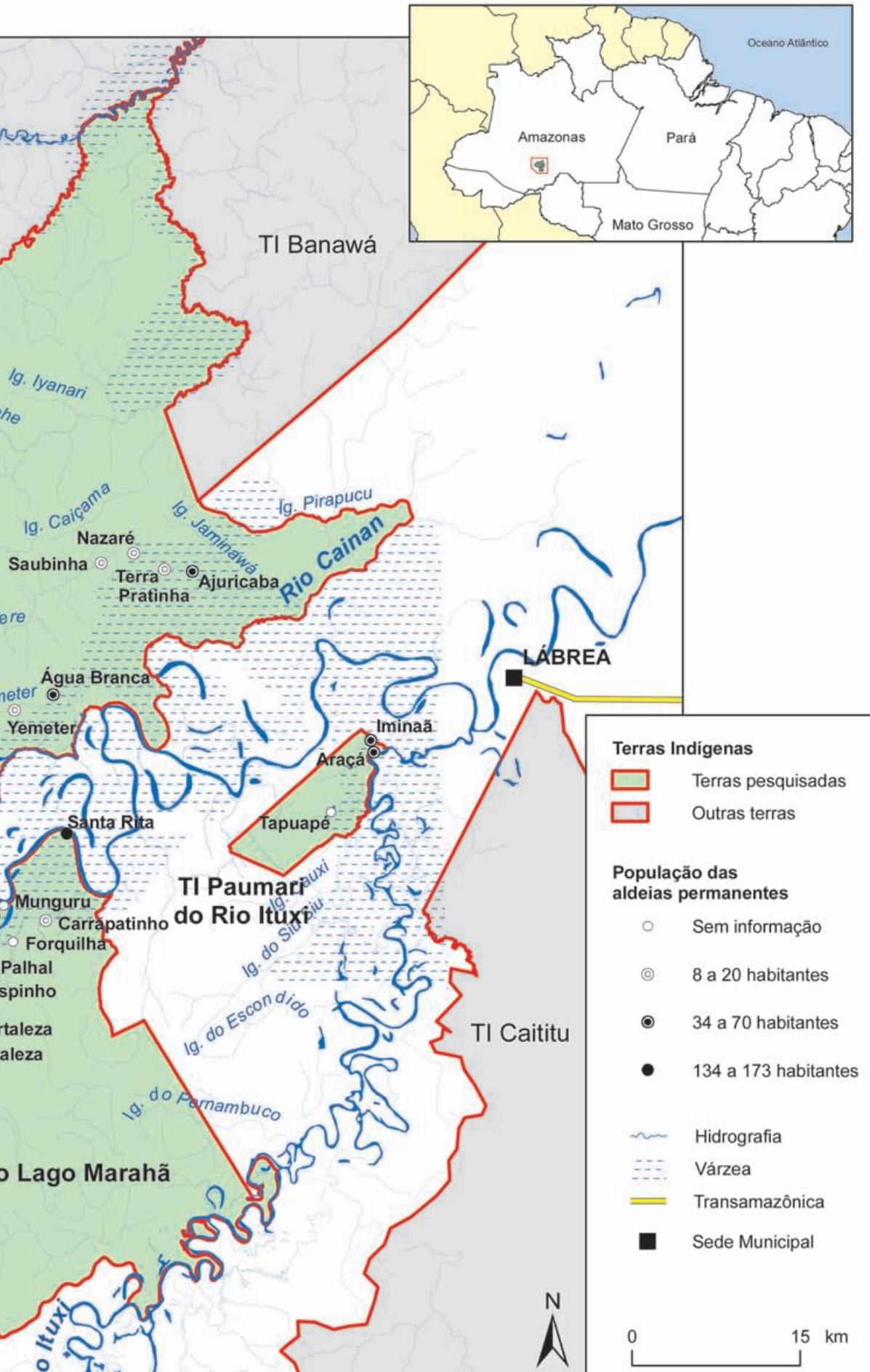
Língua

Os Paumari chamam sua língua de pamoari. Os conhecimentos detalhados sobre ela baseiam-se quase que exclusivamente nos estudos realizados pelas missionárias Shirley Chapman, Mary-Anne Odmark, Meinke Salzer e Beatrice Senn, do SIL, no decorrer de 1964 a 1997. Quase todos esses estudos foram feitos na área do Lago Marahã. Praticamente todos os Paumari falam também o português.



População Indígena no Complexo Médio Purus II





Habitats e terras

A região atualmente habitada pelos Paumari é exclusivamente a bacia do Médio Purus e seus afluentes (Municípios de Lábrea e Tapauá - AM). Não há registros de comunidades Paumari fora dessa região.

Os Paumari são conhecidos por sua orientação aquática, o que se manifesta nos habitats tradicionalmente preferidos, as várzeas e os rios e lagos. O estabelecimento de assentamentos permanentes na terra firme é um fenômeno recente de mudança cultural externamente influenciada.

As seis terras indígenas com população Paumari são:

Terra Indígena	Município	Extensão (em ha)	Situação jurídica
Caititu	Lábrea	308.062	homologada
Paumari do Cuniuá	Tapauá	42.828	registrada
Paumari do Lago Manissuã	Tapauá	11.230	registrada
Paumari do Lago Marahã	Lábrea	116.000	homologada
Paumari do Lago Paricá	Tapauá	15.792	registrada
Paumari do Rio Ituxi	Lábrea	7.572	registrada

Os Paumari são os únicos habitantes indígenas apenas na Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã, enquanto nas outras terras eles dividem o espaço com grupos indígenas de outra origem étnica: Apurinã (nas Terras Indígenas Caititu, Paumari do Cuniuá, Paumari do Lago Marahã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Rio Ituxi), Jamamadi (Terra Indígena Caititu) e Katukina (Terra Indígena Paumari do Cuniuá e Paumari do Lago Paricá).

Demografia

O número total de Paumari ainda não é conhecido exatamente. Ele foi avaliado, pelo ISA, em 539, em 1988 (Ricardo, 1996, p. X); mais de 900, em 1996 (Ricardo, 1996, p. 351-352); e mais de 950, em 1999 (ISA, 2000: "Mapa das Terras Indígenas").

Um cruzamento de dados do ISA, da OPAN, do PPTAL e de notas de campo permite, no entanto, apresentar uma avaliação dos números mínimo e máximo dos Paumari para os anos 1999 e 2000:



Terra Indígena	População mínima	População máxima
Caititu	?	?
Paumari do Cuniuá	52	65
Paumari do Lago Manissuã	48	140
Paumari do Lago Marahã	270	561
Paumari do Lago Paricá	29	57
Paumari do Rio Ituxi	38	55
Total	437	878

Território tradicional e história dos contatos

O território tradicional dos Paumari, segundo fontes históricas, compreendia margens de rios, lagos e os próprios rios: no Médio Purus até a boca do Rio Jacaré (Chandless), na boca do Rio Tapauá (Ehrenreich) e no Rio Ituxi até “Hyutanahã” (Steere).

Segundo Rivet; Tastevin (1921) e Métraux (1948), eles são descendentes de uma subdivisão dos antigos Purupuru (Purupurú), hoje desaparecidos, que, segundo Castelnau, habitavam, no século XVIII, a região da boca do Purus até a foz do Ituxi. Os últimos remanescentes dos Purupuru são mencionados em meados do século XIX entre o Lago Jary (Panará-Mirim do Jary) e o Rio Paraná-Pixuna, afluente direito do Baixo Purus, e na boca do Ituxi (Métraux, 1948, p. 661). Outra subdivisão antiga dos Purupuru, os Juberi (Jubirí, Yuberí), foi localizada no Baixo Tapauá, nas margens do Lago Abonini (Abunini) e nas margens do Médio Purus, antes da boca do Mamoriá-Açu (idem, p. 662: Chandless [1868] 1949, p. 26).

Os Paumari encontram-se em contato com a sociedade envolvente há pelo menos dois séculos. Eles são mencionados em fontes históricas pela primeira vez em 1845 por ocasião da expedição de João Henrique de Matos. Naquela época, vários grupos já foram explorados na extração de “drogas do sertão” pelo comerciante Manoel Urbano da Encarnação, que controlava o Médio Purus.

Em 1847, Castelnau observou grupos Paumari do Rio “Oiday” até o Rio Sepatini. Segundo esse naturalista francês, eles viviam principalmente nas praias e não se dedicavam à agricultura. As habitações principais eram grupos de jangadas, com uma jangada por “família”, e a comunicação entre elas era realizada por meio de pirogas. Também havia casas em terra firme. Os Paumari não usavam roupas, mas apenas pintura corporal.

Em 1852, a expedição de Serafim da Silva Salgado encontra balsas dos Paumari no Lago

“Caquatahan”. Os Paumari também são mencionados no relatório da viagem de João Wilkens de Mattos.

De 1854 a 1856, Frei Pedro da Ceriana conseguiu “aldear” alguns Paumari na Missão São Luiz Gonzaga, às margens do Lago Arumã.

Em 1862, durante a expedição liderada por João Martins da Silva Coutinho, o naturalista alemão Gustav Wallis (1886) notou a primeira “maloca” dos Paumari na foz do Rio Jacaré. No Rio Arimã, ele observou 600 Paumari e Juberi, reunidos por Manoel Urbano da Encarnação, fazendo um grande roçado e levantando uma capela, no lugar onde o Frei Pedro da Ceriana tencionara formar a missão.

As primeiras descrições científicas mais detalhadas dos Paumari são de Chandless, que os retrata como pacíficos e alegres, dedicando muito tempo aos cantos. Também os caracteriza como povo aquático, dando-se pouco à agricultura e plantando somente mandioca, macaxeira e banana, mas não produzindo farinha de mandioca, embora gostassem dela e procurassem obtê-la dos comerciantes. Eram bons pescadores e atiradores de flecha, com a qual matavam peixes e tartarugas, mas maus caçadores. A alimentação baseava-se em peixes e quelônios. Numa ocasião, Chandless observou mais de 60 canoas flutuando rio abaixo, à caça de tartarugas, indo em cada uma delas uma mulher remando e um homem de pé, na proa, à espreita do aparecimento de quelônios. Segundo o mesmo autor, os Paumari viviam a maior parte do tempo da estação seca em bancos de areia, construindo “choupanas” de talos de palmeira, quando se demoravam por muito tempo, ou ranchos simples de folhas de palmeira, em forma semicilíndrica. Na época da enchente, no entanto, retiravam-se para os lagos, fazendo suas “choupanas” sobre jangadas ancoradas no meio dos lagos para evitar os insetos.

Em 1879, depois de fundar a Missão de Nossa Senhora da Conceição do Rio Ituxi, os freis franciscanos subiram o mesmo rio e encontraram, depois de um dia de viagem, um grupo de Paumari “muito exigentes e bebedores de aguardente e dedicados a todos os vícios recebidos da encantadora civilização dos comerciantes ambulantes” (Kroemer, 1985, p. 73).

A própria cidade de Lábrea foi fundada em território Paumari. Estes foram explorados pelo Coronel Labre como produtores de borracha e fornecedores de peixes, tartarugas e ovos de quelônios. Na época do primeiro ciclo da borracha, as cidades na Amazônia foram iluminadas por lampiões que funcionavam com manteiga e óleo feitos de ovos de quelônios, o que explica o interesse no trabalho dos Paumari como fornecedores desse produto.

Depois das viagens do etnólogo americano Steere na região, entre 1873 e 1901, este descreve os Paumari como reduzidos por epidemias a umas poucas centenas de indivíduos, levando

uma vida nômade ao longo do Purus e vagando de seringal em seringal.

Ehrenreich localiza grupos de Paumari nos seringais do Coronel Luiz Gomes, descrevendo-os como maltrapilhos e entregues ao alcoolismo.

No final do século XIX, os Paumari perderam grande parte de seus territórios tradicionais de pesca e caça aos quelônios, porque as praias fluviais foram controladas e exploradas pelos donos dos seringais.

Relações interétnicas

As relações interétnicas com a sociedade envolvente estão marcadas por estereótipos e por dependências materiais e assistenciais dos “brancos”, os quais são chamados “jara” (também ‘forasteiro’, ‘não-índio’, ‘regional’, ‘ribeirinho’). Esta categoria geralmente inclui apenas os brasileiros, enquanto os estrangeiros são distinguidos segundo sua nacionalidade, usando palavras em português. Os estereótipos de serem preguiçosos e inconstantes com relação ao trabalho dificultam as relações econômicas e empregatícias, em particular no meio urbano.

As relações com outros povos indígenas geralmente são pacíficas, embora se possa observar tensões sérias nas relações com os Apurinã em questões de territorialidade, quando comunidades Paumari e Apurinã são vizinhas nas mesmas terras, como na Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi. Informantes Paumari nas aldeias Santa Rita e Crispinho (Terra Indígena Paumari do Lago Marahã) relataram que antigamente os Paumari tinham medo dos ataques dos Apurinã e sempre estavam prontos para pular na água e se esconder atrás das jangadas.





Organização social e política

Os viajantes e outros observadores do século XIX caracterizaram as habitações lacustres da época chuvosa como as moradias típicas dos Paumari. Essas balsas ou jangadas com casas flutuavam no meio dos lagos e lagoas para ficar, desse modo, mais ou menos protegidas de insetos como os “piuns”. Por isso, também foram chamadas de “flutuantes”. Cada aldeia estava composta de 8 a 15 casas com uma ou duas famílias em cada uma. O lugar do fogo encontrava-se em terra firme, nas proximidades da margem do lago.

Outras habitações menores da estação seca muitas vezes ficaram despercebidas, como os ranchos simples de folha de palmeira, em forma semicircular, nas praias fluviais.

Contrário à imagem de nomadismo fluvial, Steere também fala de aldeias permanentes, ocupadas na estação chuvosa, onde eram conservadas tartarugas vivas em cercados feitos de estacas.

Hoje em dia, os “flutuantes” representam um tipo minoritário de habitação Paumari. A grande maioria dos Paumari mora, pelo menos uma parte do ano, em casas do tipo regional, o que implica em maior exposição às pequenas pragas cotidianas, como os piuns (*marihi*) e mutucas (*saba'da*).

O tamanho dos grupos locais pode variar de casas isoladas a aldeias com mais de 20 casas.

Steere (1903, p. 387) menciona a divisão dos Paumari em vários clãs: os Hirari ka Paumari (‘povo da queixada’), Majori ka Paumari (‘povo do urubu’), Kasi’i ka Paumari (‘povo do jacaré’) e Saba’o ka Paumari (‘povo da lontra’). É o único autor que fala desses grupos de parentesco.

Os grupos residenciais são famílias nucleares ou grupos familiares extensivos (casal, filhos, genros, noras e netos), incluídos, às vezes, também os filhos que um dos pais teve de casamento

anterior. Os irmãos consangüíneos geralmente não vivem juntos no mesmo grupo residencial depois do casamento, embora procurem construir sua casa perto dos outros. Esta regra, no entanto, não vale para as irmãs. Adultos solteiros costumam viver com a família de um irmão. Jovens que só têm um pai vivo geralmente vivem com ele. Caso este torne a casar-se e o filho não seja aceito na nova família, este é cuidado por parentes.

Tradicionalmente, havia preferências de casamento com primos cruzados. Diferente de muitas outras sociedades indígenas na Amazônia, o genro faz trabalhos para o futuro sogro antes do casamento. As regras de residência pós-nupcial são complicadas: matrilocal (uxorilocal) no primeiro mês, depois patrilocal (virilocal) por um mês e depois mudanças constantes de até dois anos entre as famílias dos sogros até o nascimento do primeiro filho. Estas mudanças podem continuar até o nascimento do segundo ou terceiro filho, quando geralmente o casal opta pela residência neolocal. Nestes anos, o casal não precisa morar necessariamente na casa dos sogros, mas pode construir a sua ao lado dela. Se uma parte do casal é órfão de pai ou mãe, as regras de residência pós-nupcial são mais complicadas.

Quanto às fases culturalmente marcadas do ciclo de vida, hoje em dia, vale destacar principalmente a mudança de *status* das meninas para a vida adulta. Quando ocorre a primeira menstruação, elas têm que se retirar para uma casinha de reclusão — construída ao lado da casa da família ou dentro dela. Neste último caso, ela é feita apenas por uma grande esteira enrolada em forma de uma tenda cônica. Nesta casinha de reclusão, a menina tem que passar entre



sete meses até um ano inteiro, sendo atendida pela mãe ou outros membros da família. Ao contrário de outros povos da região, os Paumari contemporâneos permitem essas meninas serem vistas por homens e até serem fotografadas. A fase da reclusão termina com uma festa grande da aldeia inteira, que dura vários dias. Para os meninos não existe mais nenhum ritual de passagem, sendo a mudança de voz o indicador de mudança de status de criança para o de adulto.

A organização política dos Paumari está passando por grandes mudanças, uma vez que antigamente eles não conheciam a função destacada de liderança dos grupos locais. Havia um tipo informal de chefia a ser assumida pelo mais velho. Muitas comunidades atuais ainda não têm verdadeiros “caciques” e podem ser caracterizadas como acéfalas.

Organização econômica



O ciclo econômico anual é marcado pela grande mobilidade dos grupos locais e seus deslocamentos sazonais entre diversas zonas de exploração (terra firme e várzea, praias e castanhais). Ele é determinado pelo regime pluvial regional e os níveis de água correspondentes.

A pesca nos rios, igarapés, igapós, lagos e lagoas é a base do sustento. Os Paumari pescam o ano inteiro com técnicas diversas e se alimentam de peixes diariamente. Outros animais aquáticos preferidos são os quelônios (“bichos de casco”). A pesca sempre foi a atividade mais descrita e pouco se sabe sobre a exploração da terra firme. Os autores antigos não falam sobre o que faziam os Paumari nos meses de escassez de peixes, como se eles só estivessem esperando passivamente sobre os flutuantes a época de abundância de peixes.

A agricultura é praticada tanto na várzea quanto na terra firme, sendo a mandioca a principal planta cultivada. A agricultura desempenhava um papel irrelevante nos textos antigos sobre os Paumari, mas a expedição dos biólogos norte-americanos Ghilleen Prance, David Campbell e Bruce Nelson à região do Lago Marahã revelou uma situação contrária, por descobrir mais de 14 variedades de mandioca nas roças, o que não se tinha esperado de uma etnia caracterizada como nômade. Mas os autores não abordaram essa questão surgida inesperadamente. A unidade básica de produção é a família nuclear, mas nem todas as famílias possuem roças

(Pohl, 1998, p. 27).

Os Paumari contemporâneos, além de agricultores, também são horticultores que cultivam diversas fruteiras, legumes e plantas medicinais nos quintais, o que já foi observado por Steere, mas ignorado por outros autores. Eles também coletam uma série de frutas silvestres para consumo e matérias-primas (madeiras, cipós e folhas) para a construção de casas e embarcações e a fabricação de diversos objetos. Bebidas são produzidas com frutos de palmeiras, como açaí, bacaba ou patauí, e a castanha-do-brasil também é apreciada como alimento (e não só como mercadoria).

Os Paumari não são conhecidos como bons caçadores, embora se saiba que eles cacem esporádica e espontaneamente, principalmente no caso de encontrar algum animal, quando saem para pescar.

A criação de animais é de pouca importância para a economia Paumari.

Como os Paumari mantêm relações permanentes com a sociedade envolvente e se tornaram dependentes de seus produtos, diversas atividades são voltadas para a comercialização de produtos pesqueiros (peixes e quelônios) e extrativistas (castanha-do-brasil, copaíba, sorva, látex e madeiras-de-lei) em troca de bens industrializados básicos (alimentos, têxteis, ferramentas, motores, combustíveis e outros). Nessas relações, muitas vezes não recebem dinheiro nenhum, mas são explorados de forma escandalosa por regatões nas trocas de produtos. Nos círculos viciosos desses sistemas de aviamento, muitos Paumari contraem grandes dívidas e as famílias não conseguem quitá-las ao longo dos anos, mesmo pagando com toda a sua produção. Com essas dívidas, muitos Paumari são obrigados a ceder um lago ou uma lagoa para algum não-indígena interessado na sua exploração ou abrir mão à exploração madeireira das florestas. Nos últimos anos, porém, surgiram diversas restrições à venda ou troca de produtos com os





quais os Paumari costumavam ter facilidade de trabalhar, tanto pela fiscalização mais eficaz de diversos órgãos governamentais quanto pela superexploração de alguns dos recursos. Além disso, a exploração da borracha e da sorva entrou numa crise grave no início dos anos 1980, obrigando muitos Paumari a buscar alternativas de produtos que podiam ser comercializados. Assim, muitos começaram a se dedicar mais à agricultura.

Kroemer (1985, p. 136) observou uma estratégia de sobrevivência interessante em face das pressões dos regatões: muitos Paumari assumiam compromissos com vários patrões, ficando, então, endividados com vários, mas nunca devendo muito a um negociante só, o que parece aliviar um pouco as dependências.

Como se vê, a caracterização dos Paumari como “nômades fluviais”, tantas vezes repetida na literatura, não é adequada, ao menos com relação aos Paumari contemporâneos. Ao contrário de verdadeiros nômades, eles têm assentamentos permanentes e apenas praticam deslocamentos sazonais, devido às estratégias econômicas de explorar vários ecossistemas. Aliás, há diversos povos indígenas no Brasil que também praticam essas migrações temporárias e sazonais sem serem tachados de nômades. O estilo de vida dos Paumari tem muito mais a ver com o daqueles povos que mudam regularmente de atividades econômicas e, ao mesmo tempo, ecossistemas por migrações sazonais e, por isso, são chamados de transhumantes pelos antropólogos.

Cultura material



As casas são do tipo regional, também usada pela população não-indígena ribeirinha, e construídas sobre palafitas. Para subir, coloca-se uma escada de madeira ou um tronco com pequenas lascas cortadas capazes de dar apoio aos pés. As casas podem ter um ou dois compartimentos. Se tiver dois, usa-se um para dormir e se reunir e o outro como cozinha. Cobertura e assoalho precisam ser trocados a cada dois anos, em média, por causa do desgaste dos materiais usados. Este tipo de casa é mais usado na época da cheia, quando se precisa cuidar das roças, enquanto é possível encontrar muitas delas desocupadas no verão.

Os flutuantes atuais são balsas com o mesmo tipo de casa, porém sem palafitas. Por causa das toras grossas que as sustentam, eles são de difícil remoção e permanecem amarrados por longas temporadas na beira de lagos, acompanhando somente as mudanças dos níveis de água. Eles podem ser removidos, dependendo da vontade dos moradores, mas trata-se de um empreendimento muito árduo. Este tipo de habitação permanente não impede seus moradores de exercerem suas atividades em terra firme.

Habitações temporárias são pequenos ranchos ou tapiris, construídos principalmente com material de palmeiras, para deslocamentos em curto prazo, seja para as praias fluviais, seja para a coleta de castanha-do-brasil ou de outros produtos florestais.



Entre os objetos de uso doméstico fabricados pelos Paumari figuram cestos, paneiros e esteiras simples. Estas últimas também são chamadas “cama do índio” pelos próprios Paumari, pois antigamente eles não fabricavam redes. A cerâmica é descrita como rude e sem pinturas, o que é explicado por vários autores, como era de esperar, como resultado da “vida nômade”.

O vestuário contemporâneo consiste de roupas iguais às da população regional. São compradas prontas, adquiridas por trocas ou costuradas com tecidos comprados ou adquiridos por trocas. Antigamente, os homens só usavam uma cinta para fixar o pênis, completada por alguns fios que o escondiam, e as mulheres uma tanga de algodão.

A ornamentação corporal principal, antigamente, era composta por linhas vermelhas pintadas com urucum. Hoje em dia, usa-se colares e pulseiras, que também são fabricados para a comercialização.

As embarcações tradicionais eram canoas de uma só peça, com 3,5 a 4,5 m de comprimento, cortadas rente na frente e com os lados verticais. As pás dos remos eram de forma oval e pontudas. Canoas e remos contemporâneos conservaram estas formas.

Entre as armas de caça e pesca, as flechas são as mais descritas nos relatos antigos. A parte da ponta era separada e sobreposta na haste, na qual ficava presa uma seta. Esta extremidade estava ligada à flecha por meio de um barbante, amarrado de tal maneira que, ao atirar, se desenrolava, separando a haste, que boiava, do anzol da seta, que ficava cravada no animal. Os Paumari também lançavam arpões e flechas com propulsores.





Artesanato

Os Paumari produzem objetos de uso doméstico e alguns adornos para vendê-los como artesanato nos centros urbanos, aos regatões ou a missionários, sendo os últimos intermediários que oferecem preços mais altos que os comerciantes regionais. Entre o artesanato à venda nas cidades e nas aldeias destaca-se a cestaria, que é considerada de excelente qualidade.

Religião e xamanismo

A religião étnica é uma das áreas menos conhecidas da cultura Paumari. Sob a influência missionária, ela está ameaçada de desaparecimento em uma série de aldeias. Isto vale também para a mitologia, o xamanismo, os rituais e as festas, dos quais também se sabe muito pouco, embora muitas lendas e outras histórias fossem coletadas pelas missionárias do SIL e transcritas para o uso escolar.

O xamanismo ainda é praticado em muitas aldeias, às vezes de uma forma meio escondida, e não se fala muito sobre ele.

Rapé

Um elemento importante do xamanismo, porém, goza de popularidade muito grande entre os Paumari: o rapé. Este estimulante é preparado, segundo Prance (1978), com as folhas de *Bignoniaceae* (*Tanaecium nocturnum*), chamada *koribo* em pamaori. Estas folhas têm um gosto amendoado, quando mastigadas. Para preparar o rapé, tira-se as folhas verdes e torra-as até ficarem secas, o que dá a base para um pó fino que é guardado num ouriço de castanha-do-brasil. Depois, este pó é peneirado e misturado com rapé de tabaco, preparado da mesma forma. Esta mistura é chamada *koribo-nafoni* e somente é usada pelos pajés em ocasiões especiais, como, por exemplo, antes do tratamento de pacientes, para rituais para proteger crianças ou para os rituais de puberdade das meninas.

Há dois outros tipos mais “populares” de rapé. Um é feito de tabaco, às vezes misturado com cinza de cascas de árvores. O outro, chamado *kavabo*, é feito da casca da virola alongada (*oko'oba*, em pamaori). Raspa-se a parte externa da casca com um terçado, torrando-a e secando-a por cima do fogo. Depois é pulverizada num pilão feito do ouriço da castanha-do-brasil.

O rapé era inalado, tradicionalmente, por meio de um par de ossos ocos que eram amarrados lado a lado com um fio de algodão. Suas extremidades eram arredondadas igualmente com cera para adaptá-las às narinas.

As mulheres, geralmente, não usam rapé, mas tomam o *koribo* em outra forma, fazendo um chá da casca da raiz, que é fermentada na água. Este chá produz um efeito de entorpecimento.





Os Apurinã

Nomes

Outros nomes e grafias são: Hypurina, Hyupurina, Ipurina, Ipuriná e Jupurina.

A autodenominação é Kangitê (Kangütü, Kangite, Kangiti, Kankete, Kankiti), mas, segundo Kroemer (1985, p. 106), também é Popingá.

Língua

Os estudos sobre a língua Apurinã foram inaugurados com o missionário protestante Jacob Polak, em 1877, mas, depois do fracasso da “Missão Hyutanahã”, seguiu-se um intervalo de cerca de 80 anos com poucas pesquisas até a realização de trabalhos subseqüentes pelos missionários Wilbur Pickering, Catherine Aberdour e Judy King, do SIL. Os Apurinã, geralmente, são bilíngües, sendo muito raras comunidades monolíngües onde só se fala Apurinã. Há alguns grupos que não falam mais a língua indígena, como a comunidade de Iminaã, na Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi.



Habitats e terras

A região atualmente habitada pelos Apurinã compreende uma ampla região, que se estende do Acre até o médio curso do Rio Purus, de Tapauá a Boca do Acre e seus afluentes Ituxi, Pauini e Sepatini (Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Pauini e Tapauá-Estado do Amazonas), mas também há algumas comunidades no Baixo Purus (Município de Beruri - AM) e na região do Solimões (Município de Manacapuru - AM). Diferente dos Paumari, os Apurinã habitam tradicionalmente tanto as várzeas quanto as terras firmes.

Atualmente, a população Apurinã nas Terras Indígenas são:

Terra Indígena	Município	Extensão (em ha)	Situação jurídica
Acimã	Lábrea	40.686	registrada
Água Preta/Inari	Pauini	139.764	homologada
Alto Sepatini (Terra dos Macacos)	Lábrea	26.096	registrada
Apurinã BR-317, km 124	Boca do Acre e Lábrea	42.198	homologada
Apurinã do Igarapé São João	Tapauá	18.232	identificada
Apurinã do Igarapé Tauamirim	Tapauá	96.457	homologada
Boca do Acre	Boca do Acre e Lábrea	26.240	homologada
Caititu	Lábrea	308.063	homologada
Camicuã	Boca do Acre	58.520	homologada
Catipari/Mamoriá	Pauini	115.044	homologada
Fortaleza do Patauí	Manacapuru	744	em identificação
Guajahã	Pauini	5.037	homologada
Igarapé Paiol	Manaquiri	?	a identificar
Itixi Mitari	Anori/Beruri/Tapauá	182.135	homologada
Jatuarana	Manacapuru	5.252	homologada
Paumari do Lago Marahã	Lábrea	118.767	homologada
Paumari do Lago Paricá	Tapauá	15.792	registrada
Paumari do Rio Ituxi	Lábrea	7.572	registrada
Peneri/Tacaquiri	Pauini	189.871	homologada
São Pedro do Sepatini	Lábrea	27.644	registrada
Seruini/Mariênê	Lábrea e Pauini	144.971	demarcada
São Francisco	Manacapuru	?	em identificação
Tumiã	Lábrea e Pauini	124.357	registrada

Demografia

O número total dos Apurinã ainda não é conhecido exatamente. Ele foi avaliado, pelo ISA, em 2.800, em 1991 (Ricardo, 1996, p. VI); 2.745, em 1996 (Ricardo, 1996, p. 351-352); e 2.567, em 1999 (Instituto, 2000). Isto significaria uma diminuição populacional total de 8,3% em oito anos. Os números divulgados pelo ISA estão baseados, no caso dos Apurinã, quase exclusivamente em informações da FUNAI e do antigo Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) de 1985 a 1993 e, por isso, precisam ser reavaliados, também levando em conta eventuais erros na contagem devido às condições ambientais difíceis para efetuar censos na região.

Um cruzamento de dados do ISA, do PPTAL, da Prelazia de Lábrea e de notas de campo permite, no entanto, apresentar uma avaliação dos números mínimo e máximo da população Apurinã para os anos 1999 e 2007:

Terra Indígena	População mínima	População máxima
Acimã	36	70
Água Preta/Inari	120	160
Alto Sepatini	70	70
Apurinã BR-317, km 124	162	162
Apurinã do Igarapé São João	53	53
Apurinã do Igarapé Tauamirim	119	171
Boca do Acre	114	114
Caititu	211	264
Camicuã	260	260
Catipari/Mamoriá	115	360
Fortaleza do Patauá	22	50
Guajahã	100	100
Igarapé Paiol	?	?
Itixi Mitari	288	288
Jatuarana	45	45
Paumari do Lago Marahã	173	173
Paumari do Lago Paricá	25	25
Paumari do Rio Ituxi	54	54
Peneri/Tacaquiri	690	700
São Pedro do Sepatini	40	45
Seruini/Marienê	150	220
São Francisco	?	?
Tumiã	45	110
Total	2.892	3.494

Como se vê, a diferença entre mínimo e máximo é considerável: 602 pessoas. Apenas levantamentos futuros permitirão apresentar estatísticas mais claras e exatas.

Por enquanto, não é possível apresentar informações exatas sobre as taxas de natalidade e mortalidade, pois há estatísticas detalhadas apenas de algumas comunidades, mas não para os Apurinã em sua totalidade. Também neste caso, os levantamentos atuais e futuros do DSEI do Médio Rio Purus prometem oferecer informações mais detalhadas e abrangentes.



Território tradicional e história dos contatos

O território tradicional dos Apurinã abrange todo o Médio Purus e seus afluentes do lado direito (Rios Sepatini, Jacu, Acre e Ituxi). Também foram encontrados no Pauini, no Mamoriá, nas cabeceiras do Igarapé Mamoriazinho e nos Rios Entimari e Punicici, afluentes do Ituxi.

A característica mais mencionada dos Apurinã sempre foi sua beligerância e seus conflitos internos. Em suas guerras externas entraram em confronto com quase todos os povos indígenas do Rio Purus, exceto os antigos Juberi. Guerrearam com os Deni, Jamamadi, Juma, Kanamari, Katawixi, Kulina, Machineri e Paumari. Estes últimos viviam em temor terrível dos Apurinã, enquanto os Juma foram descritos por autores do século XIX como os únicos que não tinham medo deles.

Sobre a história pré-colonial dos Apurinã nada se sabe.

O primeiro viajante que mencionou os Apurinã foi João Henrique de Matos, por ocasião de sua expedição de 1845. Naquela época, vários grupos deste povo já haviam sido explorados por Manoel Urbano da Encarnação. Matos escreveu que eles já conheciam fazendas (mercadorias), ferramentas e facões e que se vestiam com tangas de pano. Alguns anos mais tarde, Manoel Urbano da Encarnação conseguiu atrair grupos Apurinã para a foz do Mamoriá, do Inauini, do Pauini e do Seruini.

Castelnau (1850-59) também fala dos Apurinã, por motivo de sua viagem de 1847, descrevendo-os como hostis.

Em 1854, João Wilkens de Mattos encontra grupos Apurinã durante a primeira viagem do vapor “Monarca”.

Entre 1854 e 1856, Frei Pedro da Ceriana tentou “aldear” uma parte dos Apurinã, junto com Paumari e Jamamadi, na Missão São Luiz Gonzaga, à beira do Lago Arumã, mas fracassa com essa empreitada.

Manoel Urbano da Encarnação (1900), depois de sua expedição para explorar o Purus, em 1861, escreveu que os Apurinã habitavam grandes extensões no Alto Purus e que eram inclinados à guerra, empregando grande parte do tempo em seus preparativos, sendo, por isso, muito temidos pelos outros povos.

No relatório do Presidente da Província, Adolfo de Barros Cavalcante Lacerda, de 8 de maio de 1865, eles são descritos como “grande nação” que se estendia pelo Purus e por todos os afluentes, desde o Sepatini até o “Hyuacu”, numa extensão de 250 milhas. Na margem direita do Purus não se teriam encontrados outros índios senão os Apurinã. Eles teriam sido tão belicosos e sempre teriam estado à espera de ataques eventuais que os homens raras vezes largavam as armas, desconfiando de qualquer pessoa desconhecida. Os Apurinã são descritos como moradores das florestas e não dos rios, e até os atraídos por Manoel Urbano da Encarnação teriam colocado suas malocas cerca de meia légua para dentro da mata (uma légua = cerca de 6 km). Somente na época da caça às tartarugas todos se deslocavam para as praias fluviais, onde se abrigavam do sol e das chuvas sob choças ligeiras de galhos de airana. Foi observado que os homens caçavam e pescavam, enquanto as mulheres cuidavam das roças. A poligamia era comum.

A índole guerreira é tema reiterado por diversos autores, inclusive Chandless, que perdeu um companheiro de viagem, porque este tivera um caso com uma índia que era esposa de um dos líderes Apurinã.

Em 1870, começou o Projeto Hyutanahã, de missionários protestantes ingleses, que era voltado à educação de crianças Apurinã, as quais foram recrutadas através de internatos. Segundo Ehrenreich (1891), que visitou a região alguns anos depois do abandono da missão, teriam surgido acusações contra os missionários de aproveitar o sistema reinante dos comerciantes que recolhiam crianças indígenas vendidas ou atraídas à força. Este tráfico de crianças teria provocado uma revolta dos Apurinã, mas até hoje não se sabe com certeza quais



foram as causas do fracasso da missão. Alguns missionários ficaram na região e entraram na fileira dos exploradores da borracha.

Outro empreendimento, o projeto de colonização do americano A.D. Piper, no Rio Ituxi, de 1872 a 1874, também provocou uma reação armada dos Apurinã que terminou na morte de Piper.

Em 1877, houve uma tentativa dos franciscanos italianos Venâncio Zilocchi e Matteo Caniani de atrair um grupo de Apurinã do Rio Sepatini para a Missão Imaculata Conceição no Rio Purus, no Igarapé Mamoriazinho, ignorando as hostilidades entre Apurinã e Jamamadi, o que finalmente levou ao fracasso do projeto.

Depois de fundar a Missão Nossa Senhora da Conceição do Rio Ituxi, em 1879, voltaram-se de novo aos Apurinã. Depois de dezenove dias subindo o Ituxi e seus afluentes, encontram um grupo de Apurinã no Igarapé Ayatiá, que conseguem convencer para descer com eles para a missão. Após alguns sucessos iniciais, os freis se retiram da missão em 1881 e depois os índios também a abandonam. Naquela época, os Apurinã do Rio Ituxi ainda tinham poucos contatos com os “brancos”.

A região do Ituxi foi a mais violentamente conquistada durante o primeiro ciclo da borracha e, como os Apurinã fizeram resistência forte contra o avanço da frente seringalista, foram massacrados e subjugados com brutalidade máxima pelo seringalista Luiz Gomes. Poucos sobreviveram e, mais tarde, foram levados para os seringais do Purus.

No final do século XIX e início do século XX, quando Joseph Steere e Euclides da Cunha conheceram a região, os Apurinã do Ituxi já estavam muito dizimados. Eles se espalharam por toda a beira do Purus, estabelecendo-se em pequenos grupos familiares em seringais ou núcleos urbanos, sujeitos a regatões e outros negociantes. Às vezes, eles até foram empregados como capangas ou “caçadores” de grupos ainda não subjugados. Alguns seringalistas, por exemplo, usaram-nos para expulsar os Paumari de determinadas partes da região. Isto provocou, por um lado, novos conflitos interétnicos e contribuiu, por outro lado, para reproduzir os estereótipos de serem “briguentos”, “perversos” e até “canibais”. Os estereótipos estigmáticos de serem violentos e sempre estarem à procura de conflitos foram conservados até a atualidade.

Os Apurinã que sobreviveram às





“correrias” da época (os avanços da frente extrativista) e às doenças nos Rios Sepatini, Seruini, Inauini, Pauini, Mamoriá e Acre tornaram-se seringueiros em terras que lhes foram usurpadas.

A situação das informações sobre os Apurinã no século XX é parecida com aquela dos Paumari, o que implica em muito trabalho para futuras pesquisas etno-históricas. As informações tratam principalmente da assistência pelo SPI e de conflitos internos e externos de diversos grupos locais. O SPI só conseguiu aliviar parcial e temporariamente as relações de patronagem, nunca atingindo o sistema seriamente. Isto se devia, entre outras causas, ao fato de alguns funcionários do próprio SPI terem estado envolvidos no extrativismo.

O PIN Pedro Dantas ou Marienê, no Rio Seruini, no Município de Lábrea, na região da atual cidade de Pauini, foi instalado pelo SPI para atender aos Apurinã. Em 1927, 85 Apurinã viviam no próprio posto e mais 300 nas imediações, não querendo morar no posto por causa de conflitos anteriores com os Apurinã do posto. Em 1929, 91 índios moravam em 20 casas. O posto, porém, entrou em decadência depois de alguns anos, de modo que em 1940 apenas 25 Apurinã vivessem em suas imediações, enquanto outros estavam espalhados pelas beiras do Purus, trabalhando sobretudo como mão-de-obra barata nos seringais dos delegados do SPI. Com este insucesso, o posto foi desativado em torno de 1950.

Em 1930, o encarregado do posto, Leonardo Solon da Costa e Silva, avaliou o número dos Apurinã na região dos Rios Tumiã, Sepatini e Tacaquiri em 1.500.

Um incidente dos anos 1960, contado em Kroemer (1985, p. 99), é significativo por ilustrar os problemas dos Apurinã de achar terras para fixar moradia depois das desterritorializações dos dois ciclos da borracha. Expatriados de suas terras antigas, eles começaram, a partir dos anos 1940, a descer o Purus à procura de novas terras para se estabelecer. No início

dos anos 1960, o SPI tinha translado um grupo na foz do Tapauá, no Purus, para terras pertencentes a seringalistas. Lá o grupo sofreu diversas privações. Quando morreu um Apurinã, os outros invocaram os espíritos, os quais os informaram que a morte foi causada por feitiço feito pela prima do dono do seringal. Naquela época, muitos Apurinã estavam convencidos de que feitiço de “branco” só podia ser repellido com a morte dos “brancos”. E isto realmente ocorreu depois da morte de mais seis índios. Em 15/07/1962, os Apurinã atacaram o barracão, o pilharam e incendiaram, deixando oito mortos e feridos em número ainda maior. Pouco tempo depois, apareceram representantes da Inspetoria Regional do SPI e forças policiais, capturaram os Apurinã e os levaram para Manaus. Depois de alguns anos de exílio punitivo, eles foram reconduzidos para as imediações da cidade de Tapauá, onde já viviam outros Apurinã. Como a população urbana ficou revoltada com sua presença, aqueles Apurinã foram deslocados mais uma vez, por intermediação do padre, desta vez para o Rio Tauamirim. Nos anos 1980, surgiram novos conflitos entre os grupos do Tauamirim e do Igarapé São João.

Relações interétnicas

As relações interétnicas atuais estão marcadas integralmente pelas experiências históricas dos dois séculos passados e pelos estereótipos que se formaram no decorrer desse tempo. Os Apurinã são vistos com desconfiança tanto pelos “brancos”, que eles chamam de “kariú”, quanto pelos outros povos indígenas da região.

Organização social e política

As informações sobre a organização social e política dos Apurinã ainda são esparsas e deficientes e merecem aprofundamentos em pesquisas futuras.

Os grupos locais, segundo Ehrenreich, antigamente eram pequenos, não ultrapassando o número de seis a oito famílias nucleares, morando em uma ou duas malocas. As comunidades atuais são maiores, com algumas aldeias com mais de 170 moradores.

As relações intercomunitárias, geralmente, eram problemáticas, uma vez que todos os azares costumavam ser atribuídos à “magia negra” exercida por moradores de outras aldeias. Isto podia levar, nos casos piores, a vinganças de morte e vendetas intermináveis. Relações tensas com comunidades vizinhas ainda fazem parte da vida de muitas aldeias contemporâneas.

Os Apurinã se organizam em metades patrilineares exogâmicas, com as quais estão



associados tabus alimentares. Os membros da metade *Xoaporuneru* não poder comer nambu, enquanto os da metade alterna *Metumanetu* não poder comer carne de caititu.

Antigamente, a poligamia era comum, segundo Ehrenreich, o que não se pode mais dizer para a atualidade. A regra de residência pós-nupcial é matrilocal (uxorilocal). O genro tem a obrigação de trabalhar para o sogro por algum tempo e esta forma de serviço pode começar antes do casamento. Depois de ter cumprido essas obrigações por parte do marido, o casal tem três opções residenciais: uxorilocal, virilocal ou neolocal.

Organização econômica



A alimentação dos Apurinã baseia-se tradicionalmente em peixe, caça, farinha de mandioca, milho e frutos silvestres. Enquanto, antigamente, eles eram mais pescadores, caçadores e coletores do que agricultores, hoje em dia, a agricultura tem mais importância.

Os Apurinã pescam com arpão, arcos e flecha e armadilhas, sendo esta a técnica mais notável. O tipo mais comum de armadilhas consiste num cesto comprido com a boca aberta na frente, preso num esteio vertical, onde o cesto fica fixado, e num cipó comprido. O peixe que puxa a isca solta a trave metida entre uma vara amarrada no esteio e o pauzinho. Uma vez solta a trave, os cordéis que ligam o cipó e o cesto puxam-no para cima, movidos pela inclinação do cipó esticado à força. Os Jamamadi usavam armadilhas quase iguais e os Paumari ainda utilizam

este tipo, denominado sakatiru por eles.

Os dados de campo indicam que o arpão é uma prática não muito difundida e de domínio restrito entre os Apurinã.

Segundo Ehrenreich, havia um tabu de pescar arraias, porque se acreditava que a gordura desse peixe podia causar cegueira. Ainda hoje em dia, a arraia praticamente não tem lugar na culinária de diversos povos indígenas do Rio Purus.

Além da pesca, os Apurinã também se deslocam para as praias fluviais para capturar quelônios. Sabe-se que as migrações sazonais para pescar eram extensas.

Para caçar nas florestas, antigamente, usavam arcos e flechas, hoje em dia substituídos por espingardas. Ao contrário de outros povos da região, os Apurinã não utilizavam zarabatanas.

Quanto à agricultura e horticultura Apurinã, pouco foi escrito até agora. Sabe-se que antigamente eles não fabricavam farinha torrada.

Entre os frutos silvestres coletados, Ehrenreich cita o açáí, a bacaba, o bacuri, o cacau bravo, o patauí, o piquiá, a sorva e o unari, cujo “vinho” era muito apreciado.

Os Apurinã conhecem duas bebidas fermentadas tradicionais. Uma é feita de milho, cuja fermentação é induzida por mastigá-lo. Trata-se de uma bebida ligeiramente alcoólica que Kroemer (1985, p. 110) chama “chicha”, comparando-a, desse modo, com a cerveja de milho andina chicha. A outra bebida é chamada caiçuma e feita de macaxeira, que é descascada, ralada, espremida e colocada na água dentro de um cesto coberto de folhas. Depois a massa fica na água durante vários dias até entrar em fermentação. Quando fermenta, é retirada e prensada num tipiti. Depois a massa espremida é misturada com água e aquecida em potes de barro, enquanto é mexida constantemente. Também se prepara beijus e bolos dessa massa.

Cultura material e artes





As casas contemporâneas são construídas segundo o padrão ribeirinho regional. Elas quase não se distinguem das casas de outros povos indígenas da região. Antigamente, os Apurinã moravam em malocas de base elíptica, com diâmetros de 10 a 15 metros e até 7 metros de altura, segundo Ehrenreich (1891). Mas as fontes etnográficas indicam que as habitações Apurinã passaram por mudanças fundamentais no final do século XIX, pois Steere (1903) as descreveu como tendo telhado de duas águas, que tocava o chão, e compartimentos separados por paredes de palha.

Para as expedições de caça, pesca e coleta são construídos ranchos pequenos (tapiris), destinados a uma família somente e feitos de varas simples, curvadas sobre uma armação de suporte. Os Apurinã dormem em redes.

Entre os objetos de uso doméstico vale mencionar os produtos de cestaria e cerâmica. Os cestos, cuja produção é trabalho feminino, são feitos de cipó, enquanto os paneiros são fabricados com arumã. Também se faz abanos de folhas verdes ou secas de palmeiras.

A cerâmica é representada por pequenos vasos e grandes potes para conservar água e mantimentos. Esses têm formas ovais e elípticas e são feitos de argila misturada com a casca pulverizada de determinadas árvores. A forma é dada com a mão ou pedaços de conchas e a coloração, com diversos tipos de terra que são misturados com a argila. Depois da cozedura do objeto, a superfície é alisada com resina ou breu e pintada.

O vestuário contemporâneo é igual ao da população regional não-indígena. Antigamente, os homens usavam um tipo de tanga e as mulheres um pedaço de pano, substituído por uma folha no interior das malocas, para cobrir os genitais.

Há descrições dos antigos teares Apurinã, que eram pequenos e em forma triangular, usados para fabricar pulseiras

A ornamentação corporal consistia de grandes triângulos de madrepérola pendurados pelos lóbulos; pedaços de madrepérola em forma de um T, colocados no lábio superior e no beijo e usados pelas mulheres; e fitas nos tornozelos das mulheres. Os homens precisavam de mais de um ano para fabricar seus colares compridos feitos de dentes de animais e bolinhas ósseas e os negociavam com grupos vizinhos por preços altos.

As embarcações são canoas simples, antigamente feitas de um único pedaço de casca de jutaí ou jatobá.

As armas de caça tradicionais são arcos, feitos de madeira de palmeira, com corda feita de barbante de algodão, e flechas fabricadas de taquara. Os arpões, usados para pescar, hoje em dia têm as pontas feitas de pregos velhos martelados, enquanto antigamente se usava dentes de capivara ou cotia. O dardo do arpão é fabricado de um pedaço de madeira pesada com até dois metros de comprimento e tem ponta lanceolada.

Quanto às atividades artísticas, os relatos do século XIX mencionam esculturas de madeira leve, representando aves e descritos como acessórios para danças. Também se fala da decoração do interior das malocas com figuras, feitas de palha ou casca de árvores, e de serpentes esculpidas em madeira e colocadas nas estacas horizontais das estruturas das malocas. Os textos também falam de trombetas fabricadas de casca enrolada de árvores.

Religião e mitologia



Os conhecimentos sobre a religião e mitologia Apurinã também são bastante reduzidos. Relatou-se que acreditavam num ser supremo chamado Carimade ou Jurimade. Sloth teria sido o ancestral dos Apurinã e teria criado o Sol. A Lua era conceituada como um menino que engordava e emagrecia, alternadamente, e as estrelas e constelações como animais.

Um papel muito importante na mitologia Apurinã era desempenhado por Ynhysy, a grande cobra d'água. Seus lugares prediletos eram as grandes pedrarias nos rios, onde, às vezes, ela puxava uma canoa para o fundo das águas. Ela produzia chuvas, trovões e raios, simplesmente por andar pelo mundo. Depois de chuvas muito demoradas, ela se apresentava como arco-íris para trazer bom tempo.

Os Apurinã tinham bastante medo de espíritos malignos da floresta e dos espíritos dos mortos, chamados kamyry. Este medo dos espíritos dos mortos explica o costume de evitar pronunciar os nomes verdadeiros de pessoas (tecnonímia) para não chamar a atenção desses seres. Os espíritos da natureza (kamutxi ou kamatxa) encarnavam-se em forma de flautas ou trombetas que eram escondidas em lugares apenas conhecidos pelos xamãs e só podiam ser tocadas e vistas pelos homens.

O medo de espíritos e forças malignas explicam o papel destacado dos xamãs na sociedade Apurinã.

Os Apurinã também tinham diversas idéias sobre a manipulação da sorte do caçador. Por exemplo, uma flecha que tinha atingido uma sucuriyu (uma cobra) sempre seria certa.

Os mortos, juntos com seus pertences, eram enterrados na maloca onde tinham vivido. Depois de algum tempo, seus ossos eram desenterrados, untados com urucu e embrulhados num feixe que era pendurado no teto.

Estimulantes

Entre os estimulantes, o rapé ocupa o primeiro lugar. Hoje em dia, ele é inalado ou por tubinhos de canetas de que foram tiradas as cargas ou no côncavo da palma da mão. As caixas de rapé tradicionalmente eram feitas de conchas de caracol, cujas bocas eram tapadas com pedaços de concha do mesmo marisco. Nos topes havia pequenos orifícios para o tabaco sair. O ipadu (*erythroxylum cataractum*) também era muito consumido.

Os Jamamadi



Os conhecimentos etnográficos sobre os Jamamadi ainda são reduzidos e fragmentários. As controvérsias começam com a etnonímia e a identidade cultural e não podiam ser resolvidas definitivamente pelos resultados do levantamento em campo devido à limitação do tempo e dos enfoques da pesquisa.

Félix (1987, p. 25) aventa que não existem diferenças lingüísticas e culturais entre os Jamamadi, Kanamati e Jarawara, enquanto Kroemer (1985, p. 121) afirma que os Jamamadi dividem-se em três subgrupos: os Kanamadi [sic], os Jarawara e os Banawá-Yafi (ou Massaranduba). As afirmações dos dois autores só podiam ser confirmadas com relação aos Kanamati, mas não aos Jarawara, como será mostrado mais adiante. A FUNAI, por motivos políticos pragmáticos, optou pela distinção oficial entre Jamamadi, Jarawara e Kanamati.

Nomes

Outros nomes ou grafias dos Jamamadi na literatura são: Djeoromitxi, Jamamandí, Kapaná, Kapinamari e Yanamadí.

A questão da autodenominação continua aberta. Os Jamamadi da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati dão-se a reconhecer com esse nome em contatos com não-indígenas ou representantes de outras etnias, mas Rangel (1994, p. 82) sustenta que o termo jamamadi foi atribuído provavelmente pelos Paumari, significando 'gente do mato'. Steere (1903)

também explica o termo pela origem Paumari, significando ‘homem selvagem’ (“jivã-mãgi”). O missionário Rick Reece (apud Abreu, 2000, p. 12) informou que a autodenominação comum dos Jamamadi e Banawá-Yafi era kitiya. Rangel (1994, p. 84, 91), no entanto, avisa que diversas etnias Arawá, percebidas como separadas por cientistas e a população não-indígena regional, como os Jamamadi, Kulina e Deni, têm princípios comuns de organização social em pequenas unidades que são, no caso ideal, endogâmicas e politicamente autônomas. Estas unidades são designadas pelos sufixos –deni ou –madiha. Entre os Jamamadi, as autodenominações das unidades atuais seriam: Anopideni (‘povo do passarinho’), Aptorideni (‘povo da onça’), Havadeni, luaseredeni, Makoideni, Sirorideni (‘povo da onça’), Sivakoedeni (‘povo da taboca’), Tamakorideni, Tanodeni (‘povo do japu’), Zoazoadeni (‘povo da onça’) e Zomahimadi (‘povo da onça’). Em face desta situação, não seria surpreendente se pesquisas futuras revelassem que Jamamadi é apenas um referencial externamente causado, mas aceito por diversos grupos locais como parêntese de identificação.

Língua

A língua Jamamadi foi estudada pelos missionários Barbara e Robert Lewis Campbell, do SIL, que realizaram seu trabalho a partir de 1963 e desenvolveram uma grafia simples. Segundo suas informações, a língua mais parecida com o Jamamadi é o Jarawara, enquanto outro pesquisador do SIL, Robert Dixon, aventou a hipótese que Jamamadi e Jarawara são variantes de uma língua só. Os estudos dos missionários do SIL, no entanto, comprovaram o contrário.

Poucos Jamamadi da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati falam o português fluentemente.

Terras atuais



O território atual dos Jamamadi inclui terras na região do Médio Purus: nas regiões dos Igarapés Curiá e Saburrun (Sabuhã), afluentes do Rio Piranhas; e dos Igarapés Mamoriazinho, Capana, Santana e Teruini, afluentes do Purus. Os Jamamadi são mais conhecidos por habitar as florestas da terra firme.

Eles habitam quatro terras indígenas:

Terra Indígena	Município	Extensão (em ha)	Situação jurídica
Caititu	Lábrea	308.062	homologada
Igarapé Capana	Boca do Acre	122.556	homologada
Inauini/Teuini	Boca do Acre e Pauini	468.996	homologada
Jarawara/Jamamadi/ Kanamati	Lábrea e Tapauá	390.233	homologada

A tabela mostra que a situação fundiária de todas as terras é muito positiva. Os Jamamadi são os únicos habitantes de duas terras (Terra Indígena Igarapé Capana e Inauini/Teuini), enquanto nas outras dividem o espaço com os Apurinã e Paumari (Terra Indígena Caititu) e os Jarawara (Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati).

Demografia

As informações sobre o número total de Jamamadi são aproximativas. Ele foi avaliado, pelo ISA, em 250, em 1987 (Ricardo, 1996, p. VII); cerca de 430, em 1996 (Ricardo, 1996, p. 351-352); e cerca de 230, em 1999 (Instituto, 2000). Estes números controversos são um indício claro do quanto se sabe sobre os Jamamadi. Todos os números divulgados pelo ISA são, na verdade, informações da Administração Regional da FUNAI em Rio Branco - AC.

Um cruzamento de dados do ISA, do PPTAL e de notas de campo permite, no entanto, apresentar uma avaliação dos números mínimo e máximo dos Jamamadi para os anos 1999 e 2000:

Terra Indígena	População mínima	População máxima
Caititu	?	?
Igarapé Capana	20	48
Inauini/Teuini	107	450
Jarawara/Jamamadi/ Kanamati	235	246
Total	362	744

A diferença entre mínimo e máximo é considerável: 382 indivíduos. Isto mostra que apenas levantamentos futuros permitirão apresentar estatísticas mais exatas.

Território tradicional e história dos contatos



O território tradicional dos Jamamadi era, segundo Rivet & Tastevin, a região das florestas entre os Rios Juruá e Purus, com os limites naturais do Mamoriazinho, do Pauini e da margem direita do Rio Xeruã, enquanto Chandless os localizou no lado esquerdo do Purus, estendendo-se cerca de 300 milhas entre os Rios Sepatini e “Hyuacu”, e Ehrenreich, na margem esquerda do Purus, desde a foz do Ituxi até acima do Pauini.

Na região do Médio Purus, eles são conhecidos sobretudo como agricultores pacíficos que evitam os contatos com os “brancos”.

A primeira menção numa fonte histórica foi feita, mais uma vez, por João Henrique Matos que observou “muitas malocas”. Alguns Jamamadi já trabalhavam como mão-de-obra para Manoel Urbano da Encarnação, em 1845. Castelnau também viu os “Jamaris”, em 1847.

A expedição de Serafim da Silva Salgado encontrou, em 1852, 400 Jamamadi na foz do Igarapé Macuiany e mais de 100 na foz do Igarapé Euacá, descrevendo-os como numerosos. João Wilkens de Mattos também os citou e mencionou-os no relatório sobre a extinção da Missão de São Luiz Gonzaga (1852-54), onde o Frei Pedro de Ceriana tentara “aldeá-los”, junto com Paumari e Apurinã.

Manoel Urbano da Encarnação encontrou mais duas malocas por ocasião de sua expedição de 1861. Ele descreveu os Jamamadi como vizinhos dos Apurinã, sendo numerosos e muito inclinados à lavoura e à caça.

O Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, menciona, no seu relatório de 8 de maio de 1865, o território dos Jamamadi no Rio Purus “à margem esquerda, não muito distante do rio, [...], entre o Mamoriá-Grande e o Pauynim” (apud

Kroemer, 1985, p. 31).

O alvo do esforço missionário dos franciscanos Venâncio Zilocchi e Matteo Canioni, em 1877, foi primariamente atrair grupos Jamamadi para a Missão Imaculata Conceição no Rio Purus, situada à margem esquerda do Igarapé Mamoriazinho. A missão estava situada em terreno a três horas de navegação da boca do Mamoriazinho.



Os freis encontraram oito malocas abandonadas, cujos moradores tinham se refugiado na nascente do Rio Cainahã por causa da morte de duas mulheres, causada por um Apurinã. Canioni finalmente conseguiu atrair 50 Jamamadi, mas estes não queriam ficar na missão por medo dos Apurinã e por falta de alimentos. Em tentativa posterior, os freis conseguiram inicialmente convencer outro grupo, que tinham encontrado subindo o Mamoriazinho por mais oito horas, para descer à missão, mas estes Jamamadi voltaram à sua maloca depois de receber roupas e ferramentas, desestimulando os missionários a continuar seu trabalho.

Chandless (1866) escreveu que os Jamamadi viviam exclusivamente na terra firme e nos igarapés, evitando o Purus, e que eles não tinham canoas, o que pode ser interpretado como um indício de eles serem um povo da terra firme há muito tempo. Labre (1872) também os descreveu como vivendo na terra firme. Segundo este autor, eles eram agricultores e não faziam comércio com outros povos, sendo medrosos por índole e fugindo do contato com os “brancos”.

Apesar das tentativas de se manterem distantes dos “brancos”, os Jamamadi não foram poupados às vicissitudes da época e alguns grupos foram transformados em seringueiros ou fornecedores de produtos agrícolas, ou por integração paulatina no sistema de patronagem ou pelo uso de diversas formas de violência direta.

Steere encontrou grupos Jamamadi nas cabeceiras do Mamoriazinho, depois de passar por áreas com plantações desertas. Numa grande maloca abandonada, ele soube que pouco tempo antes os 130 moradores tinham sido acometidos por uma epidemia de sarampo trazida por um índio e que causou a morte de cerca de 100 índios.

Euclides da Cunha (1960 [1906]) relatou, depois de visitar a região em 1904 e 1905, que no

Rio Inauini foi encontrado um acampamento de seringueiros peruanos (caucheros) que tinham a seu serviço 60 Jamamadi. Estes estavam presos num círculo formado por homens armados de rifles para evitar qualquer tentativa de fuga. Eles tinham sido aprisionados em sua maloca a muitas léguas dali e conduzidos ao cauchal, sob toda a sorte de violência. Alguns morreram na viagem, outros, ao chegar no acampamento.

No início do século XX, os Jamamadi passaram por quase extintos.

O Posto Indígena Manauacá, do SPI, no Rio Teunini, foi criado para proteger os Jamamadi. Nos anos 1930, cerca de 85 Jamamadi moravam no posto, coletando látex e castanha-do-brasil. Em 1943, o posto foi transferido para outro lugar, mas apenas 28 Jamamadi ficaram nele até sua desativação, em 1945.

Numa viagem de inspeção, o inspetor Dorval de Magalhães visitou grupos indígenas no Igarapé Duque, afluente do Rio Mamoriá, onde encontrou 22 índios, dos quais as mulheres eram Jamamadi e os homens Apurinã e que foram explorados pelo comerciante Manoel Bezerra de Araújo. Magalhães também registrou a presença de grupos Jamamadi no Rio Piranha e no Igarapé Curiá.

Nos anos 1940 a 1960, os Jamamadi, como outros povos na região, foram vítimas de expedições de extermínio, em particular no Rio Pauini.



Relações interétnicas

Quanto às relações interétnicas atuais, é possível constatar que os Jamamadi continuam a evitar os contatos com os “brancos”, chamados “jara”. As relações com os Paumari são amigáveis, enquanto não se pode afirmar isto das relações com os Jarawara, que às vezes são tensas.



Organização social e política

Os grupos locais, geralmente, são muito pequenos. Uma aldeia com mais de 100 habitantes é fora do padrão comum dos Jamamadi.

A descendência é patrilinear. Quanto às alianças matrimoniais, tradicionalmente é dada preferência aos casamentos com primos cruzados. Este padrão básico foi conservado até hoje, mas as exceções desta regra estão se multiplicando em algumas comunidades, talvez devido à influência missionária.

A regra de residência pós-nupcial é matrilocal (uxorilocal), combinada com a obrigação do genro de prestar serviços ao sogro. Depois do nascimento do primeiro filho, existe a possibilidade de optar por uma nova residência. Há uma regra tradicional que o primeiro filho é criado pela avó materna, enquanto os filhos nascidos posteriormente são criados pela avó paterna. Segundo as observações de Robert Campbell, atualmente há indícios de enfraquecimento dessa regra.

Organização econômica

Os Jamamadi são agricultores da terra firme que completam sua alimentação com caça e pesca. As duas plantas mais cultivadas são a mandioca e a macaxeira. Antigamente, a importância da macaxeira era maior do que atualmente, quando se fazia beiju de macaxeira. Hoje em dia, a farinha de mandioca é a base alimentar. Uma comida apreciada é “pão de farinha” (yawa), uma massa de mandioca, guardada em cestos forrados com folhas de bananeira e depois cozida na panela.

A caça, antigamente, era feita com arco e flecha e com zarabatana, enquanto hoje se utiliza espingardas. A regra era que o caçador entregava a caça que era tratada pelos homens que tinham ficado em casa. A preparação e distribuição da carne eram tarefas femininas, enquanto o caçador apenas buscava água e rachava lenha.

Os Jamamadi pescam com arco e flecha, linhas e anzóis e arpões, mas também usam o tingui (kona). Este veneno ictiocida é extraído da raiz da planta correspondente, que é macerada até amolecer. Normalmente é usado na estação seca, sobretudo por ocasião de festas e reuniões. Antigamente, os Jamamadi usavam mais físgas e armadilhas muito parecidas com as dos Apurinã.

Os Jamamadi coletam frutos silvestres e mel de abelha e preparam diversas bebidas não alcoólicas das frutas do açai, da bacaba e da pupunha.





Cultura material

As casas são iguais às da população ribeirinha: construídas sobre palafitas, assoalhadas de ripas de paxiúba e cobertas com palha de canará. Dentro das casas, cada família tem seu próprio lugar de mosquitoireiro. As meninas solteiras dormem protegidas pelo mosquitoireiro da família, enquanto os rapazes têm cada um o seu. Antigamente, as moradias eram grandes malocas em forma cônica e eram algumas das maiores já vistas. Segundo Steere (1903), elas tinham diâmetros de até 40 metros e altura de até 22 metros. Eram subdivididas em até 25 compartimentos de famílias.

Também constróem pequenos ranchos ou tapiris para as migrações sazonais ou expedições de caça e coleta. Estas construções provisórias já foram descritas por Ehrenreich (1891) e Steere (1903), mas os dois autores conheceram modelos diferentes. As visitadas por Ehrenreich tinham uma estrutura oval e eram ainda mais simples do que as vistas por Steere.

Ao lado das casas, são construídas casinhas de reclusão (wawasa) em forma de maloca para a reclusão das meninas depois da primeira menstruação.

Os Jamamadi dormem em redes. Estas são fabricadas com algodão ou casca da castanheira nova. Esta, segundo a descrição de Kroemer (1985, p. 127), é batida e depois lavada e secada para tirar os fiapos, que são enrolados com a mão, apoiando-se na coxa da perna, até formarem o fio que é enrolado num novelo de forma cilíndrica.

O algodão, segundo o mesmo autor, é descaroçado e afofado, formando assim uma tira, cuja ponta é presa no fuso que se segura no dedo grande do pé. Com as duas mãos, afina-se

um pedaço da tira. Depois, o fuso é retirado do dedo e o fio enrolado, girando-se o fuso na coxa. Feito o fio, é recolhido no próprio fuso.

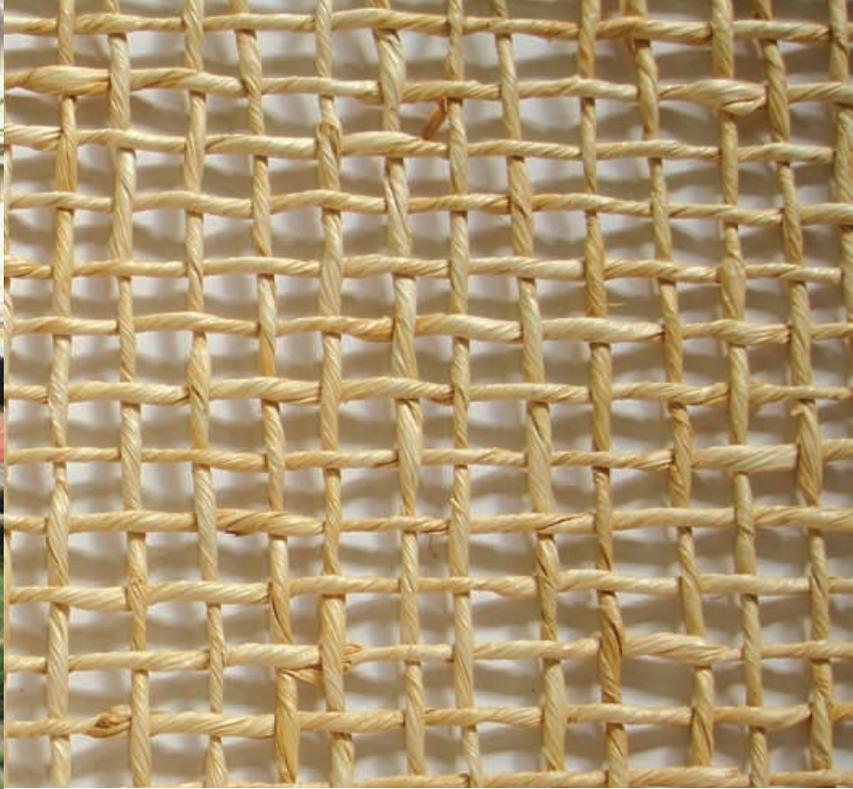
Nos teares antigos, segundo Ehrenreich (1891), os cordéis compridos eram da fibra de uma palmeira chamada yefu e os trançados de tiras de envira torcidas, a intervalos de 10 a 12 centímetros. Os fusos tinham tortuais de ossos e eram isentos de qualquer adorno. Os fusos atuais são feitos de madeira e encaixados numa rodela de casca de jabuti.

Dos objetos de uso doméstico, os relatos antigos mencionam os objetos de cerâmica e os tipitis. Estes eram feitos de lascas de taquara e tinham cerca de 1,5 metro de comprimento, 5 centímetros de diâmetro e aros de 10 centímetros de largura. A cerâmica não era ornamentada ou pintada, sendo o processo de fabricação semelhante ao dos Apurinã.

O vestuário contemporâneo consiste de roupas adquiridas dos “brancos” ou costuradas com tecidos adquiridos deles. Antigamente, os homens apenas usavam uma corda para fixar o pênis, às vezes escondido por alguns fios pendurados na corda, e as mulheres tangas de algodão.

Os adornos femininos contemporâneos são: cocares feitos de penas de arara e tucano, coladas com breu; vários tipos de colares feitos de sementes ou dentes de macacos; e braceletes (kalikisi) feitos de conchas fluviais, ligadas por um fio de algodão. Adornos descritos nos relatos antigos eram: colares de discos de madrepérola (mulheres); adornos auriculares de um tipo de cana ou resina (homens); pedaços de osso ou cana com penas, fixados no septo nasal perfurado; e cintas largas de algodão ou casca vermelha de árvores (mulheres).





As embarcações, canoas pequenas, antigamente eram feitas de uma única peça de casca de jutaí e tinham cerca de 5 metros de comprimento e cerca de um metro de largura, segundo as informações de Steere (1903), enquanto Chandless escreveu que os Jamamadi não tinham canoas.

Entre as armas, os arcos têm até dois metros de comprimento e são feitos de madeira de palmeiras. A parte do meio é mais larga que as extremidades. A face interna é plana, a externa, convexa. O fio é de fibras de palmeiras.

As flechas, segundo a descrição de Kroemer (1985, p. 125), têm até 1,70 metro de comprimento. A haste de cerca de 1,50 metro é feita de taquara. Somente na extremidade inferior são enfiadas plumas pequenas. A ponta, com um comprimento de 15 a 18 centímetros, é feita de paxiúba. Às vezes, é afilada em forma triangular, com dentes de cotia ou paca, e provida de entalhes pouco profundos. Em toda a extensão, a ponta é revestida de uma camada de veneno (ya). Por causa dos entalhes, a ponta quebra na ferida da caça atingida.

As zarabatanas eram fabricadas segundo padrões conhecidos das outras regiões da Amazônia.

O veneno usado pelos Jamamadi antigos era líquido. Quando fervia, as pontas das flechas de arco ou zarabatana eram molhadas no veneno e depois passadas em cima do fogo para secar.





Ainda não se sabe praticamente nada sobre atividades artísticas dos Jamamadi, enquanto eles fabricam diversos objetos de artesanato, destinados principalmente à comercialização.

Também não há relatos sobre a religião étnica e a mitologia. Rangel (1994, p. 148-170) dedica uma parte de sua tese a teorias sobre o xamanismo Jamamadi, interpretando-o como responsável pela fissão das comunidades.

Rapé

O apreço do rapé (siná) na vida cotidiana pode ser observado com facilidade. Ele é feito de folhas verdes de tabaco, tostadas, secadas e socadas dentro de um ouriço de castanha-do-brasil. Acrescenta-se ao pó uma porção de cinza de cacau. O rapé é consumido em diversas ocasiões.

Os Jamamadi praticam um “ritual do chinã”, descrito por Kroemer (1985, p. 128). Toda a família participa nele. O dono da casa coloca uma porção de “siná” numa folha verde que ele segura na palma da mão e que passa de um para o outro, sendo usado um osso da perna do gavião para a inalação. A extremidade do osso é alisada com cera para facilitar a adaptação à narina. Depois, limpa-se o interior do osso com uma pena.



Os Jarawara

Outra grafia do etnônimo é Jarauara. Não se sabe se existe outra autodenominação, a não ser Jarawara. Ao contrário do que afirma Kroemer (1985, p. 121), que os apresenta como um subgrupo dos Jamamadi, foi possível constatar durante a estada em campo que eles definitivamente não são Jamamadi. Sua língua é diferente, o que levou o SIL a mandar um missionário para estudá-la, e eles não se identificam de maneira nenhuma com os Jamamadi, com os quais evitam contatos, havendo inclusive um histórico de conflitos territoriais.

A língua tem sido estudada pelo missionário Alan Robert Vogel, do SIL, mas pouco foi publicado até agora. Os Jarawara informaram que entendem com facilidade as línguas Jamamadi e Banawa Yafi. Poucos indivíduos, no entanto, dominam a língua portuguesa.

A única terra habitada pelos Jarawara é a Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati.

O número total, no ano 2000, era de 160 indivíduos. Ricardo (1996, p. VII) também cita o número de 160, mas para o ano de 1991.

As informações históricas disponíveis são muito raras e não permitem reconstruir a história dos contatos com os “brancos” nem esboçar





o território tradicional na época dos primeiros contatos. Há algumas menções em relatórios oficiais. Em 1930, por exemplo, uma inspeção do SPI, atuando na jurisdição dos postos Marienê e Manauacá, localizou os Jarawara nos Igarapés Apituã e Curiá. Kroemer (1985, p. 46) aventou a hipótese de que os “Quaraná”, mencionados por João Henrique Matos, por ocasião de sua expedição em 1845, como habitantes da região do Lago Sepatini, eram os Jarawara.

Os grupos locais são muito pequenos. Antigamente, eram formados pelos moradores de uma maloca somente. As informações levantadas indicam que os antigos grupos locais eram grandes famílias extensas.

A preferência das alianças matrimoniais é o casamento entre primos cruzados, o que era mais a regra do que hoje em dia. A residência pós-nupcial, geralmente, é matrilocal (uxorilocal), mas também pode ser patrilocal (virilocal). Depois de alguns anos, o casal pode optar entre virilocalidade, uxorilocalidade e neolocalidade.

A liderança de um grupo local é assumida pelo chefe da maior família da comunidade. Há um termo em Jarawara para ‘liderança’, botehefo, traduzido pelos Jarawara como ‘tuxaua’. Antigamente, uma condição importante para exercer essa função era a capacidade guerreira.

Quem são os Kanamati?

Kanamati é a autodenominação dos grupos Jamamadi que antigamente habitavam as aldeias do Igarapé Saburum e que hoje em dia moram nas aldeias Jamamadi dentro da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, junto com os Jamamadi que originalmente habitaram a região do Igarapé Mamoriazinho. Os Jarawara chamavam os Kanamati de Wahati.



Ocupação e Usos nas Terras Indígenas do Complexo

Terra Indígena Paumari do Lago Marahã

Características gerais

Caracterização ambiental

Os Paumari do Lago Marahã tem como área de ocupação a planície de inundação do Rio Purus e áreas categorizadas regionalmente como terra firme, correspondendo a um conjunto de unidades geomorfológicas categorizadas como os médios e altos terraços, áreas normalmente não alagáveis, situadas no interflúvio dos Rios Purus e Ituxi.

A face leste da terra possui como drenagem mais representativa a microbacia do Igarapé Mamoriá (a maior microbacia da terra), associada aos ambientes de terra firme, com predominância de solos podzólicos vermelho-amarelos não hidromórficos e distróficos, isto é, não alagáveis e pobres em nutrientes. Predominam florestas ombrófilas densas aluviais de terraços.



A face oeste caracteriza-se por estar em sua quase totalidade na planície de inundação do Purus, tendo como a maior microbacia a do Igarapé Quebra-Remo e seus afluentes, inseridos na planície de inundação, com predominância de solos hidromórficos gleyzados eutróficos, ricos em nutrientes e associados a toda a extensão da planície aluvionar do Purus. As formas de vegetação ocorrentes são a florestas ombrófilas densas aluviais de terraços e florestas ombrófilas densas aluviais de planícies periodicamente inundadas, que correspondem às matas de igapó.

Assentamentos e sua distribuição espacial

Atualmente, há dez assentamentos permanentes dos Paumari, com pelo menos 470 a 480 moradores, e três dos Apurinã, com 190 a 200 moradores. A equipe do levantamento visitou quatro assentamentos dos Paumari e um dos Apurinã.

Todos se encontram na parte setentrional da terra, nas zonas da várzea do Purus e em ilhas da terra firme, situados em terraços, bem como na área de interface da planície de inundação do Purus com áreas não alagáveis na região dos terraços, denominadas na região de pé da terra firme. Não há aldeia nenhuma nas partes central e meridional da terra.

A presença Apurinã é recente em comparação com a dos Paumari. Por isso, há mais itens ecológicos, geográficos e econômicos identificados pelos Paumari.

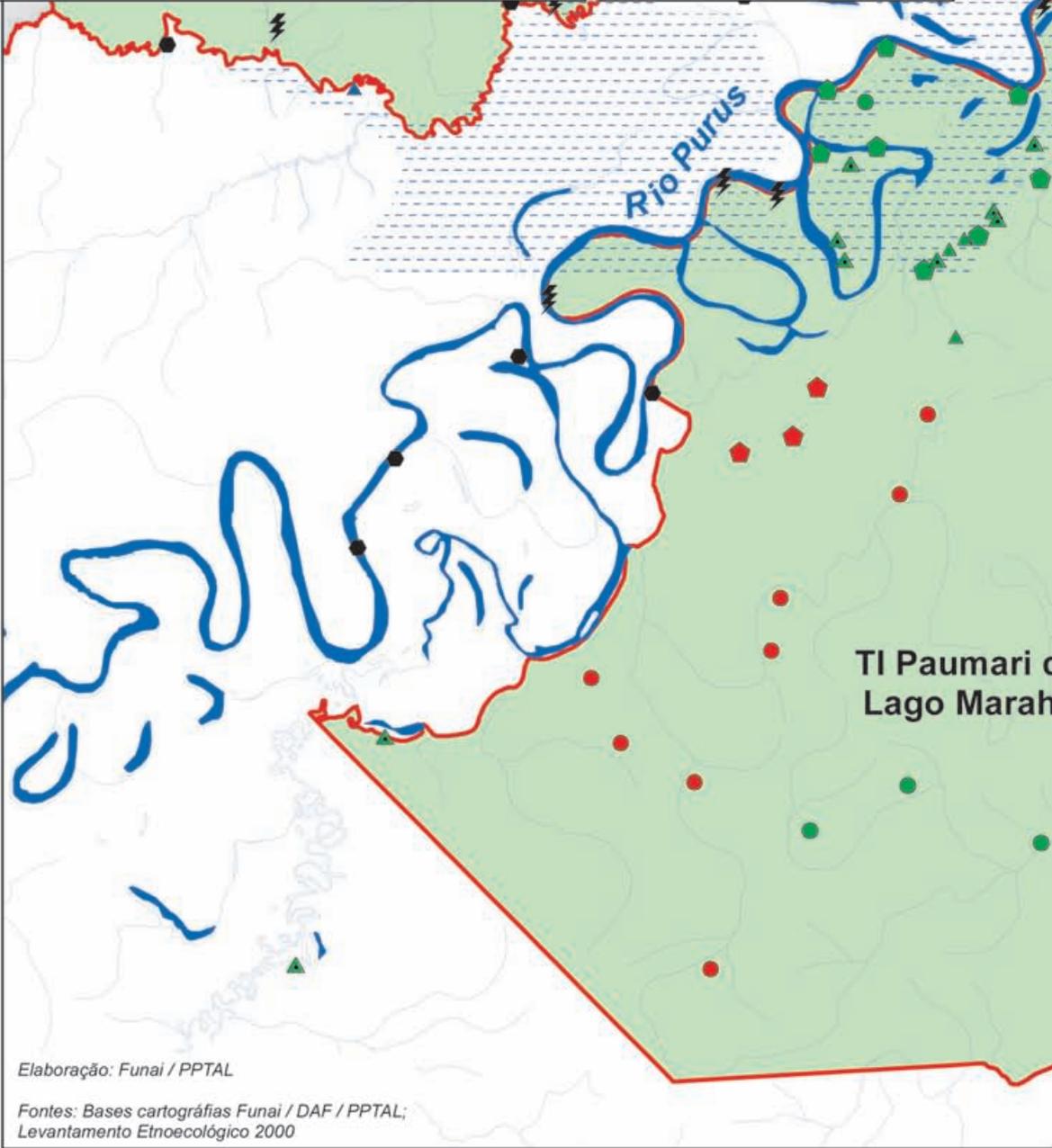


Distribuição Étnica e Dinâmica da ocupação do espaço

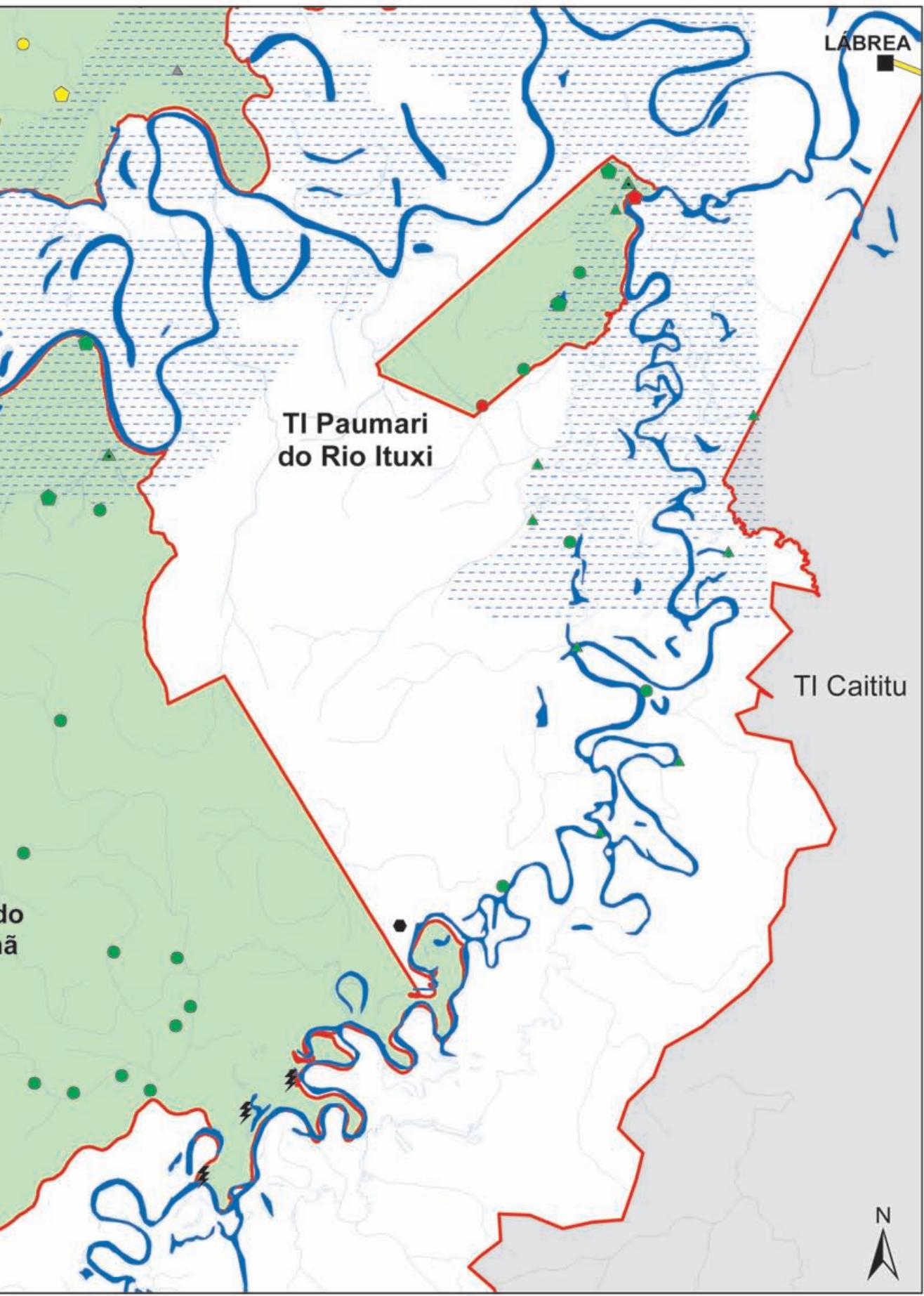
Etnia	Assentamentos		
	Permanentes	Temporários	Antigos
Apurinã	● (Red Pentagon)	● (Red Circle)	
Jamamadi	● (Blue Hexagon)	● (Blue Circle)	▲ (Blue Triangle)
Jarawara	● (Yellow Pentagon)	● (Yellow Circle)	▲ (Yellow Triangle)
Paumari	● (Green Pentagon)	● (Green Circle)	▲ (Green Triangle)
Juma			▲ (Grey Triangle)

- Assentamento de não índios
- ⚡ Invasão de não índios
- ▲ Cemitério Paumari

0 10 km



Elaboração: Funai / PPTAL
 Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
 Levantamento Etnoecológico 2000



Comunidades Paumari

Assentamentos permanentes e temporários

As aldeias são:

Aldeia	Moradores	Residências	Fonte
Carrapatinho	4 famílias (≈ 20?)	4	Plácido Costa Júnior
Crispinho	173	25	DSEI Lábrea e Peter Schröder
Estirão	40	8	DSEI Lábrea
Forquilha	1 família	?	Peter Schröder
Munguru	?	?	
Palhal	70	?	FUNAI Lábrea
Ponta	39	7	DSEI Lábrea
Santa Rita	124	16	Peter Schröder
São Clemente Velho	?	?	
São Clemente Novo	?	?	
Total	cerca de 476	> 60	

Santa Rita foi a primeira aldeia visitada pela equipe. O acesso é muito fácil, visto que ela está situada numa praia (restinga) do Purus, chamada Makuratu pelos Paumari. Trata-se de uma das primeiras praias que se encontra dentro da Terra Indígena, subindo o Purus. Saindo de Lábrea, a viagem com voadeira dura cerca de quatro horas. No caminho vê-se, espalhadas pelas margens do rio, diversas comunidades ribeirinhas, chamadas seringais na região, ou apenas casas isoladas, cujo número diminui com maior distância de Lábrea.

Santa Rita é uma aldeia cujos moradores começaram a se fixar a partir de 1992. Conta com 16 casas arranjadas em linha paralela ao curso do rio. Todas as casas são residenciais, mas uma também funciona como escola e representa um tipo de “centro” da aldeia, da qual se pode descer para o rio. A partir dessa casa, dez estão alinhadas em direção noroeste e cinco em direção sudeste. Em torno das casas encontram-se roças, plantadas principalmente com mandioca, milho, bananeiras e melancias. As casas situam-se nas restingas, terraços normalmente não alagáveis que apresentam um desnível de, aproximadamente, 15 metros em relação às praias, onde a água sobe até próximo as casas durante a enchente. Em Santa Rita ainda se pratica a religião étnica e o xamanismo.



Carrapatinho (ou Carrapatim ou, em pamoari, Kahapatino) foi o segundo assentamento visitado pela equipe. É muito recente e está situado numa região de interface das áreas alagáveis da planície do Purus com a região de terraços, de acesso fácil por uma caminhada de cerca de 50 a 60 minutos a partir de Santa Rita. O número de famílias de Santa Rita que abrem suas roças no local ainda é maior do que o das famílias residentes. Algumas famílias de Santa Rita moram regularmente em Carrapatinho de agosto a setembro, na época da enchente. Na situação atual, o assentamento pode ser caracterizado como semipermanente.

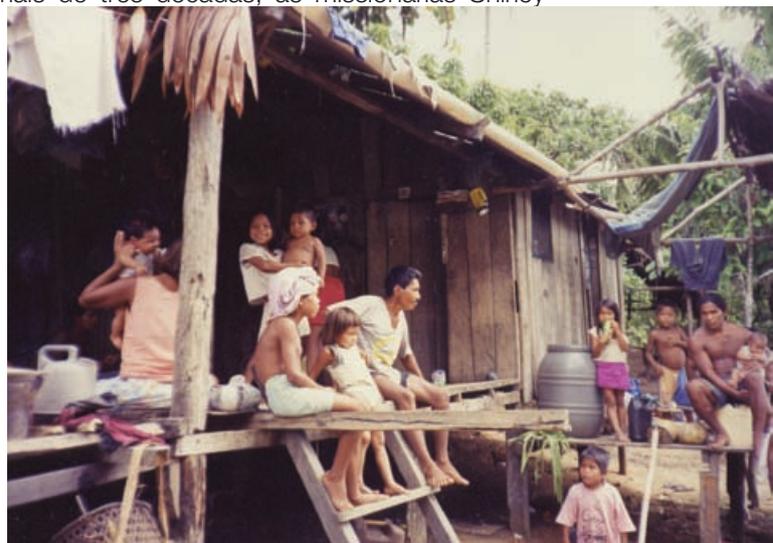


A Aldeia da Ponta está situada à margem do Lago Marahã, no lado direito, imediatamente depois da entrada no lago pela pequena abertura que o liga com o Purus. A viagem de Santa Rita para Ponta dura cerca de uma hora com uma voadeira de 40 hp. No caminho de Santa Rita para Ponta, vêm-se diversas casas e comunidades de ribeirinhos na margem esquerda do rio, em frente à Terra Indígena. Pouco antes da entrada no lago encontra-se, também na margem esquerda, a comunidade de Marahã, composta por cerca de 10 casas e pelo barracão de um regatão. Na margem direita do Purus, percebem-se diversas casas isoladas e acampamentos.

A entrada no Lago Marahã tinha, na estação seca, uma largura de apenas quatro metros, aproximadamente, mas ela estava mais larga depois das primeiras chuvas de novembro.

Estirão ou Marahã é a única aldeia da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã onde a tradição dos flutuantes é conservada. Ela está situada à margem esquerda do Lago Marahã, quando se vem do Purus. Em voadeira de 40 hp o percurso de Ponta para Estirão é vencido entre 10 a 15 minutos .

Crispinho ou Crispim foi a quarta aldeia visitada pela equipe e é a maior aldeia Paumari da Terra Indígena. Isto se explica, entre outras coisas, pela presença missionária e assistência de saúde. É a aldeia onde trabalharam, por mais de três décadas, as missionárias Shirley Chapman e Meinke Salzer, do SIL. O missionário Bernhard, do SIL, que atualmente trabalha em Crispinho junto com sua esposa Christine, é alemão e se identifica mais como agrônomo do que missionário. Sua esposa é responsável pelo ensino escolar.





A aldeia está situada numa ilha de terra firme num ambiente de várzea. O acesso pode ser relativamente fácil, dependendo da estação do ano e das condições físicas do indivíduo. Depois de partir de Estirão com uma embarcação, chega-se, depois de algum tempo a um ponto, na mesma margem do Lago Marahã, onde estão amarradas as embarcações dos habitantes de Crispinho. De lá para Crispinho é um caminho de cerca de 20 minutos, segundo as declarações dos Paumari, ou cerca de 40 minutos a pé, no caso de pessoas não acostumadas à velocidade indígena de caminhar.

Em Crispinho há uma pista de pouso de 630 metros (a maior da região), um pólo-base de saúde, uma escola, uma serraria para a demanda da comunidade e uma igreja. Um tipo de “centro” da aldeia fica no final da pista, em frente à casa dos missionários. O censo realizado pelo DSEI, em 2000, mostra que todas as casas residenciais são permanentes e que a composição étnica da aldeia é, salvo o casal missionário e seus filhos, 100% Paumari.

A Aldeia Palhal está situada numa região de interface das áreas alagáveis da planície do Purus com a região dos terraços. O número de 70 habitantes é uma avaliação de Izac da Silva Albuquerque, da FUNAI.

Os demais assentamentos permanentes da Terra Indígena Paumari do Marahã são: Forquilha, Munguru, São Clemente Velho e São Clemente Novo.

Os 12 assentamentos temporários localizados são procurados principalmente para extrair (quebrar) castanha, mas também para caça e pesca nas suas imediações. Além dos assentamentos, também foi identificada uma série de cemitérios: um de Santa Rita; três de Estirão; um de Crispinho; três de Palhal; e um no Lago Makurihã.





Demografia

Ainda não se dispõe de dados demográficos detalhados de todas as comunidades Paumari desta Terra Indígena, mas apenas de Crispinho e de Santa Rita. No caso da primeira aldeia, trata-se dos dados do levantamento do DSEI de 2000 e, no caso da segunda, dos do levantamento realizado por Peter Schröder.

O levantamento em Crispinho foi realizado em junho, julho e dezembro de 2000. Foram registradas 35 famílias nucleares que moravam em 25 casas. A distribuição de pessoas por família era de 173 pessoas em 35 famílias. A maior faixa etária é a de 10 a 14 anos, sendo a segunda a de 5 a 9 anos. Somadas, as faixas etárias de 0 a 19 anos representam 65,9% da população total.

O levantamento na Aldeia Santa Rita foi realizado em outubro de 2000. Foram registradas 124 pessoas de 21 famílias nucleares em 16 casas; 13 casas eram habitadas por apenas uma família por casa e 3 casas, por 3 famílias por casa. A maior faixa etária é a de 5 a 9 anos, ficando em segundo lugar as de 0 a 4 anos e de 20 a 24 anos. Somadas, as faixas etárias de 0 a 19 anos representam 42,3% da população total.

A taxa de natalidade é muito alta:

Ano	Taxa (em %)
2000	2,2
1999	0,0
1998	4,6
1997	0,8
1996	5,6
Média	2,6

A taxa de mortalidade, porém, é muito baixa: de 1996 a 2000, foi registrado apenas um óbito, sendo este por causa natural.

Histórico da ocupação

Os moradores de Santa Rita têm sua origem principalmente em Palhal e os de Carrapatinho, em Santa Rita, enquanto os moradores de Estirão têm suas origens também em quatro lugares fora da Terra atual.

Segundo as narrativas dos Apurinã, os Paumari da região antigamente viviam apenas nos flutuantes, por medo de ataques dos Apurinã e dos “brancos” e plantavam principalmente cará e banana.



Economia

O calendário econômico anual é marcado pelas categorias regionais relacionadas às chuvas e aos níveis de água: verão (julho a setembro) ⇒ repiquete (outubro e novembro) ⇒ enchente (dezembro a fevereiro) ⇒ inverno (março a maio) ⇒ vazante (maio a julho).

Os principais alimentos produzidos são os peixes e tubérculos, sendo consumidos o ano inteiro. Uma refeição Paumari sem peixes e farinha de mandioca é considerada incompleta.

Pesca e captura de quelônios



A pesca é realizada, em primeiro lugar, nos lagos maiores e, em segundo lugar, em lagos menores e igarapés e, apenas em terceiro lugar, no Rio Purus. O verão é considerado como boa estação para pescar, enquanto o inverno é visto como estação difícil, devido à maior distribuição espacial dos peixes durante as enchentes. O verbo pescar, para os Paumari,

não só se refere a peixes no sentido biológico, mas também a um mamífero, o peixe-boi.

Embora tenham sido levantadas 145 espécies de peixes, revelando um conhecimento abrangente da ictiofauna, nas entrevistas não-estruturadas um conjunto de 48 espécies ganhou maior relevo.

O peixe-boi também faz parte do cardápio preferido, mas tornou-se muito raro.

A arraia ('bo'dani), de que se conhecem dois tipos (um menor, com cerca de 30 cm de comprimento, e um maior, com cerca de 1 m de comprimento), não é consumida. Também não se come o poraquê (mina'di), cujo consumo é atribuído aos Apurinã. Este peixe é chamado "vigia do tamuatá". Ao tamuatá são atribuídas relações espirituais, como há pajés considerados "patrões do tamuatá".

As técnicas de pesca são: com arco e flecha, arpões, redes e linha e anzol, zagaia e zagalhão.

Segundo as categorias Paumari, os quelônios são caçados e faz-se uma distinção entre tartarugas e outros bichos de casco. Tartarugas vivem na água e, por isso, jabutis não são tartarugas, porque são animais terrestres. Os outros bichos de casco são "quase tartarugas", "parecidos com elas" e animais aquáticos, mas não são "tartarugas propriamente ditas".

Os quelônios capturados e consumidos pelos Paumari são: anurim, capitari, iaçá, matá-matá, pitiú, zé-prego, tartaruga e tracajá. As armas típicas de "caça" aos quelônios são o arpão, o jaticá, arco e flecha.

Dos quatro povos indígenas do Complexo, sem dúvida são os Paumari que ocupam de maneira mais intensa o conjunto de paisagens contido nas planícies de inundação dos Rios Purus e Ituxi. Os dados contidos na literatura e as informações coletadas em campo apontam para uma forte relação com o manejo dos recursos aquáticos, sendo a pesca e a caça a bichos de casco atividades de caráter polarizador e fatores diretamente relacionados à alta mobilidade fluvial dos Paumari.

Caça

A caça parece ser para os Paumari uma atividade apenas complementar. Não obstante essa afirmação, notou-se que mesmo a caça, quando praticada, ocorre tradicionalmente num ambiente de matas alagadas, na planície de inundação dos Rios Purus e Ituxi, também sendo introduzida mais recentemente de maneira acessória no período da coleta da castanha, em áreas não alagáveis.



Os animais caçados pelos Paumari, não sendo quelônios, são chamados animais do mato. A caça a esses animais é vista como difícil, segundo informações prestadas na Aldeia Santa Rita. Não foi relatada nenhuma preferência pela carne de algum dos animais. O lugar onde se caça apenas pássaros ou outras aves ou se coleta seus ovos é chamado passara.

A espingarda é a única arma de caça usada hoje em dia. O papel marginal da caça na dieta Paumari foi explicado por alguns informantes como resultado dos preços de chumbo e pólvora, mas a causa verdadeira parece ser a orientação aquática tradicional dos Paumari, relegando a caça para segundo ou terceiro plano.

Agricultura, fruticultura e horticultura

Agricultura, fruticultura e horticultura desempenham um papel maior na cultura Paumari do que vários autores tinham atribuído a elas. Planta-se tanto na várzea quanto na terra firme. Roças são chamadas roçados (*siroi*), porque roça significa mandioca (ou 'mandioca braba') na região.

As fases de transformação da mata primária ou secundária em roçados são as seguintes:

- (1) Broca ou machado: corte das plantas menores. Dura três dias, com cinco a seis pessoas trabalhando.
- (2) Derrubada (*siroi kawani obani*): com cinco a seis pessoas, pode durar cinco a seis dias. Se uma pessoa trabalha sozinha, até duas a três semanas. Geralmente, não se derrubam as árvores maiores.
- (3) Depois da derrubada, deixa-se secar a madeira por dois a três meses.
- (4) Queimada (*siroi ahadini*).
- (5) Depois se deixa "resfriar" a terra por duas semanas.
- (6) Coivara (*siroi ahadini*): o acumular dos galhos queimados é realizado com até sete pessoas e dura, neste caso, dois dias.
- (7) Depois se espera mais três dias.
- (8) Plantio (*siroi rakajihani*): quando "a terra está fria". Dura três a quatro dias.
- (9) Depois de um mês é feita a primeira limpeza (*bo'da bo'dini jahani*), realizada com facão.



Os Paumari, geralmente, não plantam nas florestas, mas nas praias fluviais. Nestes lugares, é comum não precisar transformar pedaços de floresta, mas só se retira a vegetação gramínea ou a canarana.



A agricultura nas praias fluviais não é nenhuma prática antiga, parece tratar-se de uma adaptação às práticas ribeirinhas que aconteceu entre o final do século XIX e meados do século XX e levou a uma nova valorização cultural dessas zonas.

O mês de plantio na várzea é junho e tenta-se plantar tudo em pouco tempo. Para não perder a colheita, é necessário tirar os frutos antes da enchente. Na terra firme, os meses de plantio são de setembro a novembro. Pode-se ver que as praias são as zonas preferidas de plantio para culturas temporárias, enquanto o plantio de culturas permanentes é realizado principalmente na terra firme.

A mandioca é a planta cultivada mais importante, seguida pela macaxeira. A mandioca é, junto com a macaxeira e a batata-doce, a cultura temporária que precisa de mais tempo para crescer (de seis meses a um ano) e, ao mesmo tempo, é a única que sobrevive às enchentes. Há variedades que podem ser deixadas no solo por um ano até três anos.

O cronograma ideal de plantio e colheita nas praias da várzea é:

Cultura	Plantio	Colheita
Batata-doce	Junho/ julho	Dezembro a fevereiro
Feijão	Junho/ julho	Setembro a novembro
Jerimum	Junho/ julho	Agosto a novembro
Macaxeira	Junho/ julho	Dezembro a fevereiro
Mandioca	Junho/ julho	Dezembro a fevereiro
Melancia	Junho/ julho	Agosto a novembro
Melão	Junho/ julho	Agosto a novembro
Milho	Junho/ julho	Setembro

O milho é a primeira cultura plantada, mas seu cultivo nas praias é considerado complicado. As variedades plantadas são do tipo “ligeiro”, quer dizer, crescem mais rápido. No caso da mandioca, os meses de colheita referem-se aos primeiros meses depois do plantio, enquanto o tubérculo na verdade está disponível o ano inteiro.

Na terra firme, a seqüência do plantio das culturas pode ser mais flexível, porque o período da enchente não precisa ser incluído no cálculo do cronograma.

O tamanho dos roçados varia de 0,3 a 1,5 hectares. Eles estão situados próximos às casas (na várzea) ou a uma distância de, no máximo, 4 a 5 km (na terra firme). As unidades produtoras são as famílias nucleares.

Os terrenos preferidos para plantio são planos ou têm pouco declive. Na terra firme, evitam-se as baixas, porque estas podem encher de água na estação chuvosa. A escolha do terreno não é feita pela qualidade dos solos, mas pelas características da vegetação. Muitos Paumari preferem matas secundárias relativamente recentes (“capoeiras novas”), porque implicam em menos esforço físico de preparo (“porque as varas são finas”), mas não há unanimidade se um tipo de mata (primária, secundária antiga ou secundária recente) é o ideal para preparar um roçado.



Os critérios para o desenvolvimento das roças de praia são:

- ◆ granulometria da areia fina: impróprio ao cultivo de feijão;
- ◆ granulometria da areia mais grossa: apropriado ao cultivo de feijão.

Embora os solos do alto da restinga sejam considerados pelos Paumari mais férteis que os das praias, há uma gramínea invasora, denominada na região de “capim de burro”, que rapidamente se alastra nas áreas de roça de restinga/praias, dificultando manter a roça e arrancar os tubérculos.

Nesse contexto, os Paumari parecem optar por um maior investimento nas roças de praia, mesmo com uma menor produção agrícola, mas gastando-se menos tempo com a capina. Nas regiões invadidas com o “capim de burro”, observa-se uma sucessão ecológica onde essa invasora é gradualmente “abafada” por causa da competição por luminosidade com as plantas denominadas regionalmente de canarana e morim.

Os períodos de uso, abandono e reutilização dos terrenos variam de acordo com o ecossistema: nas praias, costuma-se plantar no mesmo lugar todos os anos, enquanto, na terra firme, não se combate mais o surgimento da vegetação secundária depois de 3 a 4 anos. Dependendo do agricultor, as plantas podem crescer apenas três a quatro anos para formar uma “capoeira fina”.

Horticultura

Conforme o padrão regional e de outras partes do Brasil, os Paumari chamam “quintais” os pequenos terrenos plantados ao lado das casas. Além das fruteiras plantadas nos roçados, cultivam uma série de plantas medicinais. Algumas das fruteiras servem tanto para produzir frutas quanto para fornecer substâncias medicinais. As plantas dos quintais com uso medicinal são: algodão, anador, boldo, cajueiro, copaíba, goiabeira, hortelã, jatobá, mamão, paracanaúba, pau-de-caboclo, virola.

A saúba é considerada como a pior praga, é difícil encontrar na região um lugar livre desta formiga. Inseticidas são considerados como o único recurso eficaz contra as saúbas.

Os problemas causados por estas formigas teriam sido um dos motivos principais da mudança de uma parte dos moradores de Palhal para Santa Rita, segundo informações recebidas nesta comunidade.

Coleta

As espécies coletadas para o consumo são principalmente as frutas das árvores plantadas. Além de coletar frutas nas capoeiras velhas e novas, algumas frutas também são coletadas nas matas primárias, como hapusá, wá'danu e as frutas da maçaranduba.

Também se coletam as madeiras e as folhas de espécies arbóreas para fins diversos.



Criação de animais

A criação de animais desempenha um papel periférico na economia Paumari. Criam-se cães, galinhas, macacos, papagaios e periquitos nas casas e seus arredores. Os animais mais criados são cães. Em Crispinho, por exemplo, 22 famílias têm 46 cães no total. Sua função principal é vigiar e acompanhar os donos nas expedições de caça. Em segundo lugar ficam as galinhas, mas a criação acontece em escala mínima. Os animais criados não garantem a alimentação das famílias e muitos são criados por divertimento e afeição.



Comercialização

As fontes de renda ou bases de troca para adquirir bens industrializados são: coleta de castanha-do-brasil; produtos agrícolas; peixes; outros produtos naturais (madeiras, por exemplo); artesanato; os salários de algumas pessoas (professores, agentes indígenas de saúde); algumas aposentadorias; e, em alguns casos, o apoio da Missão.

Os castanhais dos Paumari estão situados nas partes meridionais e centrais da Terra Indígena. O acesso é pelo Rio Ituxi e seus igarapés afluentes dentro da terra. Para chegar aos castanhais, é necessário, primeiro, descer o Purus e, depois, entrar no Ituxi. Muitos Paumari vão primeiro para



Lábrea antes de entrar no Ituxi, para se abastecer na cidade, onde comerciantes adiantam alimentos e materiais para o trabalho nos castanhais. Isto faz parte do círculo de endividamento.

O trabalho nas colocações de castanha não só é desgastante, mas também perigoso, porque parcialmente é trabalho noturno, com ataques imprevisíveis de cobras, jacarés e onças. A venda da safra em Lábrea mal quita as dívidas contraídas, deixando margens

ínfimas de lucro, sendo a relação entre gastos e rendimentos extremamente desfavorável para os Paumari.

A castanha-do-brasil é vendida em medidas. Uma medida é igual a cinco latas de 18 a 20 litros ou, então, 90 a 100 litros. Isto corresponde a, aproximadamente, 50 a 60 quilos. O preço pago pela medida em Lábrea variava entre R\$ 15,00 e R\$ 25,00 (em 2001), o que ilustra bem a assimetria exploradora entre esforço físico indígena e lucro máximo possível.

Cada comunidade tem suas colocações. Os moradores de Crispinho, por exemplo, exploram nove colocações. Foi mais recentemente que os Paumari passaram a ocupar o interflúvio dos Rios Purus e Ituxi, por meio do extrativismo de castanha, sendo que o padrão de ocupação desses assentamentos de caráter temporário difere das demais etnias do Complexo, pois enquanto essas, no período da safra da castanha, consorciavam seus esforços às atividades de caça, os Paumari praticam exaustivamente a pesca em igarapés de terra firme.

A renda produzida pela comercialização de produtos agrícolas em Lábrea também é baixa, uma

vez que o mercado local é pequeno, o poder aquisitivo da população é baixo e os produtos indígenas enfrentam a concorrência regional

A comercialização de artesanato é limitada, dado o pequeno mercado regional e sua saturação fácil, bem como as dificuldades para escoar a produção para outros centros urbanos. Produtos típicos artesanais são: cestas de diversos tamanhos, chapéus de palha, anéis de tucumã.

A comercialização de peixes também encontra uma grande concorrência regional. Obtém-se preços maiores sobretudo com a venda de pirarucu e tambaqui. Os meses principais da pesca comercial são janeiro, maio e novembro.

Os principais lagos explorados pelos Paumari por motivos comerciais são: Lago Redondo, Lago Macuriá, Lago do Munguru e Lago Branco.

Cultura material



Casas

As casas são do tipo ribeirinho regional, construídas sobre palafitas. As madeiras usadas para as estruturas das casas (esteios, barrotes, linhas, caibros, postes) são: acariquara, casqueiro, cumaru, maçaranduba, piranheira.

Para as tábuas das paredes e das bases do assoalho usa-se as madeiras das árvores seguintes: cedro, copaíba, itaúba, jacareúba, louro, macacaúba, maçaranduba.

O material mais usado para a camada superior do



assoalho são as ripas da paxiúba-barrigudo, mas também se usam as ripas do paxiubim e do açai.

As paredes podem ser feitas de tábuas e de folhas. No último caso, usam-se as folhas ("palha") do canaraí ou do coqueiro.

A cobertura da casa é feita de ripas de paxiúba, para sustentar a "palha". Esta pode ser feita de folhas de canaraí, coqueiro ou jaci, palha-branca ou palha-ubim.

As casas não são construídas de maneira uniforme. Em 2000, em Crispinho, por exemplo, 21 das 25 casas (= 84%) tinham paredes de tábuas, três (= 12%) de palha e uma (= 4%) não tinha parede nenhuma. Na mesma aldeia, 23 de 25 casas (= 92%) possuíam tetos de palha de palmeira e duas (= 8%) de alumínio.

Utensílios domésticos

Alguns exemplos de utensílios domésticos feitos de materiais vegetais são:

- ◆ Cestas, feitas de arumã ou talos de bacabeira. São fabricadas mais para o uso doméstico do que para a venda em Lábrea - AM. As cestas são as melhores representações do artesanato Paumari, porque geralmente são muito bem trabalhadas em diversos tamanhos.



- ◆ Esteiras, feitas de talos de casqueiro (kawasi) e fabricadas por todas as famílias. São lisas e entrelaçadas com desenhos. Trata-se da "cama do índio", porque "o carrapato não passa". Também são usadas para "catar" feijão e outros grãos. No início, a cor é vermelha, depois passa a escurecer. As esteiras, geralmente, têm que ser renovadas de dois em dois anos. Para tirar os talos, o casqueiro é cortado.

- ◆ Vassouras ainda são fabricadas por algumas pessoas, mas também são compradas em Lábrea. O material é o cipó-titica.

Embarcações (canoas) podem ser feitas das madeiras do cedro,



copaíba, guariúba, itaúba, jacareúba. Para os remos, qualquer madeira pode ser usada, mas a preferida é a da itaúba, porque dura mais.

Os materiais de algumas armas são:

- ◆ Pracuuba (wa'ara) e pupunheira (kawiri) para arcos.
- ◆ "Flecha" (abiha) para flechas, porque é um material muito leve.
- ◆ Pracuuba para as hastas (jomidi'awani) dos arpões.

Aspectos de gênero

O uso dos diversos recursos naturais para o sustento e a comercialização de produtos também têm aspectos de gênero que se manifestam, em particular, na divisão sexual do trabalho. Pode-se ver que as mulheres também pescam, mas apenas quando os homens se deslocam para as colocações. Os homens deslocam-se para os castanhais sem acompanhamento feminino e explicam isto pelo trabalho árduo e desgaste físico nos castanhais e pelos incômodos das viagens nos igarapés.

Modo de ocupação

A mobilidade sazonal e comunitária é muito grande. Nas diversas estações do ano, uma grande parte das comunidades ou até comunidades inteiras deslocam-se devido a fatores ambientais e atividades econômicas sazonais. Em Santa Rita, por exemplo, a grande maioria dos moradores passa o tempo da enchente em Palhal e poucos ficam na comunidade. Durante a estação seca, uma parte desta comunidade passa os meses de agosto a outubro em Carrapatinho para preparar as roças e torrar farinha de mandioca. Há deslocamentos sazonais entre Crispinho e São Clemente Velho e São Clemente Novo, sendo os últimos dois os assentamentos temporários fluviais para muitos moradores de Crispinho pescarem e plantarem nas praias fluviais.

Os meses de março e abril são os melhores para a coleta de castanha-do-brasil.



Assim, é possível registrar deslocamentos temporários sazonais entre várzea e terra firme e entre assentamentos permanentes e temporários.

A separação, mudança e

recomposição de comunidades são facilitadas pela independência política e social das famílias nucleares e extensas, o que permite formar novas comunidades ou construir moradias isoladas sem problemas maiores. Exemplos desta mobilidade são Santa Rita, Carrapatinho e as casas isoladas vistas na margem direita do Purus.

O caso dos Paumari demonstra como pode ser difícil traçar limites claros entre as categorias de assentamento permanente e temporário. Cada assentamento permanente dos Paumari é, ao mesmo tempo, “temporário”, pelo menos durante uma estação do ano. E os números de moradores são bastante flexíveis, não só de uma estação do ano para outra, mas também de um ano para outro. Praias e castanhais são elementos muito importantes na ocupação espacial dos Paumari, representando recursos claramente limitados nos dias atuais.

Pesca de subsistência e de caráter comercial

Através dos trabalhos de mapeamento do uso de recursos naturais desvelou-se certa distinção entre os espaços ocupados, práticas e espécies capturadas na pesca de subsistência e de caráter comercial. Percebem-se dois cenários distintos.

A pesca de subsistência normalmente está associada a locais mais próximos aos assentamentos permanentes: áreas de restinga nas margens do Purus, no Lago Marahã, na borda da planície de inundação dos Rios Purus e Ituxi e nas pontas de terra firme (concentradas na região norte e noroeste da terra), onde, decorrente de uma maior pressão demográfica e de maior esforço de pesca, as espécies consideradas “nobres” não possuem tanta abundância e não alcançam mais a produtividade desejada pelos Paumari para a pesca comercial.

A pesca de caráter comercial é a “pesca de longe”, realizada com maior intensidade no perímetro sudoeste da terra, na planície de inundação dos Rios Purus e Sepatini. Lá se encontra um complexo de lagos oriundos de canais abandonados do Purus e Sepatini, onde se destacam os Lagos do Bananal, do Partido, Comprido e Grande que, apesar de não estarem inseridos na Terra Indígena, são uma região de ocupação tradicional Paumari, sendo essa região indicada como antigo local de flutuantes.

Reforçando as informações sobre a grande mobilidade fluvial dos Paumari, descritas na literatura e confirmadas pela pesquisa de campo, famílias inteiras percorrem a região descrita por via fluvial, principalmente nos períodos de enchente e vazante, subindo o Sepatini e permanecendo em acampamentos de pesca que podem reunir várias famílias por até quinze dias.

Relações interétnicas e territorialidade





Relações com outros povos indígenas

As relações com outros povos indígenas geralmente são muito positivas, salvo as tensões com as comunidades Apurinã dentro dos limites da terra. Estas tensões surgiram, principalmente, por causa dos direitos costumários dos Paumari de pescar no Lago Branco, contestados com a exploração concomitante pelos Apurinã e pela forma específica de territorialidade destes, que se manifesta em tentativas de estabelecer a exploração exclusiva.

A territorialidade Paumari ficou despercebida por muito tempo, uma vez que o olhar limitado e unilateral para a economia fluvial e lacustre desses índios inibiu a percepção dos territórios efetivamente ocupados por eles. São ambientes intimamente associados à territorialidade Paumari.

Comunidades Apurinã



A ocupação Apurinã dentro dos limites da TI Paumari do Lago Maranhã concentra-se nas partes noroeste e ocidental. Do ponto de vista numérico, trata-se de uma minoria dentro da terra.

Assentamentos permanentes e temporários

As aldeias são:

Aldeia	Moradores	Residências	Fonte
Escondido	37	5	DSEI Lábrea
Laguinho	1 a 2 famílias	?	Plácido Costa Júnior
Nova Fortaleza	153	21	Peter Schröder
Total	> 190	27 ou 28	

Nova Fortaleza está situada numa ilha de terra firme. O eixo central é uma pista de pouso que não está numa situação adequada para ser usada. As casas estão arranjadas tanto ao longo da pista, a seu lado, quanto num grupo detrás de seu final setentrional. A casa da liderança atual, Raimundo Nonato, encontra-se numa distância média entre os dois pontos extremos da pista.

Os oito assentamentos temporários servem exclusivamente para a extração de castanha.

Histórico da ocupação

Sobre a história dos Apurinã



na zona atualmente ocupada por eles na Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, foram apresentadas narrativas divergentes. As três versões principais podiam ser chamadas: (1) versão Paumari, (2) versão Apurinã oficial e política e (3) e versão Apurinã “à surdina”.

Para os Paumari, a presença Apurinã tem uma data inicial clara: o ano de 1979.

A versão oficial e política Apurinã, apresentada numa reunião em 01/11/2000, contesta essas declarações. Segundo esta narrativa, já havia “algumas” famílias Apurinã “muito tempo” antes naquela parte da terra. Na época da chegada dos primeiros Apurinã, eles teriam encontrado apenas alguns vestígios, como ossos e cerâmica, dos índios “Arara”, como são chamados os Juma na região do Médio Purus. O nome do primeiro Apurinã que se estabeleceu naquela parte teria sido Pamuí. Para completar esta versão, foi apresentada uma narrativa histórica de avanços e retiradas de grupos Apurinã nas zonas da terra firme, devido aos contatos tanto violentos quanto pacíficos com os “brancos”, mas sem citar nenhuma vez a presença Paumari. Percebe-se com clareza que esta versão oficial contém diversas alusões à ancestralidade e tradicionalidade da ocupação Apurinã, apresentando a presença atual dos Apurinã naquela parte da terra como um resultado de movimentos migratórios históricos dentro de uma parte da região sempre ocupada pelos Apurinã. Trata-se, evidentemente, de uma justificativa em face das contestações, proferidas pelos Paumari, da “legitimidade” da presença Apurinã no sentido de uma “ocupação tradicional”. E, além disso, trata-se de uma manifestação reivindicativa de uma territorialidade emergente.

A versão proferida em conversas informais e menos públicas é bastante diferente. Segundo esta narrativa, o grupo tem sua origem na região do Rio Sepatini, aparentemente na Terra Indígena Seruini/Marienê. O grupo teve que abandonar sua terra depois de matar seu patrão, mas foi contratado por outro que os queria empregar para expulsar à força os Paumari de sua terra na região do Lago Marahã, oferecendo aos Apurinã um novo lugar para se estabelecerem. O objetivo do patrão era se apoderar das terras Paumari. O plano, porém, falhou, pois os Apurinã simplesmente se fixaram na parte onde vivem atualmente, sem cumprir sua parte do pacto e contribuíram, desse modo, para manifestar a presença indígena na terra hoje demarcada.

Economia

O calendário econômico anual está marcado, igual ao dos Paumari, pelas categorias



regionais relacionadas às chuvas e aos níveis de água: verão (julho a setembro) ⇒ repiquete (outubro e novembro) ⇒ enchente (dezembro a fevereiro) ⇒ inverno (março a maio) ⇒ vazante (maio a julho).

Os conhecimentos etnometeorológicos sobre a aparência de chuvas baseiam-se na observação do comportamento de aves e insetos:

- ◆ O canto do iupιά é considerado como indício seguro da proximidade de chuvas, "ele escuta o trovão antes dos homens". Trata-se de uma ave pequena, do tamanho de um sabiá e de cor cinza.
- ◆ O corocão (kurukurú) é uma ave preta de azeviche e do tamanho de uma galinha. Ele pode cantar de madrugada, de manhã e à tarde e "continua a cantar até chover".
- ◆ A cigarra (keturi) sempre canta antes do início das primeiras chuvas.

As bases do consumo são a agricultura, pesca e caça, completadas pela fruticultura dos quintais e coleta.

Agricultura, fruticultura e horticultura

Os Apurinã de Nova Fortaleza plantam na terra firme e nas bordas dos chavascais, pois estas





unidades de paisagem estão relacionadas com solos hidromórficos e saturação de água, não compatíveis com o cultivo de tubérculos. Eles não plantam nas praias. Só informaram que os moradores do Seringal Samaúma também plantam nas praias, mas que isto seria uma inovação para os Apurinã. Segundo as declarações prestadas, evita-se plantar nas praias por causa das distâncias e dos problemas de transporte dos frutos de lá para Nova Fortaleza, mas também se pode interpretar nisso um padrão de mobilidade diferente do Paumari.

As roças são chamadas roçados e roça significa 'mandioca', como entre os Paumari.

As fases de transformação da mata primária ou secundária em roçados são:

- (1) Roçar (*ianká*): o corte das plantas menores com facão, geralmente em maio, e realizado por homens, mulheres e crianças.
- (2) Derrubada (*eituka*): realizada em junho ou julho, por indivíduos do sexo masculino. Há experiências recentes com o sistema de mutirão.
- (3) Depois da derrubada, deixa-se secar a madeira por um a dois meses.
- (4) A queimada (*eiuteka*): ocorre em agosto ou setembro.
- (5) Depois se deixa "resfriar" a terra por duas semanas.
- (6) Coivara: em setembro, sendo trabalho tanto masculino quanto feminino.
- (7) Plantio (*takarawatá*): quando aparecem as primeiras chuvas.

É necessário capinar várias vezes, mas a freqüência é menor em "área nova" (plantio em floresta primária) do que em "capoeira".

Nas bordas dos chavascais, o cronograma do plantio tem que ser diferente, pois se trata de zonas de inundação no inverno. Os preparativos começam em abril a maio, no meio da vazante,

para poder plantar roça em junho e colhê-la, ao mais tardar, até dezembro, antes da enchente.

As plantas cultivadas são: ariá, batata-doce, cará, macaxeira, mandioca, taioba, arroz, milho, maxixe, jerimum, abacate, abacaxi, banana, caju, cupuaçu, goiaba, mamão, manga, melancia, melão, açaí, pupunha e café.

A terra firme é a zona preferida para o plantio de culturas permanentes.

A mandioca é a planta cultivada mais importante, seguida pela macaxeira. A mandioca também é a cultura que sempre é plantada primeiro, seguida pelas outras.

Existem 18 variedades de mandioca (kúmiri; “roça”). A variedade mais plantada é a paxiubão, por “durar mais tempo no chão do que outras” e ser uma “mandioca mansa”, que produz bem-estar físico, segundo as declarações dos Apurinã. Outra vantagem é que ela facilita o processo de pubagem por não ser amarga, não ocasionando perdas na produção de farinha.

Os critérios de distinção entre as variedades são as mesmas como entre os Paumari: forma, tamanho e cor da raiz (“batata”), da madeira (“maniva”) e das folhas.

Sete variedades de macaxeira (yumiári) são plantadas na região.

O período médio de uso de um roçado antes de sua transformação gradual em capoeira é de dois anos. Como no caso dos outros povos indígenas da região, o roçado não é “abandonado” realmente, mas o que muda é a forma de aproveitamento e exploração.





Sucessão ecológica:

De maneira geral, segue-se o seguinte esquema:

- (1) Primeiro ano: plantio policultivo; junto com as manivas de mandioca e macaxeira, plantam-se também cará, taioba, abacaxi, caju, banana, tingui e outras culturas.
- (2) Segundo ano: replantam-se as manivas de mandioca.
- (3) Terceiro ano: cessa-se a manutenção das capinas, ocorrendo a sucessão ecológica com mais vigor, permanecendo nessa área abacaxi, banana, caju e taioba, sendo esses produtos ainda normalmente colhidos durante o primeiro ano de sucessão ecológica.

Os melhores carás são transplantados para a nova área aberta, sendo que após esse replantio, durante o inverno, praticamente permanecem nessa “capoeira jovem” apenas os carás impróprios para o consumo, havendo no início do verão uma outra “carga” de carás que os Apurinã podem consumir.

As capoeiras podem ser consideradas zonas de caça de animais de pequeno e médio porte mais próximas aos assentamentos permanentes, com a ocorrência, por exemplo, de cutias e pacas, que são acuados com cachorros pelas mulheres e crianças, constituindo-se em importante unidade de recurso na caça de caráter mais cotidiano.



Horticultura

Assim como os Paumari, os Apurinã chamam “quintais” os pequenos terrenos plantados ao lado das casas. Pode-se considerar os Apurinã de Nova Fortaleza como promotores de biodiversidade, dado o alto cultivo de plantas silvestres e domesticadas em seus quintais, formando verdadeiros bosques florestais.

Segundo depoimentos, nos três primeiros anos da formação do assentamento, os espaços dos quintais foram cultivados principalmente com mandioca e macaxeira. Durante esse processo foram introduzidas várias espécies silvestres e domesticadas, principalmente para consumo e fins medicinais. Assim, ao se chegar em Nova Fortaleza, o cenário que se observa são as moradias ao longo da pista de pouso, inseridas no meio de bosques de frutíferas.

A área dos quintais pode variar de 2.000 a 3.600 m². De um quintal de 3.600 m², foram levantadas 12 espécies utilizadas para fins medicinais e 57 espécies destinadas ao consumo (35 espécies silvestres e 22 domesticadas).

Calendário de pesca:

(1) Verão:

Local: Lago Branco, Laguinho e Lago do Gil.

Espécies capturadas:

(1) Com malha pequena: bocão, branquinha, cachorrão, mapará, pescada e saúna.

(2) Com malha grande: pacu, caparari, cuiú-cuiú, jaú, jundiá, piramutaba, pirapitinga, pirarara, pirarucu, surubim e tambaqui.

Observações ambientais e técnicas:

Os Apurinã observam os locais no lago onde os peixes “batem”, fixando nesses locais duas varas e armando suas malhadeiras.

(2) Enchente:

Local (1): Foz do Igarapé das Cobras (deságua no Lago Branco).

Espécies capturadas:

Arenque, aruanã, matrinxã, pacu e pescada.

Observações ambientais e técnicas:

Quando a água está entrando nas matas alagáveis pelas baixas, cardumes de peixes estão se movimentando por esses ambientes,

alimentando-se de frutos, insetos e suas larvas. Técnicas: com arco e flecha e caniço, em canoas.

Local (2): Planície de inundação do Purus (áreas de restingas, entre baixas).

Espécies capturadas:

Aruanã, cuiú-cuiú, matrinxã, pacu e surubim.

(3) Inverno:

Local: Igapós.

Espécies capturadas:

Jatuarana, mandim, matrinxã, pacu, piranha e sardinha.

Observações ambientais e técnicas:

Quando as frutas da urucurana “espocam”, atraem uma série de peixes.

Nesse contexto, os Apurinã iscam anzóis com essa fruta ou grilos, lançando os anzóis próximo à fruteira. Se não estiverem obtendo sucesso, vão para um canto mais escuro, distanciando-se 15 a 30 m e lançando a isca com um caniço em uma das mãos e na outra mão segurando uma pequena vara que é batida na água, mimetizando a queda das frutas da urucurana. Uma variação é quando os Apurinã chegam numa área de mata alagada mais fechada e balançam as árvores, ocasionando a queda de folhas, flores e frutos, mimetizando a movimentação de bandos de macacos no estrato arbóreo, o que atrai os peixes.

Pesca do matrinxã durante o inverno: os Apurinã pegam as frutas da andiroba, assam-nas e, num ponto escolhido, colocam um esticador (espinhel), iscando seus anzóis com o fruto. Esse esticador é colocado preferencialmente em área com vegetação densa no estrato superior e “limpa” no estrato aquático.

Os Apurinã ainda utilizam a fruta da andiroba para pescar com ceva, mastigando-as à beira do igapó e jogando algumas mais distantes e outras mais próximo à margem do igapó. Nesse local, o pescador constrói uma tapagem com folhagens, o que impossibilita sua visualização pelos matrinxãs. Estes são flechados, quando se aproximam para se alimentar das frutas.

(4) Vazante:

Local (1): Igapós.

Espécies capturadas:



Jatuarana, mandim, matrinxã, pacu, piaba, piranha e sardinha.

Observações ambientais e técnicas:

Há uma árvore denominada piranheira (umamena) que, nessa época, abriga colônias de lagartas de borboletas de, aproximadamente, 3,5 cm, que caem na água, quando o sol esquenta. Várias espécies de peixes alimentam-se dessas lagartas. Nesse momento, os Apurinã pescam embarcados em suas canoas com caniço, tendo como isca essas lagartas.

Há outro tipo de lagarta, denominada boeira (arungare), com cerca de 5 cm de comprimento, que, nessa época, habita árvore do mesmo nome, sendo também reconhecida como um recurso de pesca pelos Apurinã. A estratégia de pesca é semelhante à descrita anteriormente.

Embora os Apurinã reconheçam na vazante alguns locais de passagem de rotas de cardumes, é mais difícil a pesca com malhadeiras, devido à alta eficiência da pesca com caniço e flecha, utilizando-se a malhadeira nesse período quando se encontra um local de passagem de cardumes de tambaquis.

Local (2): Baixas.

Espécies capturadas: Caruaçu, pacu e piaú.

Observações ambientais e técnicas:

Pesca-se em baixas que estão com uma de suas extremidades com água estagnada. Nesses locais, o ambiente aquático está pobre em oxigênio. Nessas condições, os peixes tentam buscar oxigênio na flor d'água, com a boca para fora da água, sendo abatidos facilmente com arco e flecha pelos Apurinã, de suas canoas.

Local (3): Igarapés.

Espécies capturadas: Bocão, cachorrão, pescada, pirapitinga e tambaqui.

Observações ambientais e técnicas:

Os Apurinã, em suas canoas, iscam o anzol com pedaços de sardinha e, com o caniço, movimentam a isca em parte da coluna da água, ocasionalmente batendo com a ponta do caniço com movimentos laterais na superfície da água para atrair os peixes.



Pesca com tingui

Os Apurinã cultivam em suas roças um veneno vegetal chamado tingui. Em períodos em que há pouca captura por meio de outras técnicas de pesca, o veneno desse vegetal é extraído, misturando-o com a massa da variedade de mandioca janoacá, junto com as larvas de uma vespa denominada caba e com as cinzas de uma taquara, confeccionando “bolinhos” que são jogados em áreas onde os peixes estão se alimentando. Esta técnica é utilizada tanto no inverno quanto no verão.

As mulheres também pescam, em particular durante as semanas que as famílias passam nas colocações. Elas geralmente pescam o pacu e a sardinha.

Caça

Na caça Apurinã, parece haver uma distinção entre tipos de caça, como a “caça de perto”, de caráter mais cotidiano, realizada nas capoeiras, roças e áreas mais próximas da aldeia, desenvolvida junto com outras atividades, sendo capturadas, normalmente, cotias, pacas, veados, nambus, jacus, macacos-prego, guaribas e macacos-paruacu. Também foi identificada uma caça em áreas mais distantes, direcionada para as seguintes espécies: queixadas, caititus, antas, onças e tamanduás-bandeira.

Toda caça é considerada boa pelos Apurinã, mas a queixada e a anta parecem ser preferenciais pelo aspecto social da distribuição da carne entre os membros da aldeia, o que não acontece com caças de porte menor.

As técnicas de caça são: com espingarda e com cães.

Calendário:

(1) Vazante:

Local: Interface entre terra firme e várzea.

Observações ambientais e técnicas:

No início do verão, quando a água está baixando, a fauna acompanha esse movimento, alimentando-se de frutos, flores, peixes, minhocas, sapos e outras coisas. Nesse período, a caça migra dos divisores de águas e aproxima-se da interface terra firme/várzea. Os Apurinã consideram esta época como um período de fartura na caça. Os Apurinã realizam procura ativa, com roteiros de caça, na interface entre a zona seca e a zona alagada, passando por chupadores (áreas que concentram sais e atraem os animais).

(2) Verão:

Local: Beiras dos igarapés.

Espécies caçadas: Paca e veado-capoeira.

Observações ambientais e técnicas:

Caça à noite. Esta modalidade de caça se faz até o início da enchente.

(3) Enchente:

Local: Áreas ilhadas.

Espécies caçadas:

Gato-maracajá, jabuti, mutum, nambu, onça, paca, quati, tamanduá-bandeira, tatu-bola, tatu-galinha, veado-capoeira.

(4) Inverno:

Local: Matas alagadas e na terra firme.

Espécies caçadas:

Guandu, macaco-da-noite, macaco-de-cheiro, macaco-guariba, macaco-paruacu, macaco-prego, macaco-preto, mutum, nambu, porco-espinho, rato-coró.

Observações ambientais e técnicas:

Caça diurna de canoa navegando pela mata alagada, sendo normalmente consorciada a atividades de pesca. Nessas incursões, podem ser coletados ovos de corocão, cigana, coroca e pato. Para a caça nos igapós, pode-se utilizar tanto arco e flecha quanto espingarda. As mulheres também realizam essa atividade.

Os piores meses para a caça são janeiro, fevereiro e março, por serem muito chuvosos: “Na chuva, o bicho não anda”.

Aspectos da caça da queixada:

Quando algum Apurinã vê rastros frescos de bandos de queixadas, rapidamente volta à aldeia e organiza-se uma expedição de caça, onde todas as famílias vão no encaço do bando. Se a expedição demorar muito, percorrendo longas distâncias, as mulheres e crianças retornam à aldeia. Essa prática ocorre somente com as queixadas, que atingem bandos de 50 a 100 animais, ao contrário dos caititus, que constituem grupos bem menores.

Essa caçada pode durar até dois dias e normalmente encontra-se o bando numa baixa, alimentando-se de castanhas de palmeiras joari, buriti, buritirana, açai, patauí, bacaba, tucumã,





marajá e uxi. Nessas localidades, os homens fazem um cerco ao bando. Quando finalizado, o homem da extremidade posterior do cerco dá o primeiro tiro, seguido pelos demais. No retorno à aldeia, o produto dessa caçada é dividido.

A caça com cães também pode ser uma atividade feminina, o que é um fenômeno notável no contexto das culturas indígenas amazônicas. Em Nova Fortaleza, inclusive, há uma índia que caça à noite com lanterna

Coleta

Coleta-se, além das frutas de árvores de capoeiras velhas e novas, os seguintes materiais vegetais para fins diversos: açacu, açazeira, anelím, arumã, caranaí, castanha-de-cutia, castanheira, cipó-titica, copaíba, envireira, guariúba, itaúba, jacareúba, jutaí, marajá, paracanaúba, paxiúba, pracaúba, timbó-açu, tucumã.

Criação de animais

A criação de animais desempenha um papel periférico na economia Apurinã. Criam-se cães, gatos, galinhas, macacos, papagaios e periquitos nas casas e seus arredores. Os animais mais criados são cães e galinhas. Muitas unidades residenciais geralmente possuem um a três cães, um a dois gatos e/ou três a seis galinhas. A função principal dos cães é vigiar e acompanhar os donos nas expedições de caça e a das galinhas é produzir ovos para o consumo doméstico.

Comercialização

As fontes de renda ou bases de troca para adquirir bens industrializados são: coleta de castanha-do-brasil; produtos agrícolas; peixes; artesanato; alguns salários (em 2000, havia uma professora e um agente indígena de saúde); algumas aposentadorias (em 2000, havia seis aposentados).

A coleta de castanha-do-brasil é considerada a fonte de renda mais importante. Praticamente

todas as famílias estão envolvidas, passando algumas semanas nas colocações entre janeiro e abril. Apenas os homens e algumas crianças quebram castanha, enquanto as mulheres tiram cipó-titica para fabricar cestos e paneiros, utilizados para carregar a safra. As mulheres “arrumam o rancho”, como é chamada a moradia temporária nas colocações, mas também caçam com cães e pescam.

Uma safra de 12 medidas (1.080 a 1.200 litros ou 600 a 720 kg) é considerada como “boa”, embora o lucro bruto seja apenas de R\$ 180,00 a R\$ 300,00, o que é um resultado absurdo, quando se leva em consideração o esforço físico e o tempo necessários para essa quantidade de castanhas. Além disso, são descontados do lucro bruto alimentos, materiais e dinheiro adiantados pelos comerciantes.

Produtos agrícolas comercializados em Lábrea são, principalmente, farinha de mandioca, cará e banana. Também se vendem peixes em quantidades não determinadas.

A comercialização de artesanato é muito limitada.





Cultura material

Casas

As casas são do tipo ribeirinho regional, construídas sobre palafitas. Em comparação com as casas dos Paumari, as dos Apurinã, em geral, são maiores e mais fechadas, sendo poucas abertas e sem paredes.

As madeiras usadas para as estruturas das casas (esteios, barrotes, linhas, caibros, postes) são:

- ◆ envireira (purimité)
- ◆ paxiúba (upatxíra)
- ◆ quari-quari (kapixíri)

Para as tábuas das paredes e o assoalho usa-se paxiúba (upatxíra). As paredes também podem ser feitas de ripas da açazeira (txiratá) ou palha de canaraí (xirúri). A cobertura da casa é feita dos mesmos materiais.

Utensílios domésticos

Alguns exemplos de utensílios domésticos feitos de materiais vegetais são: abanos, feitos da palha do tucumã (ingawári tápe); cestas, de cipó-títica (purutá); jamaxins, de cipó-títica ou timbó-açu (wambetá); paneiros, de cipó-títica; tipitis, de arumã (manuná); vassouras, de cipó-títica.

Embarcações (canoas) podem ser feitas das madeiras seguintes: açacu, castanheira (makimünü), copaíba (kupêna), guariúba (piú), itaúba (yánki), jacareúba (kutxipená),

Entre os materiais vegetais usados para instrumentos de caça e pesca foi citado apenas o marajá (txinetaré), cujas ripas são utilizadas para fabricar um tipo de armadilha de pesca.

Modo de ocupação

As três aldeias Apurinã estão assentadas na região de interface da planície de inundação do Purus com os baixos, médios e altos terraços contidos nessa planície, categorizados na região como “terra firme”. Dessa forma, situam-se em terras ilhadas, somente acessíveis por via fluvial durante o inverno.

O padrão de ocupação tradicional Apurinã parece estar mais relacionado a regiões de terra firme (baixos planaltos).

Ao se correlacionar suas práticas econômicas com os espaços utilizados, sua área de uso pode ser delimitada da seguinte forma:

- ◆ As atividades agrícolas normalmente estão circunscritas ao ambiente próximo da aldeia, num raio de ação que não excede cinco quilômetros, estando associada a essa área a “caça de perto”.
- ◆ Apesar de estarem inseridos num ambiente ainda muito rico em peixes, os Apurinã parecem restringir suas atividades de pesca durante o verão nos Lagos do Gil, Lagunho e Branco. Durante o inverno, pescam nas matas alagadas nas proximidades de suas aldeias, não excedendo um raio de ação de cinco quilômetros.
- ◆ As atividades extrativistas, bem como as caçadas aos bandos de queixadas, são as atividades nas quais se desenvolvem um maior raio de ação. Toda a microbacia do Igarapé Horizonte (tributário do Igarapé Quebra-Remo), bem como parte da microbacia que compreende o alto curso do Igarapé Capitari (tributário do Igarapé Mamoriá), são áreas de extrativismo e caça.

O esgotamento de alguns recursos naturais nas áreas acima indicadas, como populações das palmeiras caranaí e paxiúba, impulsionam os Apurinã a incursões em áreas de terra firme, numa

distância de, aproximadamente, 15 quilômetros de Nova Fortaleza. Nesse contexto, passam a explorar as populações de açaí que se encontram na planície de inundação do Purus.



Relações interétnicas e territorialidade

Relações com a sociedade envolvente

É difícil generalizar as relações com os “brancos” (kariú). Por um lado, são pacíficas, por outro lado, podem ser tensas e até violentas em termos de territorialidade e controle de recursos naturais. Os Apurinã descreveram suas relações com os “brancos” como amigáveis, chamando alguns ribeirinhos de “compadre” ou “comadre”, sem que isto, no entanto, implique em relações de compadrio. Alguns ribeirinhos são convidados a participar em festas comunitárias ou partidas de futebol.

Em Nova Fortaleza, há quatro casamentos interétnicos entre Apurinã e “brancos”, sendo duas índias casadas com “brancos” e dois índios casados com “brancas”.

A emigração para Lábrea - AM tem dimensões estatisticamente significativas. Foram sete famílias, com 33 pessoas no total, que mudaram da aldeia para a cidade. Somando estas pessoas ao número atual dos moradores de Nova Fortaleza, 186 pessoas no total, pode-se verificar, neste caso, uma taxa de emigração de 17,7%. Estas famílias, no entanto, não cortaram completamente suas relações com a comunidade de origem e uma parte costuma se deslocar para as colocações na estação da coleta da castanha.

As dependências materiais tornaram-se grandes unilateralmente. Hoje em dia, os Apurinã adquirem, em Lábrea ou pelos regatões, uma grande série de bens industrializados.





A questão dos limites da Terra Indígena

Para os Paumari, uma das conseqüências da demarcação é uma maior atração para mais indivíduos e famílias Apurinã se fixarem dentro dos limites da Terra Indígena.

Tanto os Paumari quanto os Apurinã declararam que nenhuma zona tradicionalmente habitada por eles ficou excluída pelos resultados atuais da demarcação, mas sim uma zona tradicionalmente explorada pelos Paumari. Esta zona atualmente é pouco procurada pelos Paumari, por causa da proximidade dos Apurinã. São, pelo contrário, os Apurinã e algumas famílias de ribeirinhos que a exploram parcialmente.

Seus contornos começam no ponto mais ocidental do limite atual no Rio Purus e continuam seguindo seus meandros até a foz do Sepatini. Subindo este rio, continuam até o ponto de encontro com o limite da Terra Indígena.

Há invasões e perigo de invasões em diversos pontos. Os Paumari indicaram dois:

(1) Na zona do Lago do Idá, onde todos os anos ocorrem entradas temporárias de ribeirinhos. Alguns Paumari pensam em estabelecer moradias nessa zona para controlar melhor os limites da Terra Indígena.

(2) No Igarapé Preto, onde Sebastião Miranda se declarou dono de alguns castanhais e como prejudicado pela demarcação. Suas “benfeitorias”, porém, ainda não foram reconhecidas oficialmente. A maioria dos castanhais de que ele se declara dono está situada fora da Terra Indígena.

Segundo depoimentos dos Paumari, há conflitos no uso dos recursos pesqueiros para a pesca de caráter extrativista. A frota pesqueira oriunda de Lábrea, Manacapuru e Boca do Acre (AM) objetiva principalmente a captura dos cardumes de tambaqui que se formam no período da vazante. Essa frota possui uma capacidade de carga que varia de 300 quilos a 15 toneladas.

Segundo uma liderança indígena de Crispinho, há, durante o inverno, na descida das águas, pesca de geleiros oriundos de Boca do Acre, Lábrea e Manaus, com capacidade de carga de até 15 toneladas, nos lagos da região. Estas embarcações penetram no Lago da Partição (antigo canal do Sepatini) e ficam num ponto estratégico.

Os Apurinã de Nova Fortaleza declararam, numa reunião com a equipe do levantamento etnoecológico, que as invasões permanentes e temporárias causam perdas em pesca, caça, frutos silvestres e madeiras.

Eles manifestaram interesse numa ampliação dos limites atuais da Terra Indígena para incluir a zona contígua supracitada.





Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi

Características gerais

Caracterização ambiental

A diferença marcante da matriz ambiental à disposição dos Paumari e Apurinã do Rio Ituxi reside no fato de a microbacia do Rio Ituxi constituir-se, em sua totalidade, em rios de águas pretas, categorizados pelos Paumari como “paha pororo”.

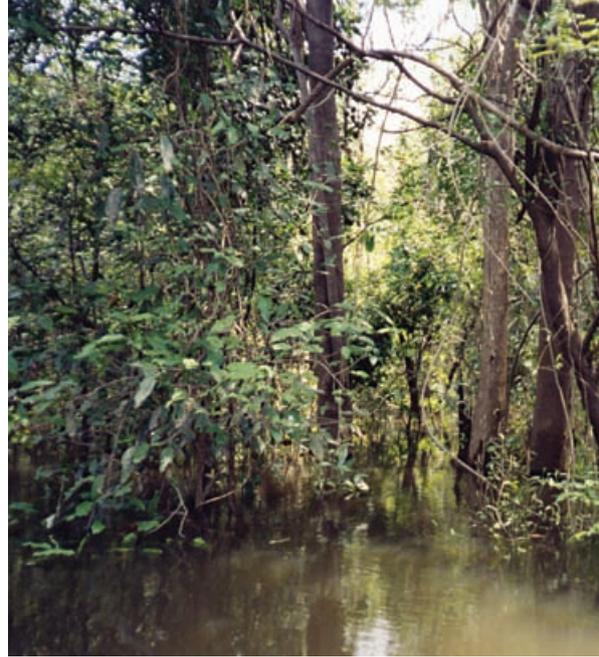
Observa-se, também, distinções na biogeografia de lagos contidos na planície de inundação do Rio Ituxi, localizados à sua margem esquerda. Estes lagos são muito mais numerosos e de menor extensão, em comparação com a planície de inundação do Purus.

Os Paumari e Apurinã da terra em consideração têm à sua disposição “queimadas” enormes que se destacam na paisagem como um verdadeiro “cemitério” de árvores desvitalizadas, havendo, segundo depoimentos indígenas, dois processos relacionados a sua formação:

- (1) Muitas “queimadas” situadas em áreas periodicamente alagáveis têm sua formação associada a uma cheia excepcional do ano de 1997, que provocou a desvitalização de muitas árvores pelo período de cheia prolongado, tornando-as mais suscetíveis aos

incêndios durante o verão. Esta unidade de paisagem está associada a florestas ombrófilas densas aluviais de planícies periodicamente inundadas.

(2) As “queimadas” situadas em áreas normalmente não alagadas estão associadas à ação antrópica de processos agrícolas que sazonalmente se expandem a outras áreas, causando fragmentação de habitats, perda de biodiversidade e uma desvitalização de conglomerados da floresta.



Do ponto de vista geomorfológico, as áreas não alagadas encontram-se nos terraços do interflúvio do Purus e no baixo curso do Ituxi, categorizadas na região como terra firme.

Assentamentos e sua distribuição espacial

Em 2000, havia apenas dois assentamentos permanentes na Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi, sendo um dos Paumari, com 60 moradores, e outro dos Apurinã, com 54 moradores.

Os dois encontram-se no nordeste da Terra Indígena, numa ponta da terra firme, e ficam um do outro a uma distância de quinze minutos por via terrestre.

A presença Apurinã é recente em comparação com a dos Paumari. Por isso, há mais itens ecológicos, geográficos e econômicos identificados pelos Paumari e representados em pamaori.



Paumari

Assentamentos permanentes e temporários

A Aldeia Araçá tem uma estrutura bastante compacta, com as casas arranjadas majoritariamente em torno de um campo central retangular, também usado como campo de futebol. Em 2000, havia 10 casas residenciais, uma escola, o Pólo-Base da FUNASA e uma instalação batizada “galpão”, onde se torrava farinha de mandioca e se transformava cana-de-açúcar em rapadura. A aldeia está situada numa ponta da terra firme, com vista ampla para áreas periodicamente alagáveis e com acesso pelo Igarapé Araçá.

O acesso é relativamente fácil. A viagem de Lábrea para Araçá dura cerca de 45 minutos com uma voadeira com motor de 40 hp. Subindo o Purus por 15 a 20 minutos, chega-se à foz do Ituxi para subir este rio até encontrar, no lado esquerdo, a foz do Igarapé Araçá, que dá acesso direto à Aldeia Araçá, passando por amplas florestas contidas na planície de inundação do Rio Ituxi.

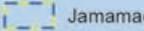
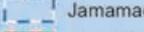
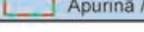
Todos os moradores indígenas de Araçá (também há moradores não-indígenas) falam a língua portuguesa.

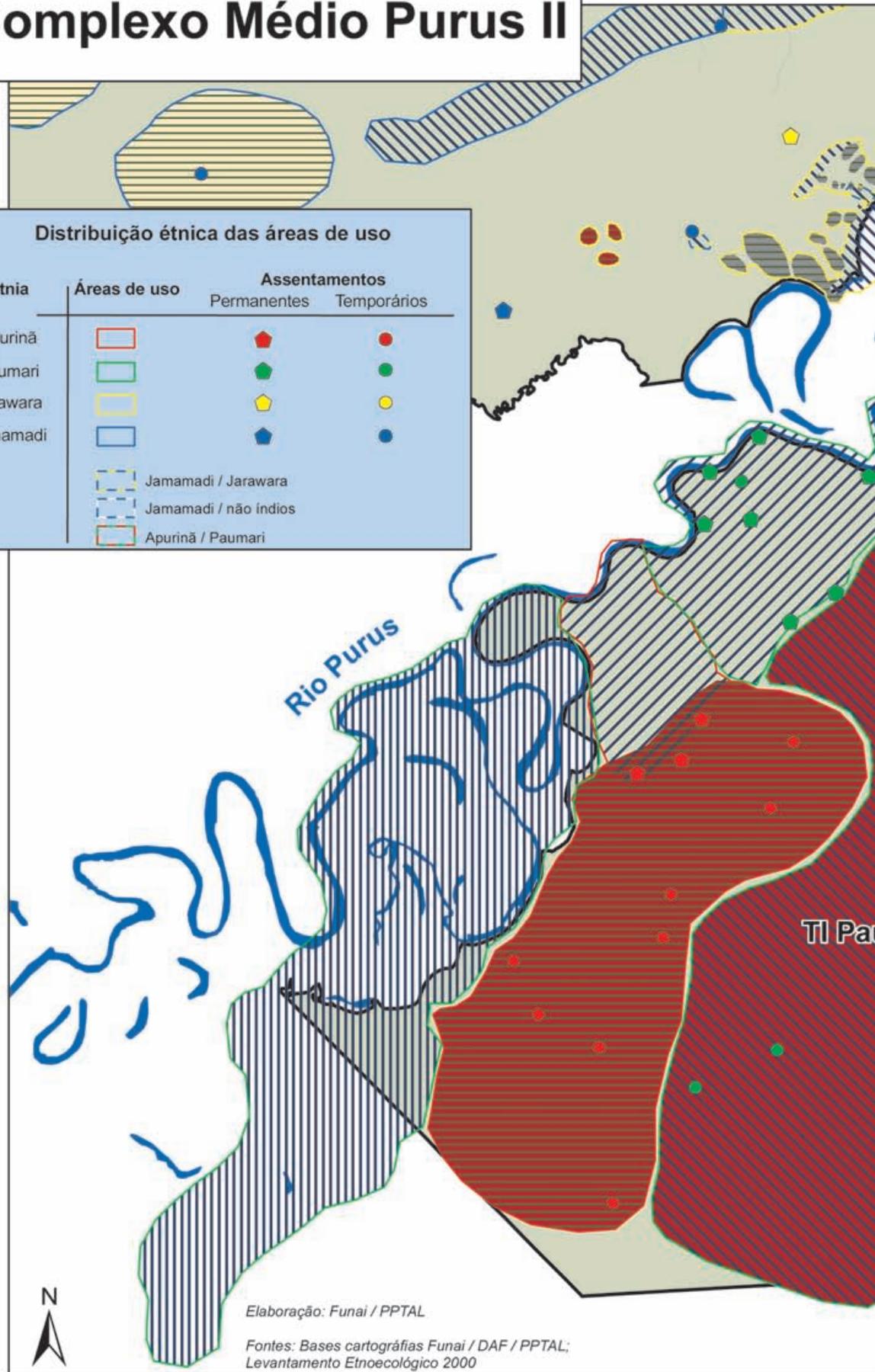
A maioria dos moradores é católica, batizada pelo Padre Gunter Kroemer, do CIMI-Lábrea, mas uma minoria ainda pratica a religião étnica. Atualmente, há apenas um pajé que atende a pedidos individuais.



Uso dos recursos no Complexo Médio Purus II

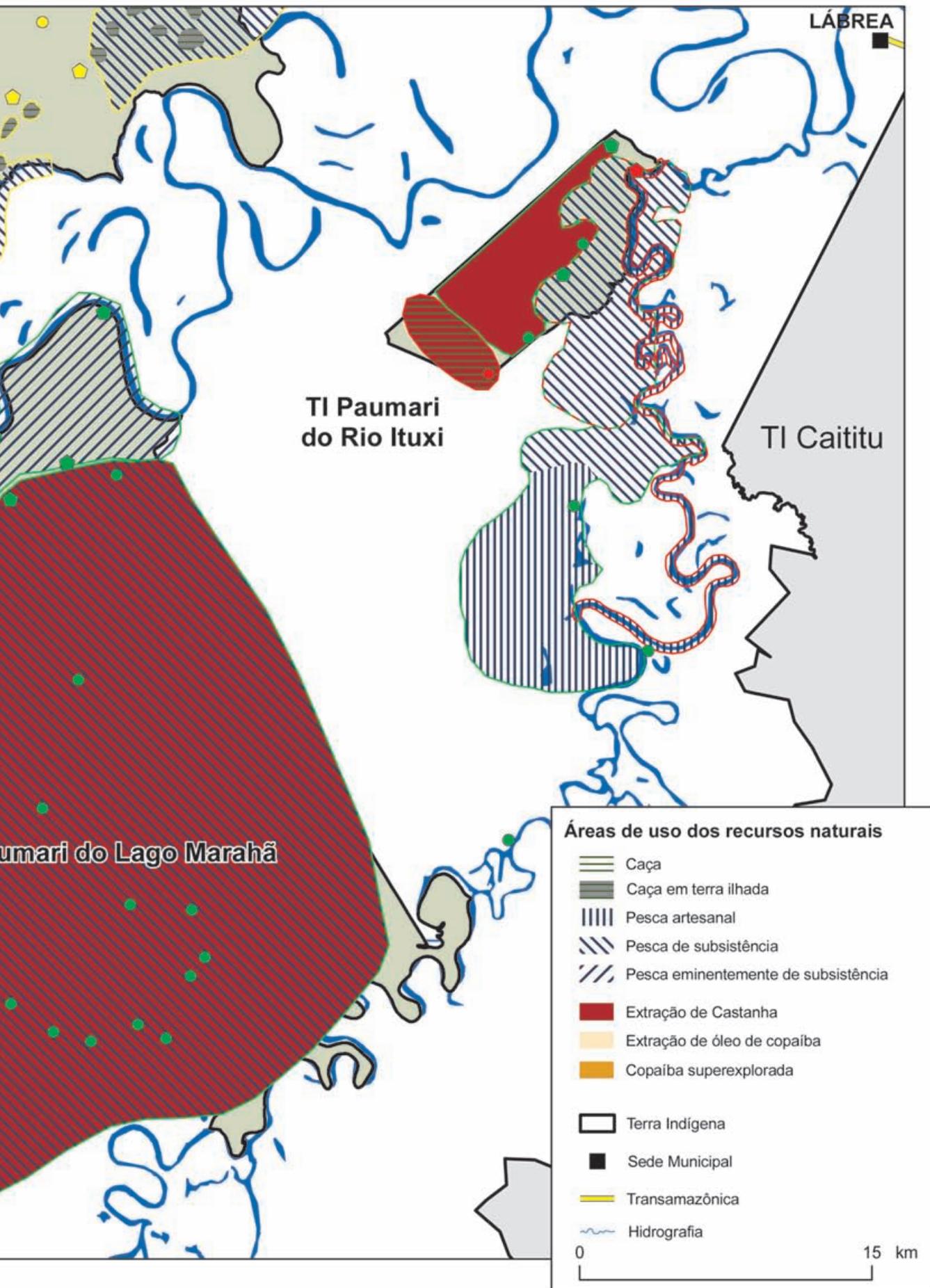
Distribuição étnica das áreas de uso

Etnia	Áreas de uso	Assentamentos	
		Permanentes	Temporários
Apurinã			
Paumari			
Jarawara			
Jamamadi			
		Jamamadi / Jarawara	
		Jamamadi / não índios	
		Apurinã / Paumari	



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
Levantamento Etnoecológico 2000



Assentamentos temporários

Há dois tipos:

(1) Assentamentos temporários mais relacionados ao cotidiano da pesca e da captura de várias espécies de quelônios, localizados na planície de inundação do Ituxi e suas áreas de contato com os terraços.

(2) Assentamentos temporários associados à extração da castanha nos terraços entre os Rios Purus e Ituxi, atualmente limitados pelos resultados da demarcação.

Deve-se ressaltar que este padrão é diferente do observado nas outras partes do Complexo, onde os Jarawara, Apurinã e Paumari chegam a ficar de 15 a 60 dias em áreas distantes de suas aldeias, no momento em que a safra da castanha é atividade polarizadora.

Dentro dos limites da Terra Indígena, foram localizados quatro assentamentos temporários, dois para coleta de castanha e dois para pesca.

Economia

O calendário econômico anual está marcado, como o dos Paumari da várzea puruana, pelas categorias regionais relacionadas às chuvas e aos níveis de água. O primeiro repiqueste costuma ocorrer entre 10 e 15 de outubro e o segundo, no final de outubro.

As bases do consumo são, principalmente, peixes e alimentos produzidos com base em diversos tubérculos, sendo consumidos o ano inteiro. Parece que os Paumari do Rio Ituxi dedicam mais tempo e esforço à agricultura e fruticultura do que as comunidades da várzea puruana, mas isto é uma hipótese provisória a ser verificada em estudos posteriores.



Pesca

Em sintonia com o padrão observado entre os Paumari do Lago Marahã, a pesca e a captura de quelônios ocupam lugar de destaque e maior extensão territorial.

O trabalho de mapeamento de lagos demonstrou claramente uma distinção entre os espaços de pesca comercial e de subsistência. A pesca de subsistência é, de maneira geral, associada aos espaços mais próximos da aldeia, e a pesca comercial, a espaços mais distantes, aos numerosos lagos da planície de inundação do Ituxi.

Para os dois tipos de pesca utilizam-se as mesmas técnicas:

- ◆ anzol (ikwaka) e linha adquiridos dos “brancos”;
- ◆ arco e flecha (ábiha): as pontas, de que existem formas incisas e bifurcadas, são feitas com pregos martelados;
- ◆ armadilha (sakatiro): é colocada em local de água corrente, com isca da fruta da andiroba ou de larvas da vespa conhecida na região como caba; a correnteza leva o “cheiro” das iscas e atrai os peixes;
- ◆ arpão (djúmide): a arpoeira (djúmua) é adquirida dos “brancos”, enquanto a hasta (djumedí áwane) é feita na aldeia;
- ◆ caniço (ikwakáwane);
- ◆ com a mão;
- ◆ malhadeira: o material é comprado, enquanto o fabrico é feito em casa.

Calendário:

(1) Enchente e inverno:

Unidade de paisagem: Igapós.

Espécies capturadas: Cará, mandim, matrinxã, pacu, piau, piranha, sardinha, tambaqui e tucunaré.

Observações ambientais e técnicas:

As espécies mais capturadas nas matas alagadas nas imediações de Araçá são piranhas e mandins. Quando os Paumari estão enjoados desse “cardápio” cotidiano, muitas vezes, organizam expedições de pesca a locais mais distantes, onde podem capturar outras espécies. Frutas utilizadas nas estratégias de pesca: abiorana, seringueira, taquari, timbó.

Os Paumari navegam próximo às fruteiras e mimetizam a queda de frutas com um caniço de, aproximadamente, 0,5 m e uma linha de cerca de 18 cm com um chumbo na ponta. Este instrumento é chamado de gaponga na região e “kamo kamo” em Paumari.

(2) Vazante:

Unidade de paisagem: Queimada e beira de lagos.

Espécies capturadas: Cari, curimatã, jaraqui, piau, saúna, tambaqui.

(3) Verão:

Unidade de paisagem: Lagos.

Captura de quelônios

As espécies capturadas são: anorim, capitari, pitiú, tartaruga, tracajá e zé-prego.

As técnicas para capturar bichos de casco são: arpão, arco e flecha, mergulho, jaticá e camurim. Entre estas modalidades, o mergulho parece ser a mais especializada. Antes de iniciar a captura, os Paumari mergulham próximo a suas canoas para aferir, pela audição, se há animais como jacarés, sucuris e botos nas proximidades.

A flecha é utilizada para capturar tartarugas, tracajás, zé-pregos e pitiús, principalmente durante o período da vazante, quando os bichos de casco tomam sol sobre galhos de árvores caídas nos igarapés e furos. Segundo depoimentos, o disparo pode ser feito até 30 metros de distância

A técnica do camurim é usada para a captura em lagos e ressacas. Trata-se de um conjunto de linhadas, com comprimento variável, fixadas a bóias. Na extremidade oposta da linhada, há uma chumbada e um anzol, no qual pode-se utilizar várias iscas. Normalmente, o comprimento da linha varia de 6 a 15 m e é determinado pela dimensão da coluna de água, uma vez que a isca tem que ficar no fundo dos lagos e ressacas. Os Paumari costumam armar vários camurins e ficam próximos a um conjunto desses instrumentos, monitorando-os. Ao perceber o movimento da bóia, dirigem-se ao local e puxam o bicho de casco. As iscas normalmente utilizadas são os frutos da biorana da várzea (massa cozida) e o palmito de tucumã.

Atualmente, com o advento das malhadeiras e uma maior pressão direcionada a esses animais, os Paumari indicam para uma sobrepesca das populações de quelônios.

Caça

Da mesma forma como para os Paumari do Lago Marahã, a caça parece ser para os Paumari de Araçá uma atividade complementar. Não obstante essa afirmação, notou-se que ela é praticada tradicionalmente num ambiente de matas alagadas, na planície de inundação dos Rios Purus e Ituxi e, mais recentemente, no período da coleta da castanha.



As técnicas de caça são: com arapucas; com arco e flecha; com armadilhas; com arpão; com “baladeira”; com cães; com espingarda; com malhadeira; com “pau”; com tamanca.

Calendário:

(1) Verão:

Unidade de paisagem: Baixas.

Espécies caçadas: Antas e pacas.

Observações ambientais e técnicas:

Período de maior atividade de caça.

(2) Inverno:

Unidade de paisagem (1): Terras ilhadas.

Espécies caçadas: Nambu, paca, tatu, veado-capoeira.

Unidade de paisagem (2): Igapós.

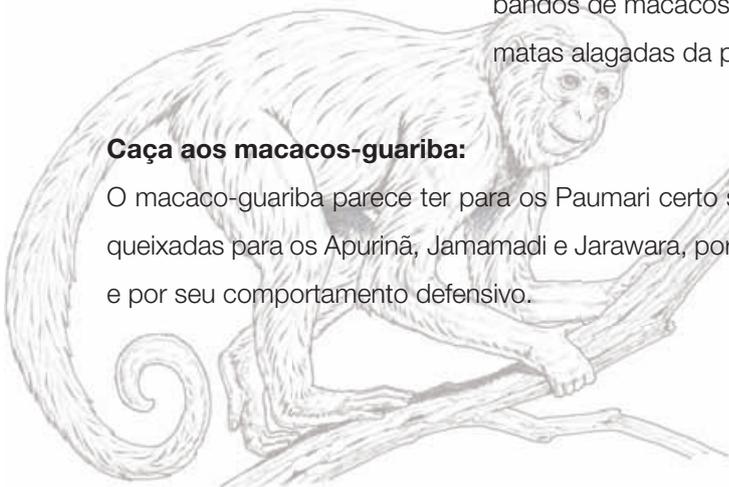
Espécies caçadas: Guandu, macaco-cairara, macaco-de-cheiro, macaco-guariba, macaco-paruacu, macaco-prego, macaco-preto e rato-preto.

Observações ambientais e técnicas:

Nesse período do ciclo hidrológico, a caça é direcionada aos bandos de macacos que se alimentam de flores e frutos nas matas alagadas da planície de inundação do Rio Ituxi.

Caça aos macacos-guariba:

O macaco-guariba parece ter para os Paumari certo significado simbólico parecido com o das queixadas para os Apurinã, Jamamadi e Jarawara, por andar em bandos nas copas das árvores e por seu comportamento defensivo.



Antes da introdução de armas de fogo, a estratégia de caça aos bandos de guariba era aproveitar-se de seu comportamento: quando se sentem ameaçados, procuram refúgio em uma grande copa de árvore na mata alagada.

Durante o inverno, os Paumari navegam em suas canoas e procuram escutar sons de frutos caindo na água, o que pode ser um indicador da presença desses macacos. Ao se aproximar do bando, este se refugia nas copas de árvores, permanecendo nesse local mesmo com a aproximação dos Paumari. Dependendo do número de canoas, estes fazem um cerco a essa árvore, sendo necessário que um dos Paumari suba na árvore e comece a abater os macacos para que esses tentem fugir. Neste momento, eles são abatidos pelos Paumari que permaneceram em suas canoas.

Agricultura, fruticultura e horticultura

Os Paumari de Araçá plantam tanto na terra firme quanto na várzea. O lugar de plantio na várzea não é chamado praia, como entre os Paumari do Lago Marahã, mas restinga; e o ecossistema, onde se encontram as restingas, é categorizado como igapó. Segundo as informações prestadas, a agricultura no igapó é relativamente recente em comparação com a da terra firme. Como na várzea puruana, o cronograma agrícola da várzea é diferente do da terra firme, tendo que se levar em conta a velocidade da subida das águas em dezembro e janeiro.

Na restinga se plantam apenas culturas temporárias, enquanto o plantio de culturas permanentes é realizado exclusivamente na terra firme. No igapó, plantam-se variedades ligeiras de mandioca, macaxeira, milho, feijão e tabaco, que crescem mais rápido e permitem atender às necessidades específicas do ciclo agrícola nesta zona. As variedades de mandioca e macaxeira podem ser colhidas depois de seis meses, enquanto as de feijão e tabaco precisam de apenas dois meses para madurar, e o milho, de três meses.

A peculiaridade da agricultura em Araçá reside nas culturas não plantadas pelos Paumari do Lago Marahã: café e cana-de-açúcar. O cultivo foi estimulado pelo Instituto de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (IDAM). Enquanto o plantio de café só foi iniciado em 2000, já existem alguns anos de experiência com o da cana, cujos produtos, açúcar e rapadura, são destinados mais à comercialização do que ao consumo.



Como nas outras comunidades Paumari, a mandioca é a planta cultivada mais importante, seguida pela macaxeira. Existem 28 variedades de mandioca plantadas na Terra Indígena; destas, apenas quatro (14,3%) não são plantadas na restinga. Só uma minoria de quatro variedades (14,3%) tem origens não-indígenas claramente identificadas, enquanto não se sabia especificar as origens de duas (7,1%).

As variedades mais plantadas na restinga são amarelona, cobiçada, flecha, joaquim-grande, socó, tapuia e tucumã e, entre estas, joaquim-grande e tapuia. A tapuia parece crescer mais rápido que todas as outras.

Na terra firme, as variedades mais plantadas são amarelinha, amarelona, baixota, ceruri, cobiçada, janoacá, jararaca, joaquinzinho, mata-porco, pirarucu, samaúma, socó, tapuia e tucumã.

As variedades minerva e sutinga ainda são pouco plantadas, mas sua farinha é muito apreciada. Existem 4 variedades de macaxeira plantadas.

Os roçados estão situados nas imediações da aldeia, enquanto os lugares de plantio na restinga podem ficar a, no máximo, 30 minutos a pé da aldeia. Os tamanhos das áreas plantadas variam de 0,5 ha a 2,5 ha. Segundo a informação de Raimundo Lopes da Silva, uma área de 1,5 ha é o suficiente para 16.000 covas de roça (mandioca).

As unidades produtoras por roçado são as famílias nucleares, mas uma roça comunitária de 12 ha, administrada pela associação comunitária de Araçá, estava sendo preparada para 2001.

Os períodos de uso e reutilização dos terrenos de plantio variam de acordo com o ecossistema: na restinga, costuma-se plantar no mesmo lugar todos os anos, enquanto, na terra firme, o período de plantio é de até quatro anos. Roçados pequenos são iniciados a cada ano, sendo colocados contíguos aos já usados, enquanto os roçados maiores são abertos de dois em dois anos.

Como no caso dos outros povos indígenas do Complexo, os roçados, na verdade, são abandonados apenas como lugares de plantio, uma vez que eles ainda são usados por muitos anos para coletar frutas e como zona especial de caça.

Horticultura

Nos quintais pode ser encontrada uma variedade de pelo menos 80 frutas, legumes, verduras, tubérculos, condimentos, temperos, plantas medicinais e outras plantas.

Os nomes indígenas indicam que oito (30,8%) das 26 fruteiras e palmeiras são de origem não-indígena. Entre as espécies de legumes e verduras, são 10 de 12 (83,3%); entre os tubérculos, nenhuma (100% indígenas); entre os condimentos e temperos, 2 de 5 (40%); e entre as 28 espécies de plantas medicinais, pelo menos 9 (32,1%).

Coleta

As espécies coletadas para o consumo são, principalmente, as frutas das árvores plantadas nos roçados e quintais, mas também se coletam uma série de frutas nas florestas e diversos materiais vegetais.



Comercialização

As fontes de renda ou bases de troca para adquirir bens industrializados são: extrativismo (castanha-do-brasil e óleo de copaíba); produtos agrícolas; peixes; quelônios; carne de caça; artesanato; algumas aposentadorias (há três aposentados na aldeia).

Segundo as declarações dos Paumari, é a castanha-do-brasil que se vende com maior facilidade. A facilidade de vender o produto, quer dizer, achar um comprador, não corresponde exatamente aos lucros realmente obtidos com sua comercialização e a relação entre esforço de coleta e rendimento continua sendo muito desfavorável.



Quanto aos peixes comercializados, os melhores preços são obtidos com a venda de pirarucu e tambaqui. Os preços para as outras espécies é inferior, o que explica a concentração da pesca comercial nessas duas espécies. Os preços obtidos com bichos de casco podem ser mais altos.

A comercialização de artesanato é muito limitada, dado o pequeno mercado regional e sua saturação fácil e as dificuldades de escoar a produção para outros centros urbanos.



Cultura material

Casas

As casas são do tipo ribeirinho regional, construídas sobre palafitas.

As madeiras usadas para as estruturas das casas (esteios, barrotes, linhas, caibros, postes) são: itaúba (itaiva), lacre (avadoha), louro-amarelo (sisiri), louro-orelha-de-burro (asitama), louro-preto (ima bakari), louro-vermelho (jakwakwa ka'ita'iba).

Para as tábuas das paredes e das bases do assoalho usa-se: itaúba (itaiva), lacre (avadoha), louro-vermelho (jakwakwa ka'itaiba), marupá (evira karibanari), murici (iva ka'dari karawani), paxiubão/ paxiúba-barrigudo ('bobana), paxiubinha (o'ba).

Segundo as declarações dos Paumari, o marupá “não presta prá soalho”. Esta madeira precisa ser removida e trocada depois de cinco anos.

O material mais usado para a camada superior do assoalho são as ripas da paxiúba-barrigudo (bobana) e do paxiubim (oba).

A cobertura da casa é feita de ripas de paxiubinha, para sustentar a “palha”. Esta pode ser feita de folhas de canará (tikarohi), palha-branca (ko'dí) ou palha-ubim (bonasi).





Utensílios domésticos

Alguns exemplos de utensílios domésticos feitos de materiais vegetais são: abanos, de tucumã (si'ari); anéis, de coco de tucumã; balaios, de arumã (lono); brincos, de tucumã; cestas ("balaínhas"), de cipó-titica (tapi); chapéus, de tucumã; cordão, de coco de tucumã; esteiras, de arumã, envira (kawasi), palha-branca (ko'di) e palha de jaci (jasi); jamaxins, de cipó-titica; paneiros, de arumã, cipó-apurinã (ipurina katapi), cipó-titica e talos de joari (jawara); peneiras, de arumã, jacitara (hama) e talos de joari; pulseiras, de coco de tucumã; tipitis, de arumã e envira; vassouras, fabricadas com cipó-timbó ('dama aboama) e cipó-titica.

Embarcações (canoas) podem ser feitas das madeiras seguintes: açacu (kaharaha), angelim (hajori kava), bacuri (bo'dí), castanheira (moi'di), faveira (va'asa), guariúba (pio), ingá-de-rato (evakoro kava), itaúba (ita'iva), itaúba-preta (ita'iva pororoha), jacareúba (mamo'di), louro-abacate (inkapokwa), louro-chumbo (chumbo ka'i taiva), louro-jacaré (kasi'i kaitaiva), louro-mamori (mamori kava), louro-rosa (sisiri mitxaki), louro-vermelho (jakwakwa ka'itaiba), mulungu (sorihadiha), piquiá (avitxa'i), piquiarana (avitxa'i).

As madeiras do angelim, louro-chumbo, louro-jacaré, louro-mamori, louro-rosa, piquiá e piquiarana são usadas apenas para o casco. Para os remos, usa-se as madeiras da itaúba, louro-abacate, louro-amarelo e louro-vermelho.





Relações interétnicas e territorialidade

Relações com outros povos indígenas

Entre as relações interétnicas, nenhuma parece ser tão determinante para a vida da comunidade como a com os Apurinã e, em particular, com os Apurinã de Iminaã. As relações com os “brancos” entraram em segundo plano nas conversas e entrevistas durante a visita.

Os ecossistemas tradicionalmente utilizados pelos Paumari, como os lagos, igarapés, castanhais e a restinga, estão sendo explorados concomitantemente pelos Apurinã, que conseguiram estabelecer sua aldeia num lugar privilegiado. Como a Terra Indígena é muito pequena e as aldeias estão situadas muito próximas uma da outra, é necessário ir longe, eventualmente para lugares fora da Terra Indígena, para explorar zonas não contestadas.



Relações com a sociedade envolvente

As relações com os “brancos” (jara) geralmente são pacíficas e sem tensões. Há seis casamentos interétnicos, sendo quatro de “brancos” com índias e dois de índios com “brancas”. Todos estes casais moram na aldeia. Não há indivíduos ou famílias que emigraram para Lábrea.



Apurinã

Assentamento

A Aldeia Iminaã, com 54 moradores (13 famílias), está situada num terraço de onde se tem uma vista panorâmica sobre o Rio Ituxi, permitindo perceber com facilidade as zonas de transição entre várzea e terra firme. A aldeia encontra-se no lugar do antigo cemitério dos Paumari de Araçá.

O acesso, que pode ser por via fluvial ou terrestre, é muito fácil. A viagem de Lábrea dura cerca de 40 a 45 minutos com uma voadeira com motor de 40 hp. Subindo o Purus por 15 a 20 minutos, chega-se à foz do Ituxi para subir este rio até encontrar, no lado esquerdo, o porto da aldeia.

Também se pode chegar a Iminaã saindo de Araçá, o que leva cerca de 15 a 20 minutos a pé num caminho largo e muito bem feito pela floresta que separa as duas aldeias. Todos os moradores indígenas (também há moradores não-indígenas) falam apenas a língua portuguesa.

A maioria dos moradores é católica, batizada pelo Padre Gunter Kroemer, do CIMI-Lábrea, enquanto uma minoria é protestante.

No final de 2000, a aldeia estava passando por um processo de reestruturação habitacional, com as casas antigas sendo substituídas por outras. Construiu-se, no âmbito de um projeto intermediado pelo CIMI de Lábrea, casas fechadas com paredes de tábuas e tetos de luminol arranjadas numa única fileira. Há uma associação comunitária.





Histórico da ocupação

Sobre a origem e história da comunidade há duas versões conflitantes: uma é Paumari e a outra, Apurinã.

Segundo as declarações de vários Paumari, a comunidade do Iminaã existe desde 1979 e ela foi “colocada” no lugar atual pelo patrão Luís Alexandre para “tirar castanha e seringa”. Este patrão já morreu. Os Apurinã teriam sido seringueiros no antigo Seringal Novo Brasil, situado às margens do Purus. Foi curioso observar que a imagem do patrão falecido é construída como muito positiva pelos mesmos Paumari (“foi uma pessoa muito boa”), enquanto ele aparece como o único responsável pela presença Apurinã, segundo esta versão.

As explicações dos Apurinã foram bastante diferentes. Segundo sua versão, uma parte da comunidade deslocou-se definitivamente do Seringal Bom Jesus, situado no Purus, para o lugar atual. Isto teria acontecido em 1973 e o patrão antigo teria sido “Rui Assunção”. Outra parte da comunidade era do Seringal Apuá, situado à margem do Ituxi. Depois de algum tempo de deslocamentos temporários de cerca de seis meses entre Apuá e Iminaã, este grupo teria decidido se estabelecer definitivamente em Iminaã em 1992. Em Apuá, o patrão teria sido “Henrique Marques”, que teria controlado um território no Ituxi até o Seringal Fortaleza, lugar do armazém de outro patrão. Luís Alexandre teria sido empregado de Henrique Marques, na função de “gerente”, e teria tido sua residência na foz do Ituxi. Tanto Henrique Marques quanto Luís Alexandre já faleceram.

O deslocamento das duas comunidades para o lugar atual não teria tido nada a ver com os patrões. Na época da chegada em Iminaã, esses Apurinã já não teriam tido mais patrões e nenhum outro patrão teria querido assumir essa função para a comunidade. O deslocamento foi explicado pela perda dos patrões/regatões nos seringais originais da comunidade e pela necessidade de ter, nesta situação, um acesso facilitado a Lábrea para economizar custos, tempo e energia de transporte e para pagar preços mais baixos do que com os regatões.

Embora seja necessário estudar melhor a história dessa comunidade numa pesquisa futura, sua versão parece, à primeira vista, mais consistente e convincente do que a versão Paumari. Vê-se claramente que o “denominador comum” das duas versões é a origem no seringal.



Economia

Pesca

Os Apurinã do Rio Ituxi possuem a sua disposição uma área normalmente não alagada e bem menor que a dos Apurinã na Terra Indígena Paumari do Lago Marahã. Em consequência deste fato, o extrativismo da castanha não ganha grande relevo econômico nesse grupo, sendo disponíveis poucos piques. Há indícios de que a pesca artesanal ocupa esse lugar.

Enquanto há, para os Paumari de Araçá, um grande raio de ação na planície de inundação do Ituxi, bem como uma distinção entre os espaços de pesca de subsistência e comercial, esta distinção não é tão clara entre os Apurinã de Iminaã, uma vez que seu raio de ação de pesca parece ser menor e que realizam a pesca comercial também nos lagos mais próximos de sua aldeia.

Desse modo, os Apurinã centram seus esforços de pesca nas margens do Ituxi. Eles justificam esta preferência ambiental pelos peixes de grande porte. Outro fator pode estar relacionado à relativa facilidade do manuseio de redes em detrimento de outros instrumentos de pesca, como o arpão, utilizado principalmente para a captura do pirarucu, bem como do jaticá. O arpão é um instrumento que exige um maior conjunto de habilidades e conhecimentos sobre os ambientes aquáticos e sobre o comportamento das espécies da planície de inundação, dominados em maior abrangência pelos Paumari.

Quanto à área de pesca, é interessante observar que os três primeiros lagos explorados estão situados num raio de ação de, aproximadamente, 12,5 km de Iminaã. Apenas o Lago das Quatro Bocas difere desse padrão de proximidade, ficando a, aproximadamente, 23 km de distância em linha reta de Iminaã.

Os Apurinã de Iminaã pescam cerca de 40 espécies de peixes e um mamífero (peixe-boi) na várzea e nos igarapés de terra firme.

A pesca com malhadeira é a técnica predominante, sendo usados raramente arco e flecha, arpão e linha com anzol.

Calendário:

(1) Verão:

Unidade de paisagem (1): Lagos do Iminaã, do Japim, da Piranha e Sisibu.
Espécies capturadas: Branquinha, traíra e tucunaré (mais capturado).
Observação técnica: Exceto a branquinha, captura-se as outras espécies com caniço.

Unidade de paisagem (2): Rio Ituxi, de Iminaã até a foz do Igarapé Trupiã.
Espécies capturadas: Caparari, jaraqui, pacu, surubim e tucunaré.
Observação técnica: Pesca com malhadeira, arco e flecha e caniço.

Unidade de paisagem (3): Baixos do Ituxi, de Iminaã até a foz do Lago das Quatro Bocas.
Espécies capturadas: Filhote, jundiá e surubim.
Observações ambiental e técnica:

Pesca comercial com rede de arrasto.
Os baixos situam-se nas margens de deposição de sedimentos onde se formam as praias, sendo uma área com menor profundidade, normalmente com fundo arenoso, e propícia à utilização da rede de arrasto.

(2) Inverno:

Unidade de paisagem (1): Igapós.
Espécies capturadas: Matrinxã, pacu, piranha.
Observação técnica: Pesca com malhadeira, caniço, arco e flecha e espinhel.

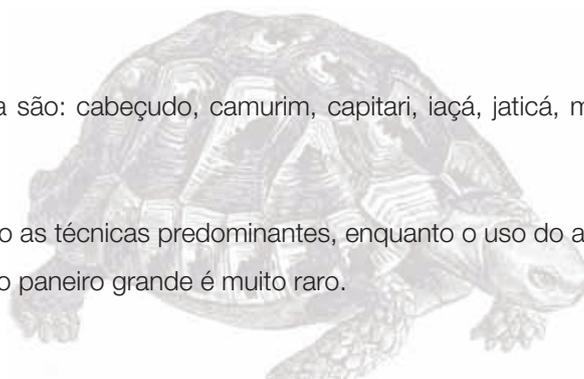
Pesca comercial:

Há indícios de que o maior esforço de pesca comercial direciona-se ao Ituxi, diferente do padrão dos Paumari, mas também parece haver um esforço dirigido aos Lagos Branco, Preto, do Peixe-Boi e das Quatro Bocas.

Captura de quelônios

Os bichos de casco caçados na várzea são: cabeçudo, camurim, capitari, iaçá, jaticá, matá-matá, tartaruga, tracajá e zé-prego.

A captura com malhadeira e espinhel são as técnicas predominantes, enquanto o uso do arpão e de um tipo de armadilha descrito como paneiro grande é muito raro.



Caça

Como os outros grupos do Complexo, os Apurinã de Iminaã identificaram a vazante como o período de fartura na caça, quando se pode abater pacas e veados-capoeira nas baixas. Uma baixa é uma unidade de relevo inserida nas áreas periodicamente alagáveis e caracteriza-se por depressões que foram canais de escoamento de água durante a vazante e enchente.

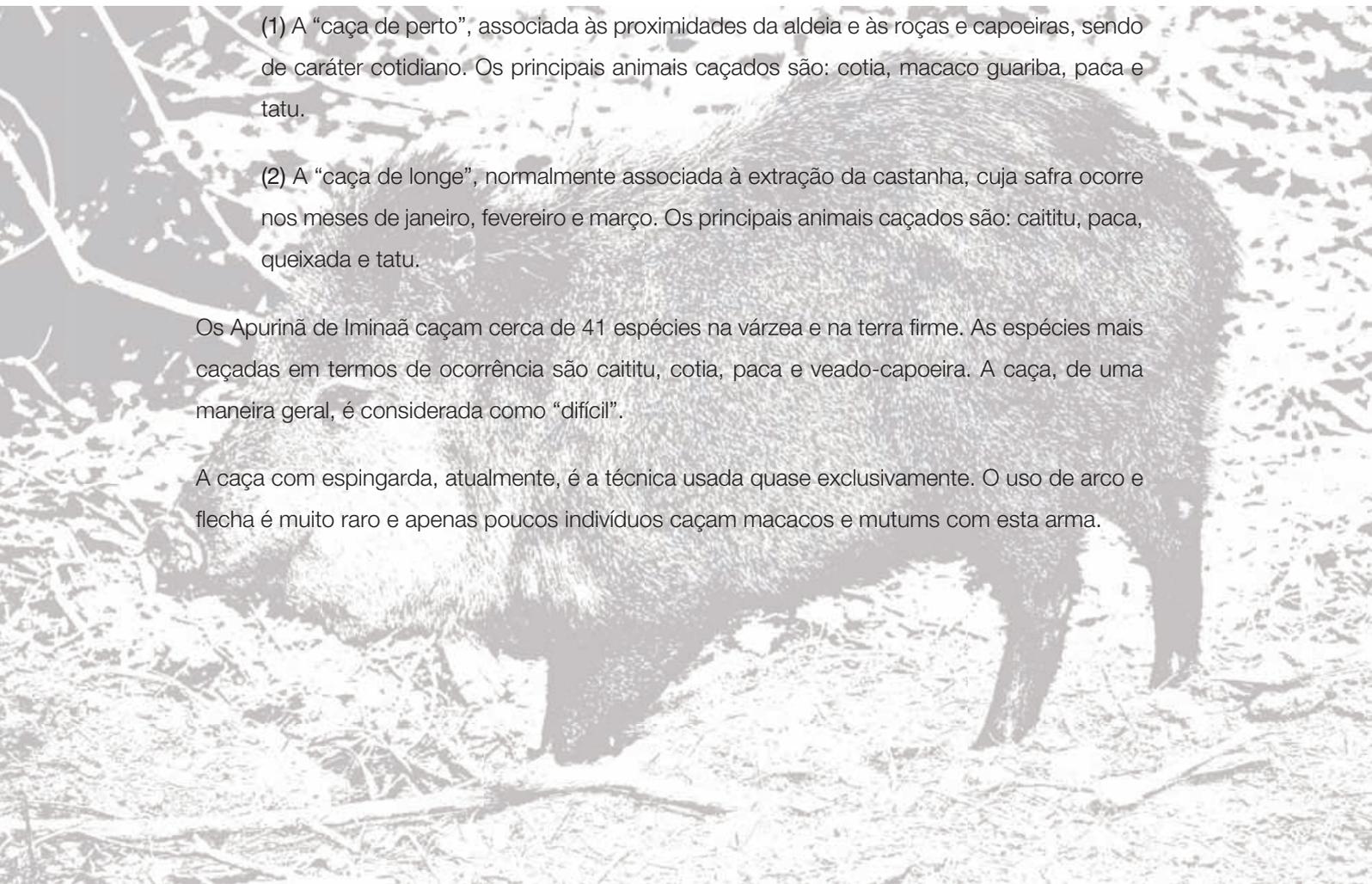
Apesar de ter a sua disposição apenas uma área pequena para caçar, os Apurinã de Iminaã também reconhecem duas situações de caça:

(1) A “caça de perto”, associada às proximidades da aldeia e às roças e capoeiras, sendo de caráter cotidiano. Os principais animais caçados são: cotia, macaco guariba, paca e tatu.

(2) A “caça de longe”, normalmente associada à extração da castanha, cuja safra ocorre nos meses de janeiro, fevereiro e março. Os principais animais caçados são: caititu, paca, queixada e tatu.

Os Apurinã de Iminaã caçam cerca de 41 espécies na várzea e na terra firme. As espécies mais caçadas em termos de ocorrência são caititu, cotia, paca e veado-capoeira. A caça, de uma maneira geral, é considerada como “difícil”.

A caça com espingarda, atualmente, é a técnica usada quase exclusivamente. O uso de arco e flecha é muito raro e apenas poucos indivíduos caçam macacos e mutums com esta arma.



Agricultura, fruticultura e horticultura

Os Apurinã de Iminaã plantam apenas na terra firme, sendo esta restrição explicada pela maior ocorrência da saúva na várzea. As 23 espécies cultivadas nos roçados são: tubérculos — ariá, batata-doce, cará, macaxeira, mandioca, taioba; cereais — arroz, milho; leguminosas — feijão; legumes — maxixe; frutas/ fruteiras — abacaxi, araticum, banana, beribá, caju, cupuaçu, laranja, lima, mamão, manga, melancia, melão; palmeiras — pupunha.

Os Apurinã de Iminaã não plantam tabaco e há poucos consumidores de rapé entre eles. São cultivadas nove variedades de mandioca e cinco variedades de macaxeira.

A vegetação preferida para colocar roçados é a capoeira. A distância máxima entre aldeia e roçado varia entre 30 e 60 minutos de caminhada. A área de um roçado pode ter entre 30 x 50 braças (0,7 ha) e 50 x 50 braças (1,2 ha), mas também há roçados com uma área de 100 x 100 braças (4,8 ha), usados por três famílias, mas com as partes separadas de cada família. O comprimento de uma braça, neste caso, corresponde a cerca de 2,20 m (braça marítima). A propriedade dos roçados é familiar. Depois de dois a três anos, deixa-se crescer a vegetação secundária e o roçado é usado apenas como capoeira para caçar e coletar frutas.

Horticultura

Nos quintais plantam-se pelo menos 36 espécies vegetais. Em comparação com os quintais dos Paumari de Araçá, a diversidade de espécies parece ser mais baixa. Entre estes Apurinã, os quintais representam um espaço principalmente feminino.

As espécies citadas como pragas para agricultura e horticultura são:

- ◆ a saúva, em primeiro lugar, considerada como a mais danosa;
- ◆ o chupão, um besouro muito pequeno que pode ser de cor preta ou vermelha e que ataca feijão, melancia e melão, o que explica as dificuldades de plantar estas culturas em Iminaã;
- ◆ a formiga-de-fogo, uma formiga muito pequena que ataca maxixe, pimentão e tomates tanto nos roçados quanto nos quintais.



Coleta

Além das frutas, coleta-se o material vegetal seguinte:

Nome regional	Zona de exploração		Uso/ finalidade
	Várzea	Terra firme	
Arumã	x	x	Cestas grandes, esteiras
Bacaba (talos)	x	x	Cestas
Bacuri	x	x	Canoas
Capitarizeira	x		Carvão
Caripé (só casca)	x	x	Produzir cinza a ser misturada com barro (para cerâmica)
Cipó-titica		x	Balaíos, jamaxins, vassouras
Copaíba	x		Carvão, soalhos
Envira-casqueira	x		Esteiras
Guariúba	(pouco)	x	Canoas
Itaúba	x	x	Barrotes, chão; canoas, remos
Jacareúba	x	(mais)	Canoas
Lacre	(pouco)	x	Caibros, linhas, paredes
Louro-amarelo	x		Linhas, soalhos; canoas, remos
Louro-orelha-de-burro	x		Caibros, paredes, soalhos, travessas
Louro-preto	x		Paredes, soalhos
Louro-vermelho	x		Barrotes, chão; remos
Maçarandubinha	x		Carvão
Mulungu	x		Canoas
Palha branca		x	Cobertura, tetos
Palha ubim		x	Cobertura, tetos
Paxiúba		x	Ripas de soalho e teto (antigamente)
Paxiubão		x	Ripas de soalho e teto (atualmente substituindo a paxiubinha)
Paxiubinha	(pouco)	x	Paredes, ripas de soalho e teto
Aquariquara	x	x	Barrotes, chão
Timbó-açu		x	Jamaxins
Tucumã (talos)		x	Abanos, cestas

Para a fabricação de cerâmica, mistura-se o barro com a cinza da casca do caripé. Os potes ou fogões fabricados são expostos ao sol por três dias para deixá-los secar antes de colocá-los no fogo.



Comercialização

Os Apurinã citaram poucos produtos que são comercializados: castanha-do-brasil; produtos agrícolas; peixes; artesanato.

A comercialização da castanha-do-brasil foi considerada como “meio fraca”.

Os produtos agrícolas vendidos em Lábrea são a banana, o cará e a macaxeira, enquanto a comercialização de farinha de mandioca torrada estava “parada” em 2000, devido a preços muito baixos.



Modo de ocupação

Os resultados do mapeamento de lagos, castanhais e outros locais significativos de uso dos recursos naturais demonstram uma clara sobreposição entre as áreas usadas pelos Apurinã e Paumari, num gradiente que se dilui à medida que estas se distanciam dos assentamentos, uma vez que a mobilidade e o raio de ação dos Apurinã parecem ser bem menores que os dos Paumari.

Atualmente, a mobilidade da comunidade é apenas sazonal e a curto prazo, para realizar expedições de caça ou pesca ou quebrar castanha. Não parece haver fluxos migratórios

entre Iminaã e outras comunidades Apurinã.

Relações interétnicas e territorialidade

Um dos fatores que complicam as relações entre Apurinã e Paumari é o fato de que a aldeia de Iminaã foi fundada no lugar do antigo cemitério dos Paumari de Araçá.

Em Iminaã, há três casamentos interétnicos entre homens Apurinã e mulheres Paumari e quatro casamentos interétnicos entre indígenas e não-indígenas, sendo dois entre mulheres Apurinã e homens “brancos” e dois entre homens Apurinã e mulheres “brancas”.

A emigração para cidades não ocorre há mais de 16 anos, quando uma família emigrou para Porto Velho – RO.

A questão dos limites da Terra Indígena

A questão dos limites da Terra Indígena pode ser caracterizada como problemática.

Os Paumari de Araçá declararam que 37 lagos, tradicionalmente explorados por eles, ficaram excluídos da Terra Indígena pela demarcação.

Entre estes lagos, os mais procurados pelos Paumari são o Lago do Pernambuco e o Lago do Tracuá. Ainda se pesca nestes lagos, deslocando-se em expedições de um a vários dias ou até de uma a duas semanas.

Segundo os depoimentos dos Paumari, há cinco igarapés tradicionalmente explorados por eles, mas excluídos da Terra Indígena com a demarcação.

Entre estes igarapés, o do Trupiã é o mais procurado para pescar, mas as expedições de pesca para estes lagos e igarapés estão se tornando mais raras por causa do medo de pescadores não-indígenas.

Os Paumari de Araçá também declararam que 15



colocações tradicionalmente exploradas por eles ficaram fora dos limites da Terra Indígena. Ainda se quebra castanha em algumas dessas colocações, mas as atividades estão se tornando mais raras devido ao medo dos “brancos” que já receberam os Paumari à bala. Com esse resultado, os Paumari perderam uma parte de sua fonte de renda.

Os Paumari de Araçá também declararam que três cemitérios foram excluídos da Terra Indígena pela demarcação: no Lago das Quatro Bocas; no Lago do Recurso; e no Rio Paranã, do lado direito do Ituxi.

Em toda a região onde se encontram esses lagos, igarapés e castanhais, ainda não foi registrada presença não-indígena permanente, salvo em poucos pontos do lado esquerdo do Ituxi: a pequena Fazenda Cupim, plantações de café próximas ao Lago das Quatro Bocas, a fazenda de gado Patoá e a Fazenda São Bento

Os Paumari registraram diversas invasões temporárias de não-indígenas e indígenas de Lábrea. A situação da Terra Indígena é peculiar, pois o conceito de invasão de uma terra indígena está intimamente ligado à idéia de atores invasores não-indígenas.

Há acusações, por parte dos Paumari, de convites a não-indígenas para pescar nos lagos e igarapés da Terra Indígena, em particular convites a pescadores de fim-de-semana. Até funcionários da Prefeitura partipariam dessas formas ilegais de pesca. O Lago Iminaã seria o lago mais procurado por invasores.

Em 2000, não havia invasões permanentes registradas, mas sete famílias de não-indígenas moraram em Araçá até março de 2000. Os problemas da segurança dos limites da Terra Indígena, da exclusão de diversos lugares e áreas tradicionalmente explorados pelos Paumari, devido aos resultados da demarcação e das territorialidades conflitantes dos Paumari e Apurinã, continuam por resolver.

As duas comunidades manifestaram enfaticamente seu interesse numa reidentificação da Terra Indígena.

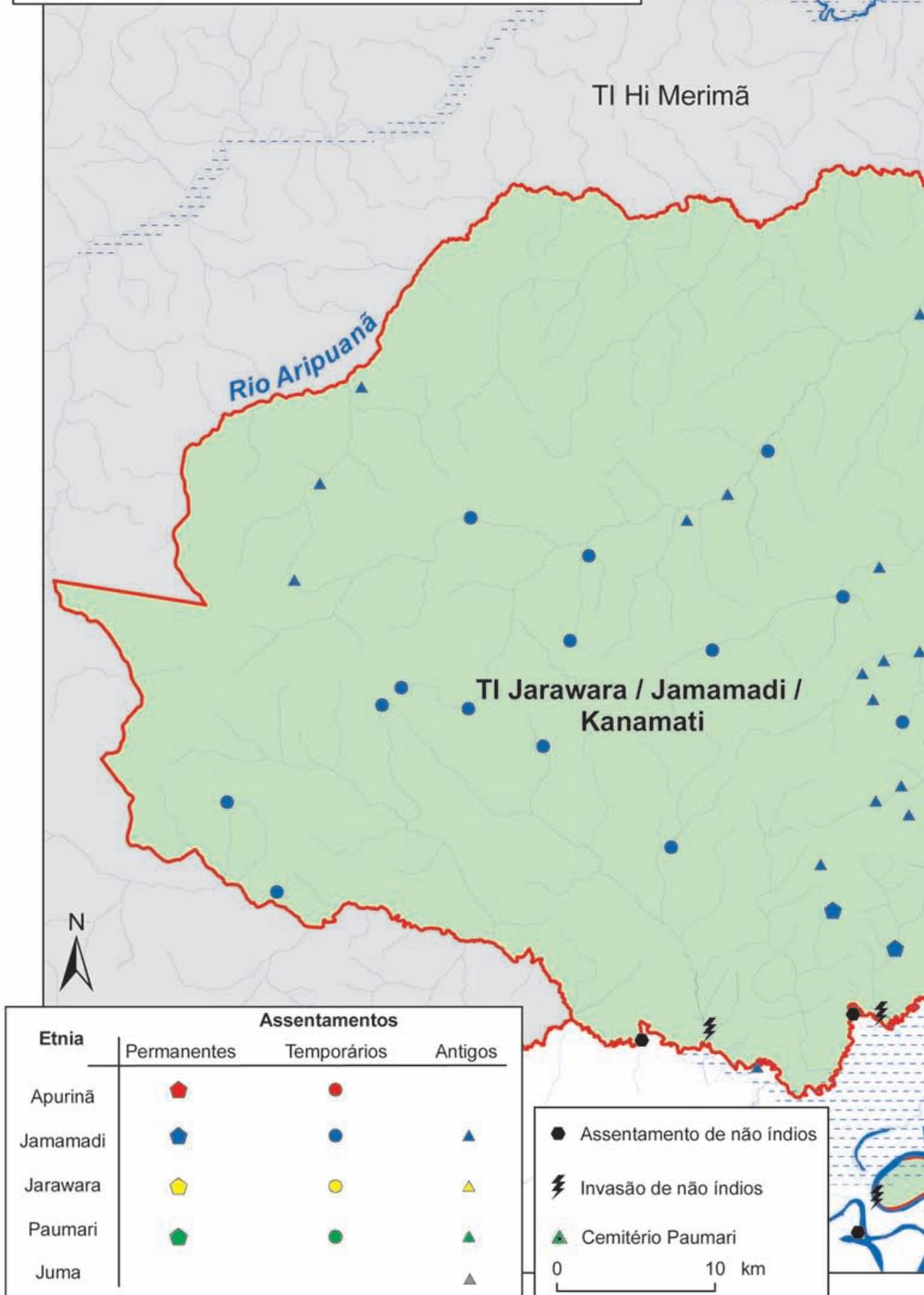


Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati

Na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati há quatro assentamentos permanentes dos Jamamadi e sete dos Jarawara. As aldeias Jarawara concentram-se em, aproximadamente, 30% da área, na parte sudeste da Terra Indígena, enquanto os Jamamadi ocupam um espaço muito maior.

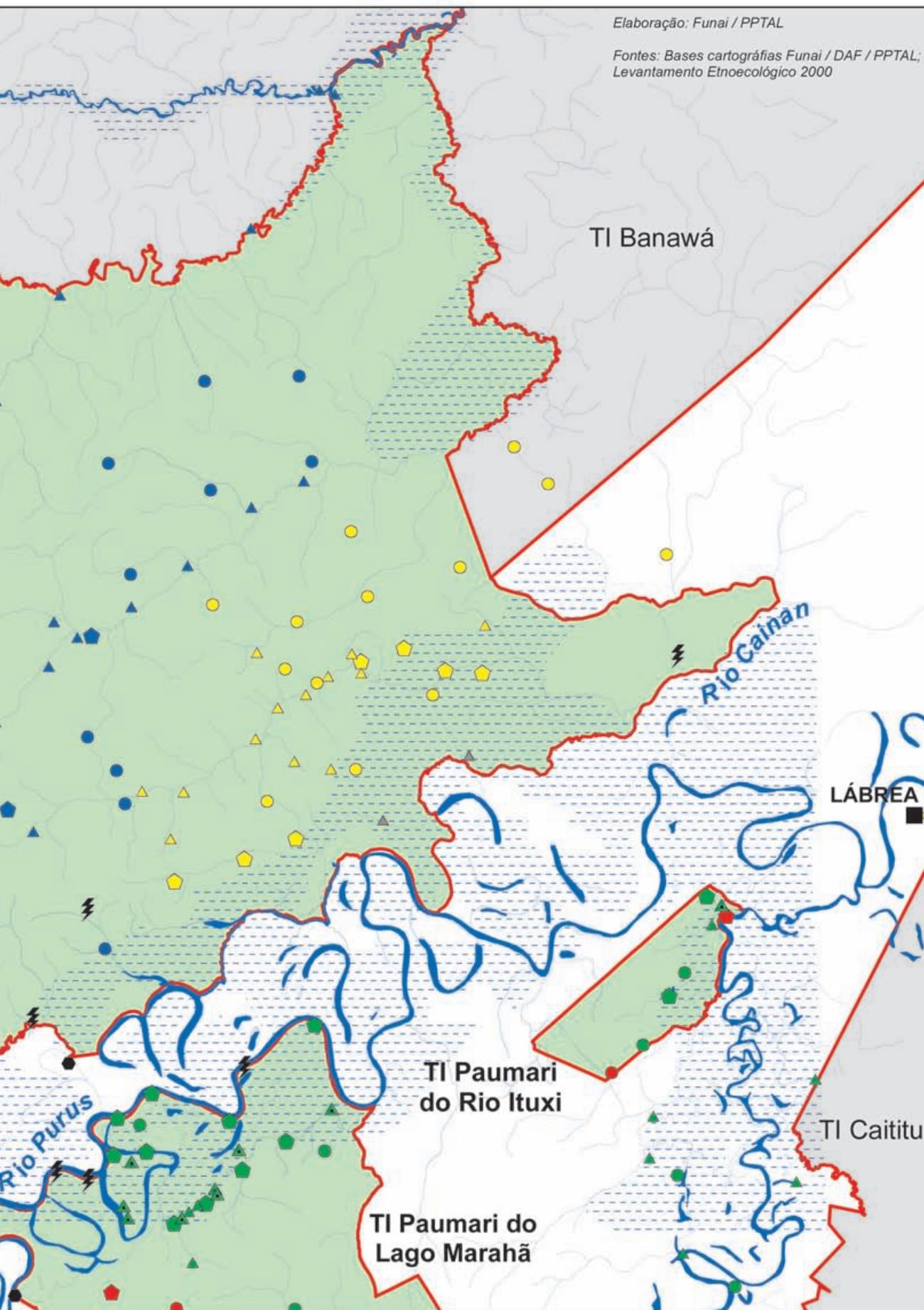


Distribuição Étnica e Dinâmica da ocupação do espaço



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
Levantamento Etnoecológico 2000





Comunidades Jamamadi

Assentamentos permanentes e temporários

Assentamentos permanentes

As aldeias são:

Aldeia	Moradores	Residências	Fonte
Jatobá/Curiá	15	4	Aparício Jamamadi
Niterói	16	3	DSEI Lábrea
Pauzinho	45	9	DSEI Lábrea e Peter Schröder
São Francisco	170	21	DSEI Lábrea e Peter Schröder
Total	246	37	

O número total de assentamentos permanentes é bastante relativo, como explicou Robert L. Campbell. Segundo suas informações, havia, em determinados anos, até 20 assentamentos, enquanto, em 1999, quase toda a população Jamamadi se concentrava em São Francisco. A composição dos grupos locais é muito flexível, o que leva a repensar se, no caso dos Jamamadi, é adequado usar os assentamentos como unidades de análise do levantamento.

Pauzinho (Bausi) foi a primeira aldeia visitada pela equipe.

O acesso por via fluvial e terrestre é relativamente fácil em termos das aldeias Jamamadi. Subindo o Purus até a foz do Mamoriazinho, no lado esquerdo do rio, entra-se neste igarapé de água preta. Nos meses de outubro e novembro, o Mamoriazinho é bastante estreito e cheio de pedaços de madeira, árvores caídas e pequenas ilhas cobertas de gramíneas, permitindo apenas uma subida lenta e cuidadosa. A paisagem causa impressões surpreendentes e fascinantes.

De repente, abre-se uma paisagem ampla de árvores mortas numa área alagada, denominada queimada. No meio desta paisagem, encontra-se o porto de Pauzinho.

O caminho do porto para a aldeia é fácil em outubro e novembro, passando por uma planície vasta com árvores mortas e queimadas que, segundo as informações dos Jamamadi, teria se formado por fogos de origem natural e que permite caminhadas rápidas. Passando por quatro igapós pequenos, sobe-se para a terra firme, onde a aldeia está situada. Antes de chegar à aldeia, passa-se ao lado de roçados na ponta da terra firme.



Pauzinho é uma aldeia relativamente recente, com pouco mais de 15 anos de idade, situada na terra firme e com solo arenoso. As casas estão arranjadas em torno de um campo largo, aberto originalmente pelos moradores para servir de pista de pouso, imitando a situação de São Francisco. Isto, porém, nunca deu certo devido ao comprimento do campo e à superfície de seu solo. Atualmente, o campo serve apenas para jogar futebol. Nesta aldeia, logo se percebe, em comparação com as aldeias Paumari, os diversos currais e casinhas para animais capturados e de criação.

A Aldeia Niterói (Initerosi ou Wikirifaha) existe há pelo menos 25 anos. Os moradores têm suas origens em diversas comunidades.

A Aldeia Jatobá, situada à margem do Igarapé Curiá, é muito recente, de apenas sete anos de idade, também chamada de Curiá, mas Jatobá é o nome mais comum. As quatro famílias que moravam na aldeia em 2000 (cinco homens, quatro mulheres e seis crianças) se deslocam

temporariamente entre Jatobá e São Francisco. Apenas uma família morava lá permanentemente, tendo construído uma casa de farinha, mas, ao mesmo tempo, ainda mantendo sua casa em São Francisco. Jatobá é um exemplo excelente da mobilidade espacial Jamamadi.





São Francisco, a maior e mais importante aldeia Jamamadi, deve sua situação à presença missionária que funciona como um fator de atração devido aos diversos serviços prestados à comunidade. A equipe chegou à aldeia por via aérea. A pista de pouso tem cerca de 600 metros de comprimento, mas não representa o centro da aldeia, cujas casas se concentram em direção ocidental dela.

Além das 21 casas residenciais, existiam sete casas de cozinha, três casas de farinha, diversos currais para animais e duas casinhas de reclusão para meninas que tiveram sua primeira menstruação. Ao lado da pista, encontram-se a casa missionária, a igreja, a escola e um alpendre para o gerador de energia.

Os missionários Robert e Barbara Campbell começaram seu trabalho entre os Jamamadi em 1963 e, atualmente, moram na aldeia junto com seu filho, sua nora e suas netas. O casal Campbell desenvolveu uma grafia simples e clara para a língua Jamamadi e usa exclusivamente a língua indígena no ensino, nos cultos religiosos e para se comunicar com os Jamamadi, evitando o português o quanto possível. A influência dos missionários na vida das comunidades Jamamadi, em particular em São Francisco, é muito grande.



Assentamentos temporários

Os Jamamadi de Pauzinho e de São Francisco conseguiram localizar na carta-imagem 21 assentamentos temporários.

Estes assentamentos se concentram nas microbacias dos Igarapés Curiá, Mamoriazinho e Saburum e 90,5% deles servem de base para extrair óleo de copaíba.

Na terra firme, os assentamentos temporários são chamados de centros. Atualmente, esses locais estão relacionados principalmente à retirada de óleo de copaíba, mas também estão associados a atividades de caça.



Demografia

O levantamento demográfico das comunidades Jamamadi realizado por Robert e Barbara Campbell, em março de 2000, aponta para uma população de 246 indivíduos. A maior faixa etária é de 5 a 9 anos, sendo a segunda a de 0 a 4. As faixas etárias de 0 a 19 representam, no total, 59,9% da população. A taxa de natalidade é muito alta:

Ano	Taxa (em %)
2000	4,7
1999	1,0
1998	3,5
1997	3,6
1996	3,7
Média	3,3

A taxa de mortalidade não pôde ser avaliada.

Histórico da ocupação

Os Jamamadi conseguiram localizar na carta-imagem 25 lugares de assentamentos antigos. Foram localizados dois cemitérios.

As informações levantadas permitem uma avaliação geral e preliminar das tendências migratórias dos últimos 60 a 80 anos. Percebe-se que as regiões antigamente habitadas foram os Igarapés Curiá, Curiazinho e Saburrum e, fora dos limites da Terra Indígena, os Igarapés Apahá e Aripuanã até o Rio Piranha. Durante várias décadas, as comunidades deslocaram-se cada vez mais das partes setentrionais da Terra Indígena atual para suas partes centrais e meridionais.

Na carta-imagem, foi possível identificar capoeiras velhas nas regiões do Médio e Alto Curiá, mas



não todas as aldeias antigas relacionadas com elas. Também se pode ver, na carta-imagem, muitas capoeiras velhas na região do Igarapé Saburum, mas apenas no lado direito (meridional), uma vez que no lado esquerdo (setentrional) os declives são mais altos.

Um marco histórico muito importante de que falaram os Jamamadi foi uma série de epidemias que surgiu a cerca de 40 a 50 anos e parece ser responsável por várias migrações ou, melhor, fugas de seus impactos. As doenças foram sarampo, gripe (widaha) e malária (yamakome) e abalaram profundamente as comunidades.

Robert Campbell informou que, antigamente, a morte de uma pessoa, em particular um adulto, podia provocar o abandono de uma aldeia e até a queima das casas por medo dos fantasmas dos mortos. O medo destes e de outros espíritos teria sido muito grande, mas teria diminuído muito com as mudanças religiosas introduzidas pela Missão, segundo Campbell. Estas informações são muito valiosas, pois mostram que pode haver fatores epidemiológicos e religiosos que influenciaram nas formas e direções da ocupação espacial dos Jamamadi.

Segundo depoimentos feitos em São Francisco, havia, na época das epidemias, grupos nas regiões dos Igarapés Apahá, Saburum, Curiá e Curiazinho. Com os efeitos devastadores das epidemias, os grupos do Saburum migraram para o Curiá e seu afluente, o Curiazinho, onde a liderança da Aldeia Flecha, Benedito, parece ter sido um tipo de “grande homem” da região. Naquela época, São Francisco era um centro para caça e pesca.

Quando Robert Campbell chegou na região, teriam existido, segundo suas memórias, pelo menos quatro aldeias ou seis, no máximo. O número total de Jamamadi era de apenas 80 pessoas e havia poucas crianças.

Este quadro foi revertido radicalmente: de 1963 para 2000 registrou-se um crescimento populacional de 207,5%.



Economia

Agricultura, fruticultura e horticultura

Entre todos os povos do Complexo, parece ser entre os Jamamadi que a agricultura possui um papel mais relevante, o que se reflete na área antropizada, claramente percebida ao nível do sensoriamento remoto e evidenciada pelas inúmeras capoeiras espalhadas por seu território. A grande área antropizada através das capoeiras pode ter a ver com os solos da região das aldeias visitadas, os quais possuem uma matriz arenosa, sendo que todo ano são abertas novas áreas de roça, quer na mata primária, quer em capoeiras.

Os nomes das fases de transformação da mata em roçados (awa) são chamados em Jamamadi: awatini ('broca', em maio), awakani ('derrubada', em junho), awahilini ('queima', em julho até agosto), awawere tuitihi ('coivara', em agosto) e awakamahi ('plantio', de final de agosto até meados de outubro). Tenta-se plantar tudo durante um mês, mas se as chuvas demoram a chegar, estende-se o período do plantio por mais tempo.

É interessante notar que os Jamamadi não possuem em seus tratos culturais a capina, havendo, em vez disso, um investimento no manejo das capoeiras que se formam, quer pela introdução de frutíferas, quer pela intensa atividade de caça de animais de pequeno e médio porte.



O arroz, a cana-de-açúcar e o mamão são culturas adquiridas por meio dos "brancos". Atualmente, planta-se pouco arroz e cana. O algodão é cultivado principalmente para produzir a matéria-prima para o fabrico de pequenas redes de dormir (maqueiras) para uso doméstico.



São cultivadas 17 variedades de mandioca; destas, quase dois terços (64,7%) têm origem não-indígena. Como os outros povos indígenas da região, os Jamamadi distinguem entre essas variedades por critérios externos que dizem respeito às formas e cores das batatas (foa habo), maniva (foa 'iso) e folhas (foa efe).

Existem sete variedades de macaxeira, sendo que mais de 50% das variedades parecem ter origem indígena, sendo quatro (50,0%) Jamamadi e uma (12,5%) Banawa Yafi, e que destas variedades duas são as mais plantadas.

Os critérios para o estabelecimento dos roçados são:

- (1) solos mais arenosos e não do tipo tabatinga, por facilitar a retirada dos tubérculos;
- (2) cursos de água nas proximidades, os quais são necessários ao processo de produção da farinha (para pubar a mandioca);
- (3) prefere-se capoeiras velhas em comparação a matas primárias.

Quanto ao segundo critério, é interessante ressaltar que os Jamamadi, ao colocarem suas roças, não derrubam a mata ciliar e, quando indagados sobre esse fato, deram as seguintes explicações: não retiram a mata ciliar para manter a água do igarapé “fria” e pela disponibilidade de frutos para serem coletados.

Os roçados podem ser colocados nas imediações das aldeias, mas também a alguns quilômetros de distância. Em caso de roçados situados a uma distância maior, eles podem representar a base para uma nova aldeia. O tamanho dos roçados varia de 0,5 ha a 2 ha por família.

Como os Jamamadi não investem tempo em capinas, os roçados são tomados totalmente por invasoras (majoritariamente gramíneas) depois de um ano. A estratégia parece ser abrir novas áreas a cada ano e manejar as capoeiras que se formam, havendo a seguinte distinção:

- ◆ Em áreas abertas em zonas de matas primárias, planta-se castanha, caju, cupuaçu e pupunha, sendo que não se broca até que essas plantas produzam sementes para outros roçados.
- ◆ Em áreas abertas em zonas de capoeiras, espera-se a sucessão ecológica ocorrer até

que se forme um estrato arbóreo com embaúbas e outras espécies, para proceder com uma nova derrubada e abrir essa área para outro plantio.

Algumas espécies vegetais foram citadas como indicadoras de mata primária: castanha-de-cotia, copaíba, biorana e itaúba. A embaúba e o aguano foram apontados como espécies típicas de capoeiras.

Deve-se ressaltar que a falta de capina e a abertura de novas áreas a cada ano não significam o abandono ou perda da importância agrícola das áreas com mais de ano de sucessão, havendo nessas áreas um estoque de tubérculos e frutas. Os tubérculos costumam ser retirados por até três anos.

Assim, observa-se, no entorno das aldeias, um mosaico de matas ciliares, roças e capoeiras em vários estágios de sucessão, que fornecem aos Jamamadi uma série de plantas cultivadas, silvestres e animais para a caça.



Horticultura

As aldeias Jamamadi, de uma maneira geral, possuem muitas fruteiras nos quintais.

Entre as pragas, as saúvas são consideradas as piores. Há um diferencial claramente perceptível nos quintais de Pauzinho e de São Francisco, sendo que nesse último parece haver uma maior diversidade e quantidade de frutíferas, fato esse relacionado ao fornecimento de inseticidas pela família do missionário.

Pesca

As áreas de pesca da Aldeia Pauzinho são os Igarapés Mamorizinho, Preto e Saburrum. As 18 espécies capturadas são: aruanã, cará, cuiú-cuiú, curimatã, jaraqui, jatuarana, jeju, jundiá, matrinxã, pacu, piau, pirarara, piranha, pirapitinga, surubim, tambaqui, traíra e tucunaré.

As espécies capturadas com maior facilidade são o piau e a piranha, enquanto a pesca de matrinxã, pacu, pirarucu, surubim e tucunaré é considerada difícil.

As técnicas mais utilizadas são anzol e linha, caniço e arco e flecha. Algumas pontas de flechas são dobradas e fabricadas de pregos martelados. Antigamente, usava-se ossos ou os dentes da cotia para produzir as pontas. Algumas flechas quase funcionam como arpões, sendo que a ponta pode se separar da haste depois de entrar no corpo do peixe, mas é fixada à haste por uma corda. Não se usa nem malhadeira nem arpão. Parece que o tingui, antigamente, era mais utilizado do que hoje em dia.

Às vezes, os Jamamadi de Pauzinho deslocam-se da aldeia para expedições de pesca de dois dias. Nestes casos, os peixes capturados são embrulhados em folhas e moqueados para não estragar. Segundo as informações dos Jamamadi, os peixes moqueados podem ser conservados por mais de uma semana.

As áreas de pesca da Aldeia São Francisco são os Igarapés Abituã (Preto), Curiá e Saburrum e o “laguinho” (wara). Tem-se o seguinte calendário anual de pesca:

Estação do ano	Áreas de pesca	Espécies capturadas
Vazante	Igarapés Curiá e Preto (áreas alagáveis)	Aruanã, caruaçu, jaraqui, jatuarana, jeju, matrinxã, traíra
Verão	Laguinho e médio curso do Igarapé Preto (alguns cardumes sobem e permanecem nos poços)	Jeju, jundiá, mandim, pacu branco, pacu paumari, pacu piranha, piau, surubim, traíra
Enchente	Igarapés Curiá e Preto e Laguinho	Jeju, jundiá, mandim, pacu branco, pacu paumari, pacu piranha, piau, surubim, traíra
Inverno	Cursos médios dos Igarapés Curiá e Preto (pequenas áreas alagáveis)	Aruanã, jatuarana, jeju, matrinxã



No inverno, utiliza-se técnicas com ceva de andiroba ou mimetizando a queda de frutos na água com uma vareta de arumã. Constrói-se um anteparo com folhagens e, quando os peixes se aproximam, esses são flechados.

Segundo depoimentos, figuram entre os peixes apreciados matrinxã, pacu e jundiá.

A Aldeia São Francisco está situada no alto curso do Igarapé Abituã (Preto), onde, segundo alguns indícios, há, pelo menos durante o verão, uma baixa capacidade de suporte para a pesca, provavelmente relacionada a um aumento na pressão de pesca com a implantação desse assentamento, fazendo com que os Jamamadi se desloquem em incursões de um dia para o “laguinho”, lago de pequenas dimensões também utilizado intensamente pelos Jarawara. Em relação a este lago, verificam-se tensões entre as duas etnias.

Espécies normalmente capturadas no “laguinho”, usando arco e flecha e caniço, são: aruanã, cará, jeju, piaú, piranha e traíra.

Com relação à pesca, evidencia-se uma ocupação extensa dos ambientes da terra firme com seus igarapés e pequenos lagos. Lagos grandes e piscosos, como o Sehabá e o Abunini, não são freqüentados nem pelos Jamamadi nem pelos Jarawara pela falta de um conjunto de técnicas apropriadas aos grandes corpos de água.

Ao contrário do padrão da várzea, a fartura da pesca na terra firme parece estar associada ao inverno, com a subida dos cardumes para as pequenas áreas periodicamente alagadas dos igarapés, as migrações tróficas e o período de descanso do esforço reprodutivo.

O matrinxã é uma espécie muito apreciada pelos Jamamadi e com grande valor comercial, possuindo um padrão migratório interessante. Essa espécie tem uma distribuição biogeográfica associada aos igarapés da terra firme, sendo que durante a enchente migra para os grandes rios para sua atividade reprodutiva.



Caça

A caça parece assumir uma posição central para os Jamamadi. Nas aldeias visitadas, salta aos olhos o grande número de animais silvestres que são criados em cativeiro.



As espécies caçadas são, segundo depoimentos em São Francisco: anta; caititu; cotia; cotiara; irara; macacos: barrigudo, cairara, da noite, de cheiro, guariba, preto, zogue-zogue; mucura; paca; quati; quatipuru, queixada; tatu; veado capoeira; arara; jacamim; jacu; mutum; nambu e tucano.

Assim como entre os Apurinã, parece haver duas modalidades de caça:

- (1) a “caça de perto”, associada às capoeiras e ao ambiente circunvizinho das aldeias; e
- (2) a “caça de longe”, associada aos tapiris, moradias dos assentamentos temporários de extração de copaíba.

As capoeiras se constituem em importantes unidades de recursos de caça de pequeno e médio porte, podendo ser encontrados normalmente os seguintes animais: cotia, cotiara, paca, quatipuru, tatu e veado capoeira. Esses animais ainda podem ser encontrados nas matas ciliares próximas às aldeias. Animais encontrados nas matas ciliares são: macaco barrigudo, macaco cairara, mutum e nambu.

No inverno pode-se caçar, ainda, nas imediações da aldeia e nas matas alagadas, que são freqüentadas por uma série de macacos como os macacos prego, barrigudo, cairara e guariba.

Não há acampamentos exclusivos para caçar, sendo que em algumas incursões



de caça a locais mais distantes utiliza-se como base operacional os tapiris estabelecidos para a coleta do óleo de copaíba. Nessas incursões objetiva-se caçar animais que possuem o comportamento de andar em bandos, como as queixadas, e animais de grande porte, como as antas. Essas incursões normalmente duram uma semana, sendo a caça moqueada antes de ser levada à aldeia.



Distribuição biogeográfica e sazonalidade da caça

De uma maneira geral, parece haver um padrão sazonal de movimentação da fauna, permanecendo ou perambulando mais próximo aos cursos de água e chavascals durante o verão e, com a subida das águas e a entrada do inverno, migrando para a terra firme, nas regiões dos divisores de águas.

Há um conjunto de espécies que não obedecem a esse padrão, permanecendo nos igapós durante o inverno. Foram citadas várias espécies de macacos e as pacas que permanecem à beira dos igapós e outros cursos de água.

Na época da vazante, considerada como rica em caça, os animais que estavam na terra firme durante o inverno aproximam-se das várzeas para se alimentar de castanhas de coco, frutas, flores e insetos disponíveis nessa época. Nesse período, a caça concentra-se nas baixas, zonas onde as águas refluem para o Purus.

No período que antecede a ida para os centros de copaíba, organizam-se expedições de caça. Os homens ficam de três a sete dias e matam o número considerado “suficiente” de animais antes de retornar à aldeia

No verão, essa atividade realiza-se mais nas proximidades das aldeias, nas capoeiras e nas baixas, sendo a caça nesse período uma atividade complementar às atividades agrícolas. Uma exceção a esse padrão ocorre quando se descobre algum rastro fresco de um bando de queixadas, sendo organizada rapidamente uma caçada.

Ao encontrar um bando de queixadas, os homens realizam um cerco ao mesmo e distanciam-se para não ser vistos, aproveitando o tempo de formação do cerco para começar a dar disparos.

A técnica mais comum é a caça com espingarda e, apenas raras vezes, com arco e flecha. Em



São Francisco, havia cerca de 20 espingardas em 2000, o que significa que, em média, quase todas as unidades residenciais tinham uma espingarda. Antigamente usava-se arcos e flechas e zarabatanas. As conseqüências percebidas das mudanças tecnológicas são uma maior dependência dos “brancos”, para adquirir cartuchos, e rendimentos quantitativos menores, no caso de algumas espécies, devido às fugas provocadas pelos disparos.

Segundo as declarações em São Francisco, caça-se exclusivamente para o consumo e não para fins comerciais.

Coleta

Além de frutos silvestres e cultivados, os Jamamadi coletam diversos materiais vegetais. Eles declararam que não produzem carvão e que para lenha serve qualquer espécie de madeira.

Criação de animais

Diferente das aldeias Paumari e Apurinã, observa-se nas aldeias Jamamadi um número relativamente grande de animais criados. Em São Francisco e Pauzinho, as espécies seguintes são criadas: cães (quase todas as famílias), criados principalmente para caçar; caititus; galinhas; gatos; jabotis; jambus; macacos-barrigudo; macacos-soín; mutuns; pacas; patos; pavões; periquitos; quatis; quatipurus; queixadas; tracajás.

Todos estes animais são criados exclusivamente para o consumo, dentro das casas ou em suas imediações, sendo a propriedade familiar ou individual. Eles são alimentados com restos de comida e grãos de milho (galinhas e patos), buriti (mutuns), caroços de açai, buriti e tucumã (caititus e queixadas).



Comercialização

Os principais produtos comercializados são óleo de copaíba, produtos agrícolas e artesanato.

Entre os produtos extrativistas regionais, atualmente só se comercializa o óleo da copaíba (koba fahi). Dos 19 centros, 15 (78,9%) são explorados pelos moradores de São Francisco e 9 (47,4%) pelos moradores de Niterói e Pauzinho. Além disso, extrai-se copaíba nas regiões dos Igarapés Anta (awi), Preto (fakumaha) e Branco (fasawa). A região do Igarapé Castanheira (mohiwahi) não é mais procurada pelos Jamamadi, visto que invasores não-indígenas já destruíram a maioria das árvores.

Para a ida ao centro formam-se grupos de 5 a 10 homens, inclusive os mais novos. Cada homem possui seu pique. O conjunto de piques define a área de exploração de cada centro, onde o tempo de permanência é determinado pelo tempo necessário para o enchimento dos galões com o óleo. Geralmente, cada homem pode carregar pela mata um galão com 25 litros.

Nos centros, não há roças ou plantio de frutíferas. Por isso, leva-se normalmente alguns alqueires (\approx 30 kg) de farinha produzida nas aldeias. No dia-a-dia dos centros, os homens caçam e moqueiam carne, de maneira que uma parte dos homens possa interromper suas atividades e levar a carne para as mulheres e crianças que permaneceram nas aldeias.

Nesse período, as mulheres confeccionam redes e cestas, já que há um estoque de farinha garantido. Além disso, elas podem pescar com caniço, capturando piau, piabas, carás e jejus. Ocasionalmente, quando os cachorros acuam alguma paca ou cotia num buraco ou "oco de pau", as mulheres abatem esses animais.

A permanência em cada centro pode variar de 15 a 25 dias, dependendo da produtividade das copaibeiras (koba), e tanto a ida quanto a volta podem durar três a quatro dias. Percebe-se com clareza que se trata de uma atividade que consome muito tempo, numa relação muito assimétrica entre esforço e rendimento.

Quando a safra é "fraca", cada homem só volta com um tambor de 20 litros, enquanto, no caso de uma "boa" safra, um homem pode extrair até 20 tambores (400 litros).

O óleo é vendido por quilo e não por litro. Os 20 litros de um tambor correspondem a cerca de 22 kg. Cada comprador subtrai um quilo como "tara".

Segundo alguns depoimentos em Pauzinho, atualmente é difícil ter safras "boas", pois muitas copaíbas próximas das aldeias já foram derrubadas, fazendo com que os deslocamentos tenham que ser cada vez mais distantes. O funcionário da FUNAI, Izac da Silva Albuquerque, tentou desestimular os Jamamadi de derrubarem as árvores ao introduzir a técnica do trado.



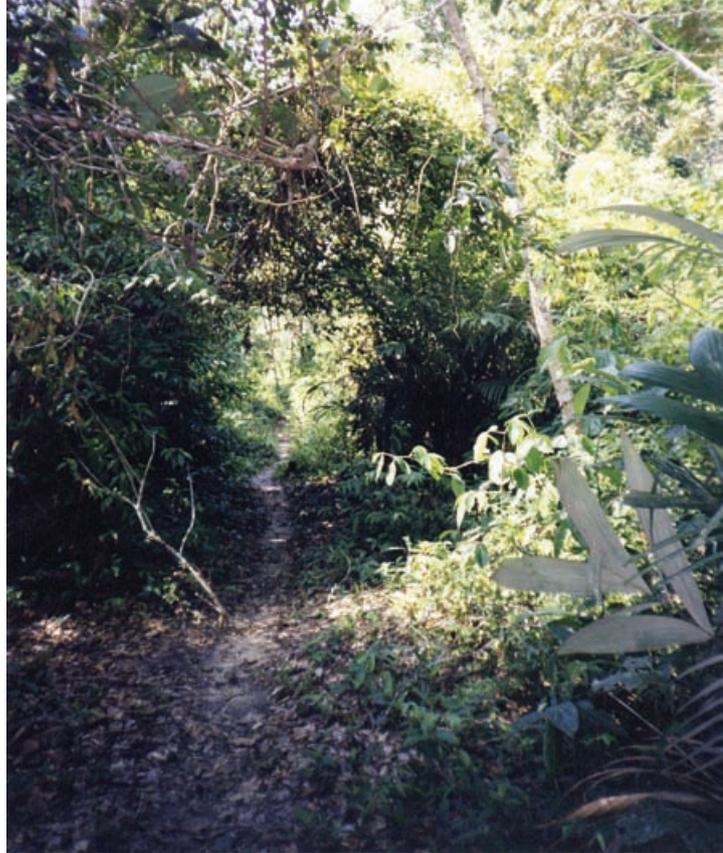
A extração da sorva (afiya), atualmente, não é mais praticada, é muito difícil achar as árvores (afiya ade) na terra firme. Enquanto os Jamamadi antigamente só tinham riscado as árvores para extrair o leite, os patrões mandaram derrubá-las, pressupondo poder aumentar a produtividade. Com o declínio acentuado da produção, como resultado dessa medida predatória e insustentável, quase não se extrai mais sorva desde 1996.

O líquido leitoso da árvore tem que ser cozinhado (não defumado, como no caso do látex) para coagular. Depois, a sorva era vendida por paneiros de 100 kg. Antes do trabalho de conscientização pela FUNAI local, os patrões conseguiram atingir margens de lucro muito altas em detrimento dos Jamamadi. Por exemplo, logo tiraram 30% de "tara" no momento da transação.

As antigas zonas de extração de sorva estavam situadas nos Igarapés Anel, Hatofa e Preto.

Em comparação com as comunidades Paumari e Apurinã do Complexo, a produção de farinha torrada dos Jamamadi é superior em termos quantitativos.

A comercialização de artesanato é periférica em comparação com a dos outros produtos; são produzidos balaios, cestaria diversa, chapéus, peneiras e vassouras.



Modo de ocupação

Em analogia à grande mobilidade fluvial dos Paumari, os Jamamadi apresentam uma alta mobilidade terrestre, através dos inúmeros varadouros que interligam os assentamentos permanentes e estes aos temporários.

Quanto ao uso da biodiversidade e à distribuição espacial das práticas econômicas, existem atividades mais restritas às proximidades das quatro aldeias atuais: atividades agrícolas e caça e coleta de caráter cotidiano nas capoeiras. Nesse contexto, as roças não podem ser dissociadas das capoeiras, num processo de sucessão ecológica influenciada por meio do plantio de fruteiras e tubérculos, os quais, em conjunto com outras espécies de sucessão, atraem animais de pequeno e médio porte.

As áreas de capoeira, em seus vários estágios de sucessão ecológica, junto com as matas ciliares, roças e varadouros, são consideradas em seu conjunto como zonas de “caça de perto”, uma vez que as atividades agrícolas são realizadas num entorno próximo das aldeias, integrando o universo da caça cotidiana, acessível não apenas aos homens, mas também às mulheres e crianças.

Os assentamentos permanentes estão localizados nas microbacias dos Igarapés Preto e Mamoriazinho, na parte centro-sul da terra, mas é através dos assentamentos temporários que se materializa uma expansão da ocupação Jamamadi, voltada principalmente para as microbacias dos Igarapés Curiá e Saburum, na parte centro-norte da terra.



Os Jamamadi de São Francisco ainda exploram a microbacia do Igarapé Apaã, fora dos limites da Terra Indígena, bem como outros centros, nas cabeceiras dos Igarapés Canuaru e Pirarucu, acima da foz do Igarapé Zé Ribeiro, região sudoeste da Terra Indígena.

Os trabalhos do mapeamento revelaram que o interflúvio entre o Rio Aripuanã e o Igarapé Saburum teve suas populações de copaíba superexploradas por Jamamadi e não-índios, acontecendo o mesmo no interflúvio entre os Igarapés Curiá e Preto, intensamente explorado pelos Jamamadi e Jarawara.

Há dez anos, havia muitos acampamentos de não-índios nas microbacias dos Rios Aripuanã e Piranha e do Igarapé Saburum, sendo toda essa região intensamente explorada. As copaíbas remanescentes encontram-se nos médios e altos cursos desses rios e igarapés, bem como nos

divisores de águas, regiões de acesso muito difícil. Apesar de suas populações de copaíba estarem esgotadas, as microbacias dos Rios Aripuanã e Piranha possuem, segundo alguns depoimentos indígenas, grande fartura de caça, peixes e tracajás.

Não há ocorrência significativa de piques de castanha-do-brasil na área de uso dos Jamamadi, sendo essa uma atividade de caráter extrativista entre os Jarawara, que possuem áreas com ocorrência dessa espécie no interflúvio dos baixos cursos dos Igarapés Curiá e Preto.





Relações interétnicas e territorialidade

Entre todos os povos indígenas do Complexo, são os Jamamadi que ocupam efetivamente a maior área. O papel principal nesta ocupação espacial é desempenhado pelos assentamentos temporários destinados à extração de copaíba e à caça. O espaço dos Jarawara, no entanto, está confinado a 30% da área total da terra.

As relações com os Jarawara atualmente são tensas devido a tentativas de controlar determinados recursos pesqueiros.

É significativo que há apenas dois casamentos entre Jamamadi e Jarawara, apesar da proximidade espacial das duas etnias, e um entre Jamamadi e Banawa Yafi.

As relações com a sociedade envolvente são marcadas por dependências materiais unilaterais e relações comerciais muito assimétricas.





Comunidades Jarawara

Assentamentos permanentes e temporários

Assentamentos permanentes

As aldeias são:

Aldeia	Moradores	Residências	Fonte
Casa Nova	50	5	DSEI Lábrea
Iemeter	8	2	DSEI Lábrea
Água Branca	36	9	DSEI Lábrea
Ajuricaba	34	5	DSEI Lábrea
Terra Pratinha	9	2	DSEI Lábrea
Nazaré	8	1	DSEI Lábrea
Saubinha	15	3	DSEI Lábrea
Total	160	27	

Os assentamentos permanentes dos Jarawara costumam ser muito pequenos, não ultrapassando o número de 50 moradores.

Os assentamentos podem ser agrupados em:

(1) três situados numa área de interface entre a planície de inundação do Purus e os baixos planaltos, categorizados como terra firme (Casa Nova, Iemeter e Água Branca); e

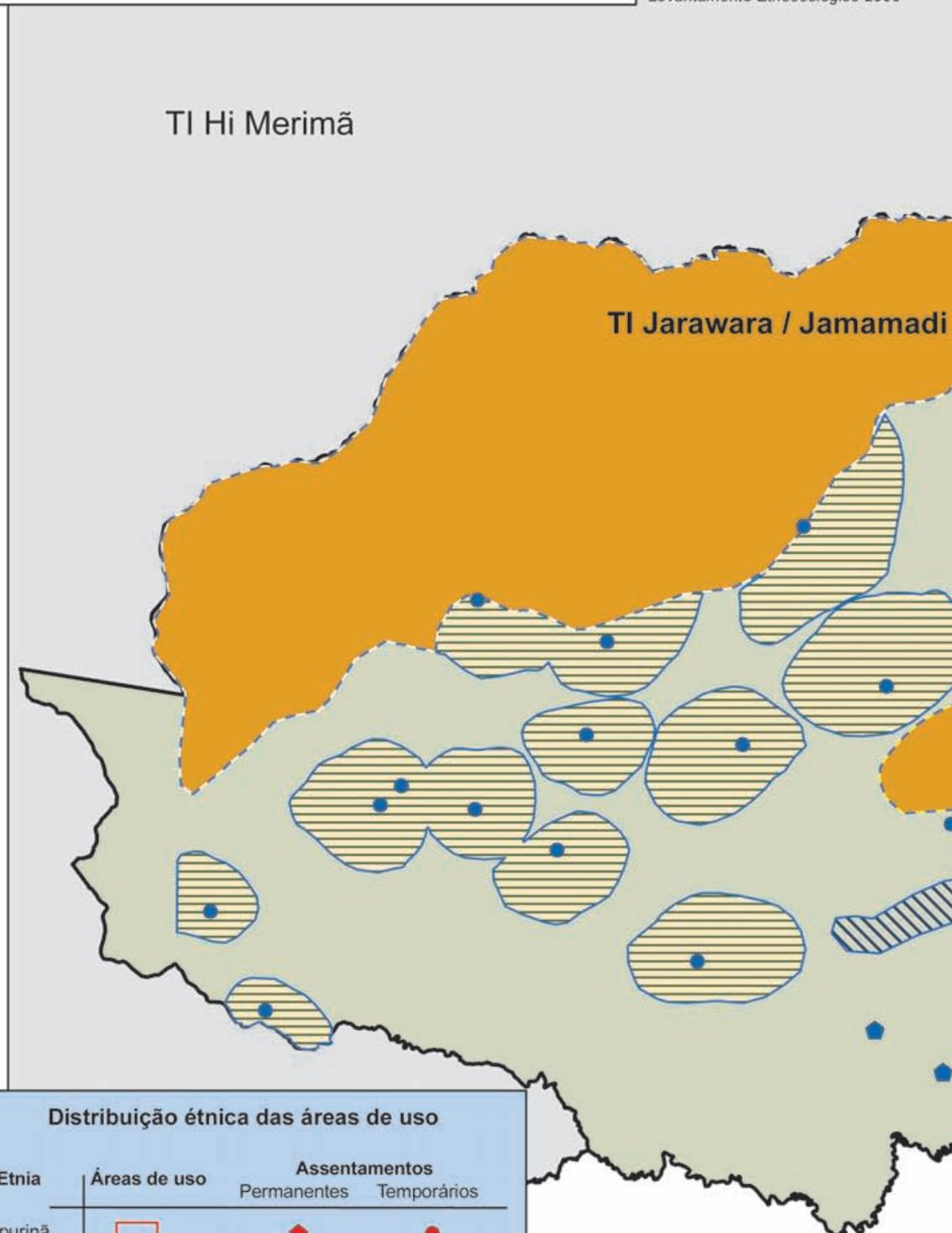
(2) quatro situados um pouco mais distantes dessa área de interface, localizados no baixo curso do Igarapé Preto, que nesse trecho possui sua planície de inundação mais desenvolvida (Ajuricaba, Terra Pratinha, Nazaré e Saubinha).



Uso dos recursos no Complexo Médio Purus II

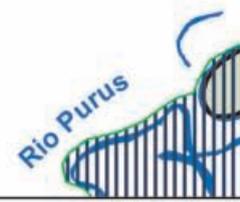
Elaboração: Funai / PPTAL

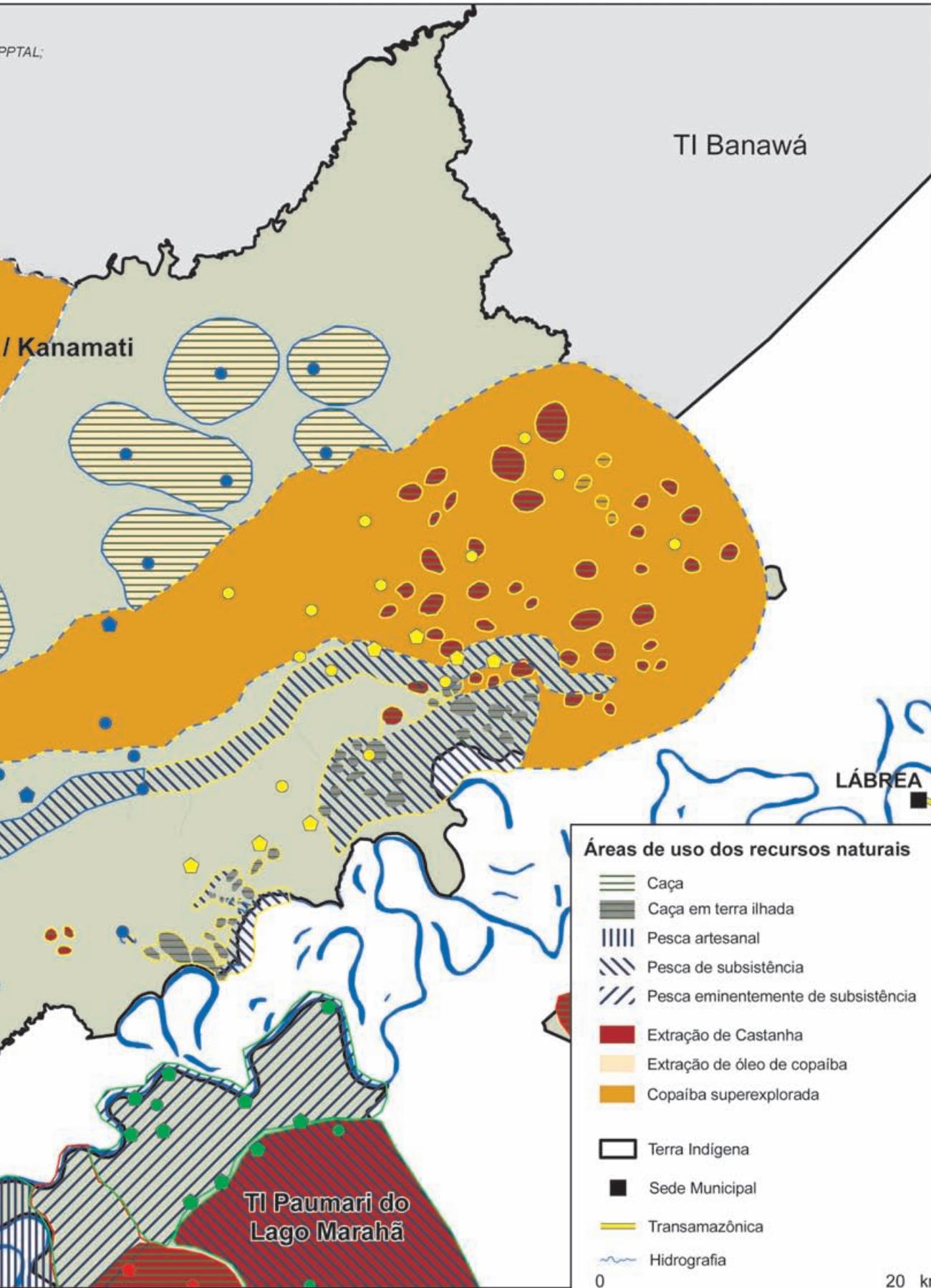
Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF /
Levantamento Etnoecológico 2000



Distribuição étnica das áreas de uso

Etnia	Áreas de uso	Assentamentos	
		Permanentes	Temporários
Apurinã			
Paumari			
Jarawara			
Jamamadi			
	Jamamadi / Jarawara		
	Jamamadi / não índios		
	Apurinã / Paumari		





Áreas de uso dos recursos naturais

-  Caça
-  Caça em terra ilhada
-  Pesca artesanal
-  Pesca de subsistência
-  Pesca eminentemente de subsistência
-  Extração de Castanha
-  Extração de óleo de copaiba
-  Copaiba superexplorada
-  Terra Indígena
-  Sede Municipal
-  Transamazônica
-  Hidrografia

0 20 km



A Aldeia Casa Nova tem uma idade de cerca de 35 anos. Ela surgiu por incentivo de um patrão. Segundo os depoimentos dos moradores, aquela parte da Terra Indígena antigamente era controlada pelos Apurinã, o que representa um detalhe histórico interessante, visto que os relatos antigos indicam que os Apurinã não tentaram se estabelecer no lado esquerdo do Purus naquela região.

A estrutura é simples: todas as casas concentram-se em torno do extremo oriental da pista de pouso de 500 metros. Casa Nova tem um pólo-base e o missionário americano Alan Robert Vogel, do SIL, atua na região desde 1988.

A Aldeia Iemeter é mais recente que Casa Nova e deve seu nome ao igarapé do mesmo nome, às margens do qual ela está situada.

A Aldeia Água Branca tem uma idade de cerca de 30 anos e o missionário David, da Jocum, atua desde 1990. Água Branca também tem pista de pouso.

Assentamentos temporários

Os Jarawara de Casa Nova e de Água Branca conseguiram localizar na carta-imagem nove assentamentos temporários atuais. Estes assentamentos se concentram nas microbacias dos Igarapés Caiçama, Curiá e Paraná Cainã e 6 (66,6%) servem de base para extração de óleo de copaíba, 4 (44,4%) de sorva, 3 (33,3%) para quebrar castanha e 6 (66,6%) para caçar.



Demografia

Um levantamento demográfico das comunidades Jarawara foi realizado por Maria das Graças Santos da Silva, auxiliar de saúde do DSEI Lábrea, em agosto de 2000. A população total era de 160 pessoas, sendo 78 do sexo masculino (48,7%) e 82 do feminino (51,3%). A maior faixa etária é de 0 a 4 anos, sendo a segunda a de 10 a 14. As faixas etárias de 0 a 19 representam, no total, 36,9% da população. Verifica-se uma ruptura marcante na estrutura etária a partir dos 50 anos.

Havia 24 unidades residenciais (88,9%) com apenas uma família, duas (7,4%) com duas famílias e uma (3,7%) com quatro famílias. A constituição das famílias é monogâmica. Não foi registrado nenhum caso de poligamia. 58,7% dos Jarawara se concentram na região do Igarapé Iemeter (Aldeias Casa Branca, Iemeter e Água Branca).

A taxa de natalidade é alta:

Ano	Taxa (em %)
2000	0,6
1999	4,4
1998	2,6
1997	2,7
1996	3,5
Média	2,8

A taxa de mortalidade não pôde ser avaliada.

Histórico da ocupação

Os Jarawara conseguiram localizar na carta-imagem 13 lugares de assentamentos antigos. Os assentamentos temporários antigos dos quais se lembraram foram São Francisco, colocação de seringa, e Santana (Imahome), um lugar onde primeiro existia uma “maloca velha dos Juma”. No caso de Santana, os Juma foram expulsos pelos “brancos” que depois instalaram uma colocação. Depois, os Jarawara expulsaram esses “brancos”.

Foi localizado apenas um cemitério.



Economia

Como entre os Jamamadi, os níveis de água, junto com as chuvas, são os marcadores determinantes do calendário econômico anual. Os Jarawara, como os Jamamadi, são conhecidos principalmente como agricultores.

Agricultura, fruticultura e horticultura

Os nomes das fases de transformação da mata em roçados (fatara) são chamados, em Jarawara, fatara etinahi (‘broca’, em maio), fatara ekanahi (‘derrubada’, em junho), fatara esarikanahi (‘queima’, em julho e agosto), fatara ka’awakahi (‘coivara’, em agosto e setembro) e fatara ekoronahi (‘plantio’, em setembro). Tenta-se plantar tudo durante um mês, mas se

as chuvas demoram a chegar, estende-se o período do plantio por mais tempo. Ao contrário das práticas agrícolas Jamamadi, os Jarawara capinam duas a três vezes.

Das 17 variedades de mandioca, a grande maioria (82,3%) parece ter origem não-indígena. Em Casa Nova, as duas variedades mais plantadas são a amarelona e a branca. Como os outros povos indígenas da região, os Jarawara distinguem essas variedades por critérios externos que dizem respeito às formas e cores das batatas, manivas e folhas. O lugar para colocar um roçado é escolhido segundo critérios de declive e vegetação: prefere-se o “mato alto, com pau grosso”, mas isto “custa”. Também se escolhe, de preferência, capoeiras velhas. A distância entre roça e aldeia pode ser de até uma hora de caminhada, mas prefere-se lugares próximos. O tamanho das áreas varia de 0,5 a 2 ha, sendo a propriedade por unidade residencial. Uma roça costuma ser usada por dois anos antes de se deixar crescer a vegetação secundária. A cada ano são preparadas novas roças. Depois de dois anos, uma roça é usada apenas para caçar e colher frutas.

Horticultura

Os Jarawara não têm nenhuma palavra que corresponde exatamente ao quintal, mas chamam o lugar de yamabarikani ('perto da casa').

As espécies cultivadas nos quintais de Casa Nova são: abacate, andiroba, bacaba, banana, biribá, buriti, cacau, caju, castanheira, cupuaçu, graviola, ingá, jambo, jenipapo, laranja, limão, mamão, manga, pataúá, urucuri, açaí, tucumã, algodão, flecheira.

Entre as pragas, as saúvas são consideradas as piores; outras pragas citadas foram caititus, cotias, iraras, pacas e veados, sendo que os veados costumam comer as folhas da mandioca, enquanto caititus, cotias e pacas atacam as raízes da mandioca e iraras e pacas comem abacaxis e bananas.



Pesca

Os Jarawara possuem a sua disposição uma série de ambientes para pescar:

- (1) Ambientes relacionados à planície de inundação do Rio Purus, onde o Paraná Cainã é um elemento marcante na paisagem, interligando uma série de lagos e se constituindo em rota de passagem de cardumes.
- (2) O Igarapé Preto, em seu baixo curso, também possui uma extensa planície de inundação que está interligada com a planície do Purus e constitui rota de passagem de cardumes de matrinxã.
- (3) Os Igarapés Preto e Curiá podem ser caracterizados em seus médios e altos cursos como igarapés de terra firme. A região do médio e baixo curso do Igarapé Preto foi indicada como área de pesca durante o verão de todos os assentamentos Jarawara, excetuando-se Casa Nova, cujos moradores direcionam seus esforços de pesca mais para o Lagozinho e o Lago Hitiri, áreas que atualmente também vêm sendo utilizadas pelos Jamamadi devido ao escasseamento dos peixes no alto curso do Igarapé Preto durante o verão.

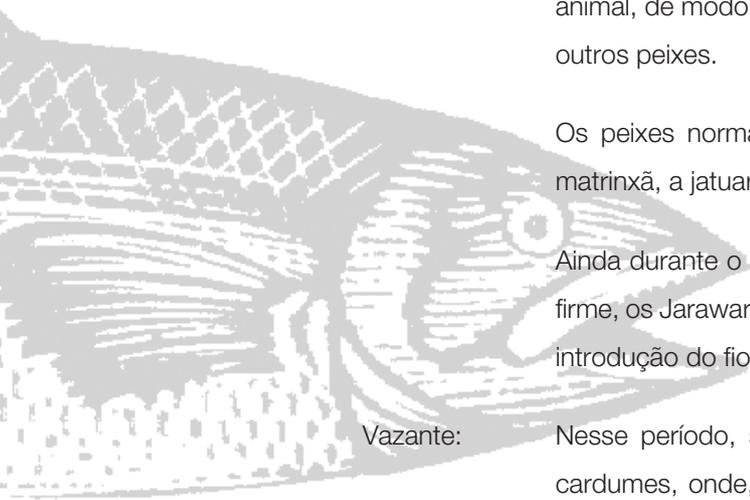
Há indícios de que os peixes representam um elemento freqüente e significativo na dieta Jarawara.

Calendário e técnicas:

Início da enchente: Nesse período, os frutos do taquari estão caindo nas áreas alagadas, tornando-se uma unidade de recursos na pesca.

Enchente: Os Jarawara parecem associar a fenologia de algumas espécies das matas alagadas, mais especificamente o período de floração, à movimentação dos cardumes de peixes na região de interface entre terra firme e planície de inundação do Purus. Assim, por exemplo, associam a descida dos cardumes de matrinxã dos igarapés de terra firme para a planície de inundação do Rio Purus com a queda das flores da palmeira joari nas matas alagadas.

Inverno: Os Jarawara pescam nas regiões das matas alagadas próximas à terra firme. Eles constróem anteparos com folhas à margem dos igapós e, com arco e flecha em punho, imitam com a boca o “estalar” das sementes da seringueira, um som que atrai os matrinxãs que se alimentam desse fruto. O pescador busca um disparo com precisão



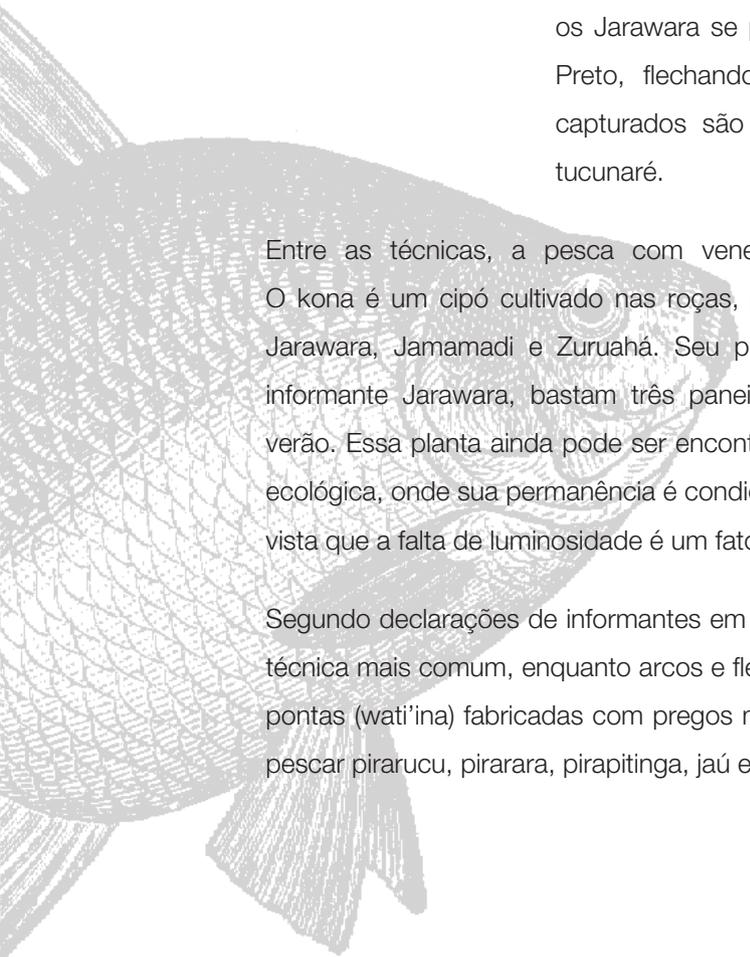
para acertar preferencialmente na cabeça ou na coluna vertebral do animal, de modo que esse não realize movimentos bruscos e afugente outros peixes.

Os peixes normalmente capturados com a isca de andiroba são o matrinxã, a jatuarana, o pacu e o piau.

Ainda durante o inverno, nas pequenas várzeas dos igarapés de terra firme, os Jarawara utilizam uma armadilha, muito mais comum antes da introdução do fio de nylon.

Vazante: Nesse período, são reconhecidos locais de rotas de passagem de cardumes, onde, por exemplo, os Jarawara das Aldeias Casa Nova, Iemeter e Água Branca direcionam seus esforços para a ligação entre o Lago Abunini e o Igarapé Cainã, onde são capturados pacu, piau, pirapitinga, surubim e tambaqui. Em alguns momentos, os peixes apresentam um comportamento oriundo de falta de oxigênio no ambiente aquático, ficando meio prostrados próximos à lâmina de água, sendo facilmente capturados.

Verão: Nesse período, há uma maior visibilidade na coluna de água, sendo que os Jarawara se posicionam às margens do médio curso do Igarapé Preto, flechando os peixes em seus deslocamentos. Os peixes capturados são cangati, caruaçu, mandim, piau, piranha, traíra e tucunaré.



Entre as técnicas, a pesca com veneno vegetal (kona) merece algumas observações. O kona é um cipó cultivado nas roças, parecendo ser a mesma espécie cultivada entre os Jarawara, Jamamadi e Zuruahá. Seu princípio ativo concentra-se na raiz e, segundo um informante Jarawara, bastam três paneiros médios para uma pesca no Igarapé Preto no verão. Essa planta ainda pode ser encontrada nas capoeiras nos primeiros anos de sucessão ecológica, onde sua permanência é condicionada ao fechamento do estrato arbóreo, tendo em vista que a falta de luminosidade é um fator limitante para seu desenvolvimento.

Segundo declarações de informantes em Casa Nova, a pesca com malhadeira atualmente é a técnica mais comum, enquanto arcos e flechas também são usados com frequência, sendo as pontas (wati'ina) fabricadas com pregos martelados. O arpão é pouco utilizado e apenas para pescar pirarucu, pirarara, pirapitinga, jaú e tambaqui.

Quelônios

Embora inseridos numa região de interface com a planície de inundação do Purus, ambiente de diversas populações de bichos de casco, os Jarawara não possuem entre suas práticas de pesca o jaticá e a zagaia, sendo que a captura desses animais não é prática recorrente. Embora os Jarawara normalmente não capturem esses animais, coletam seus ovos nas praias do Igarapé Cainã.

Caça

Há indícios de que o conjunto de unidades de paisagem à disposição dos Jarawara apresenta, em comparação com a situação dos Jamamadi, maiores possibilidades de concentração de recursos numa matriz ambiental, devido ao posicionamento de seus assentamentos permanentes numa área de interface entre os baixos planaltos e terraços e a planície de inundação do Purus.

Isso se reflete na diferenciação seguinte: enquanto os Jamamadi, durante o inverno, caçam com mais ênfase na terra firme (baixos planaltos), existe para os Jarawara, além dessa situação, a possibilidade de caçar nas terras ilhadas, regiões inseridas na planície de inundação do Purus. Estas normalmente não alagam durante as cheias, permitindo a concentração de uma série de espécies sazonalmente abatidas. Essas terras são exploradas com maior frequência pelos moradores das Aldeias Água Branca e Ajuricaba.

Calendário de caça:

Inverno: Caça em terras ilhadas.

Espécies normalmente capturadas:

anta, caititu, cotia, mutum, nambu, paca, quati, tatu, veado roxo, onça pintada e onça vermelha. As caças menores somente são abatidas quando faltam maiores.

Vazante: Época considerada de fartura na caça. Muitas das castanhas das palmeiras consumidas pelos animais nas baixas estão em estado de germinação.

Técnicas: Atualmente, a arma mais usada é a espingarda. Em Casa Nova, por exemplo, há cinco espingardas, o que corresponde a uma por unidade residencial, em média. Arcos e flechas (com pontas fabricadas de pregos martelados) são usados com frequência menor para caçar antas, caititus, queixadas e algumas espécies de macacos. Às vezes, as pontas são untadas com o veneno de um “cipó” (iha). A zarabatana (taratipatawa) não é mais utilizada, mas alguns exemplares ainda podem ser vistos em diversas casas.

É interessante fazer algumas observações sobre técnicas especiais.

Para caçar os veados capoeira e roxo nas terras ilhadas, os Jarawara formam linhas com 5 ou 6 homens e “varrem” a área, disparando nos animais que encontram e direcionando-os para uma área que dá acesso a uma ponta de terra firme. Esta se torna rota de fuga para os veados que almejam alcançar essa projeção da terra firme em meio às matas alagadas. Nesse local, há outro caçador encarregado de abater a caça que se locomove em sua direção.

Os Jarawara também podem, de acordo com as circunstâncias, imitar o som característico de vários animais para monitorar o ambiente da caça, revelando a presença de algum animal ou mesmo atraindo-o. Espécies cujos sons característicos podem ser reproduzidos são: anta, cotia, macaco de cheiro, macaco-prego e nambu relógio.

Coleta

Além de frutos silvestres e cultivados, os Jarawara coletam diversos materiais vegetais.

Os Jarawara de Casa Nova declararam que, antigamente, produziam carvão de itaúba e de uma espécie chamada bu’i para fabricar cerâmica.

Também explicaram que para lenha serve qualquer espécie de madeira, mas que a madeira da copaíba (koba) é preferida.

Criação de animais

Foi observado, como nas aldeias Jamamadi, um número relativamente grande de animais criados. Em Casa Nova, eram criadas as espécies seguintes:

- ◆ Anta (*awi*): houve uma tentativa bem sucedida de reprodução em cativeiro, nascendo um filhote, mas a mãe conseguiu fugir; alimentação com bananas, buriti e patauá.
- ◆ Cães (*yome*): criados por todas as famílias, para vigiar as casas e caçar caititus, queixadas, cotias, pacas e macacos.
- ◆ Caititus (*kobaya*): às vezes, cria-se três por ano em Casa Nova; já houve uma tentativa bem sucedida de reprodução em cativeiro; o maior problema de criação é visto no perigo de os caititu serem "muito bravos" e matarem os pintinhos das galinhas; alimentação com bananas e patauá.

- ◆ Galinhas (*alakawa*): foram introduzidas por um americano de Porto Velho; alimentação com grãos de milho e farinha de mandioca.
- ◆ Gatos: foram introduzidos pelos “brancos” para acabar com um problema de ratos; a estratégia deu certo.
- ◆ Macaco barrigudo (*wafa*): houve uma tentativa bem sucedida de reprodução em cativeiro; alimentação com bananas.
- ◆ Papagaios (*kaha*): são alimentados com mingau de farinha de mandioca.
- ◆ Patos: adquiridos de não-índios do seringal Samaúma; alimentação com grãos de milho e farinha de mandioca.
- ◆ Queixadas (*hiyama*): houve uma tentativa bem sucedida de reprodução em cativeiro; cavam-se fojos para capturar filhotes, matando as mães; alimentação com bananas e patauí.
- ◆ Suínos: adquiridos de ribeirinhos; não se pretendia continuar a criação suína por causa das invasões de casas e roças, causando vários prejuízos.
- ◆ Veado capoeira (*bato*): houve apenas uma tentativa fracassada de criação; o animal morreu intoxicado pela mandioca que serviu de alimento.
- ◆ Veado roxo (*bato bill*): em 2000, havia uma tentativa de criação, ainda sem resultado; alimentação com macaxeira.

Nenhuma dessas espécies é criada para comercialização, sendo a propriedade familiar, exceto os suínos, que pertencem à comunidade.

Comercialização

Os principais produtos comercializados são: produtos extrativistas (borracha, castanha, óleo de copaíba e sorva), produtos agrícolas e artesanato. Os únicos produtos agrícolas comercializados são abacate e farinha torrada. A comercialização de artesanato (arcos e flechas, paneiros, vassouras) é periférica em comparação com os produtos extrativistas e agrícolas.

Os Jarawara, geralmente, tentam adquirir açúcar, café, sal, óleo diesel e roupas, mas poucas vezes conseguem fazer as transações com dinheiro.





Modo de ocupação

Embora os Jarawara tradicionalmente não dominem a navegação, nem disponham de um instrumental de manejo de grandes lagos, eles têm três assentamentos permanentes nas bordas dos baixos planaltos da terra firme (Casa Nova, Iemeter e Água Branca). Apesar de as outras aldeias estarem situadas um pouco distantes dessa área de interface, elas localizam-se no baixo curso do Igarapé Preto (Abituã), condições essas que se refletem numa maior disponibilidade de recursos pesqueiros, quando comparadas com as aldeias Jamamadi.

Por essa diferenciação na matriz ambiental de suas regiões de ocupação, os Jarawara coletam ovos de quelônios nas praias do Igarapé Cainã, bem como no inverno praticam modalidades de caça nas terras ilhadas.

Quanto ao extrativismo, a área de ocupação dos Jarawara corresponde às regiões dos Igarapés Caiçama, Cainã, Pirarucu e do médio e baixo curso do Igarapé Preto, sendo a atividade predominante a coleta de castanha.

Com relação aos espaços ocupados para a pesca, as áreas do Laguinho e do Lago Hitiri são de uso tradicional dos Jarawara e só mais recentemente foram ocupadas também pelos Jamamadi, devido à escassez de peixes em áreas de seu tradicional território de ocupação.

Do conjunto das aldeias Jarawara, as terras ilhadas são mais freqüentemente utilizadas pelas Aldeias Água Branca e Ajuricaba. Não parece haver para as terras ilhadas a mesma territorialidade entre as aldeias Jarawara, como no caso dos castanhais, lagos e outros corpos de água.



Relações interétnicas e territorialidade

Os territórios ocupados pelos Jarawara e Jamamadi dentro da Terra Indígena estão marcados por zonas limítrofes bastante amplas, que parecem ter o caráter de “zonas tampão” para evitar contatos. O Igarapé Missão atualmente constitui o limite ocidental e noroeste entre os dois territórios étnicos. Segundo declarações de moradores de Casa Nova, os Jarawara antigamente habitavam também a região do Igarapé Preto até o lugar atual da Aldeia São Francisco, mas haviam se retirado progressivamente por causa das pressões dos Jamamadi que estavam ocupando a região. O atual limite setentrional entre os territórios Jarawara e Jamamadi é uma zona ampla entre os Igarapés Preto e Curiá, onde as linhas divisórias dos territórios não são muito claras, mas o Igarapé Curiá está se tornando cada vez mais um “igarapé Jamamadi”.

Quanto aos casamentos interétnicos indígenas, foram relatados apenas dois casos: uma mulher Jarawara de Saubinha casada com um Jamamadi e uma mulher da mesma aldeia casada com um Apurinã.

As relações com os “brancos” são marcadas principalmente por trocas assimétricas em detrimento dos Jarawara.

As dependências materiais são praticamente as mesmas das outras comunidades visitadas do Complexo.

Quanto aos casamentos interétnicos com não-indígenas, foram relatadas quatro alianças entre mulheres Jarawara e homens “brancos”: três mulheres de Saubinha que, atualmente, moram em Lábrea e uma mulher de Casa Nova, casada com um ribeirinho do Seringal Estação. Não há nenhum casamento entre homem Jarawara e mulher “branca”.

Fora os casos das três mulheres de Saubinha, não há emigração para Lábrea. A liderança Juracy, de Casa Nova, comprou uma casa na cidade para que os moradores da aldeia tenham moradia durante as visitas irregulares de três a cinco dias à cidade, usadas para resolver os assuntos mais diversos.



A questão dos limites da Terra Indígena

O problema da segurança dos limites da Terra Indígena constitui-se de maneira muito diferente das outras terras descritas. Enquanto a pressão sobre os limites teoricamente pode ser mais baixa, devido à distância de Lábrea, não se tem um controle fácil e imediato sobre invasões eventuais em diversas partes remotas da Terra Indígena. A grande riqueza da Terra Indígena em diversos recursos naturais representa a maior atração para invasores.



Invasões no território dos Jamamadi

O principal caminho de entrada dos invasores do território Jamamadi é o Igarapé Mamoriazinho. Todas as invasões registradas à época pelos Jamamadi concentram-se em sua região. Há um número desconhecido de invasores temporários de Lábrea, durante a época da cheia e da desova, que entram na Terra Indígena para explorar os recursos pesqueiros.

Os impactos dessas invasões são percebidos pelos Jamamadi de Pauzinho da maneira seguinte:

- ◆ pesca: diminuição do número de matrinxã, pirarucu e tambaqui;
- ◆ caça: diminuição do número de antas, caititus, queixadas, macacos e veados, sendo necessário realizar expedições de caça em lugares cada vez mais distantes;
- ◆ recursos madeireiros: redução dos números de algumas espécies na região do Mamoriazinho, como a itaúba.



Invasões no território dos Jarawara

Os principais caminhos de entrada dos invasores do território Jarawara são (1) a confluência do Igarapé Pirarucu com o Igarapé Cainã, (2) a boca do Igarapé Abituã e (3) o próprio Igarapé Cainã. Nos últimos anos, foram registradas várias invasões.

Os impactos dessas invasões são percebidos pelos Jarawara da maneira seguinte:

- ◆ pesca: redução dos números de pirarucu, surubim, tambaqui e tucunaré;
- ◆ caça: diminuição dos números de pacas, tatus e veados;
- ◆ recursos madeireiros: redução dos números de algumas espécies na várzea.



Conclusões

A partir dos dados apresentados, pode-se produzir dois grupos de conclusões: (1) metodológicas, voltadas para levantamentos etnoecológicos futuros; e (2) com relação às características do Complexo.

Conclusões metodológicas

- ◆ Para as fundamentações antropológicas, recomenda-se desenvolver uma estruturação básica padronizada que pode estar baseada, por exemplo, naquela dos verbetes da "Enciclopédia dos Povos Indígenas", do ISA.
- ◆ Para preparar melhor as futuras pesquisas de campo é aconselhável adquirir publicações lingüísticas e/ou didáticas disponíveis, em particular as do SIL.
- ◆ Recomenda-se partir para o campo com cartas-imagem em escala 1:100.000, por oferecer maior visibilidade de muitos detalhes.
- ◆ Recomenda-se produzir mapas em papel vegetal para o trabalho de campo a partir das cartas-imagem, porque estes materiais vegetais permitem riscar com canetas as zonas de ocupação e exploração e escrever informações e comentários, o que não seria possível nas cartas-imagem.

- ◆ É recomendável para as equipes tentar entrar em contato com representantes de órgãos e organizações locais e regionais da região do levantamento, antes de partir para o campo e ainda no período da fundamentação.
- ◆ O aide-mémoire etnoecológico do estudo de Milliken devia ser reelaborado, reduzido e transformado num catálogo de perguntas com diversos grupos temáticos, de forma a se excluir algumas áreas temáticas e reduzir várias redundâncias contidas nas perguntas originais. Tal catálogo de perguntas não só ajuda a estruturar o trabalho de campo, mas também serve de instrumento de controle do progresso do trabalho.
- ◆ Recomenda-se, antes de partir para o campo, organizar reuniões de trabalho com representantes de órgãos governamentais e organizações não-governamentais para apresentar os objetivos e a metodologia do trabalho.
- ◆ Também é vantajoso levantar e verificar categorias ambientais regionais antes de partir para o campo. Como nem sempre será possível contratar especialistas regionais que saibam falar as línguas indígenas da região, pode ser necessário conhecer as categorias ambientais do português regional para melhorar o rendimento do trabalho.
- ◆ O trabalho com as cartas-imagem deveria ser apresentado às comunidades visitadas logo no início da estada, sempre realçando o caráter experimental da metodologia.
- ◆ É vantajoso não convocar para um *workshop* ou uma reunião de trabalho no dia da chegada em uma aldeia.
- ◆ Recomenda-se trabalhar com as cartas-imagem logo nos primeiros *workshops* ou reuniões de trabalho. Antes de estimular os participantes a tentar se orientar nelas, convém perguntar a direção de um referencial geográfico importante para poder alinhar a imagem por seu ponto cardinal, facilitando a orientação dos índios.
- ◆ Os elementos que podem ser representados como pontos deveriam ser marcados na carta-imagem, usando etiquetas pequenas e representando-os por números em cores diferentes conforme as categorias usadas. As zonas de ocupação e exploração, no entanto, deveriam ser desenhadas nos mapas vegetais.
- ◆ Houve dificuldades de conceituar os *workshops* propostos por Milliken, pois na prática do trabalho nas aldeias é impossível fazer uma distinção clara entre *workshop*, oficina e reunião de trabalho.
- ◆ Enquanto Milliken realça que a equipe precisa trabalhar "como uma unidade



em campo, ao invés de separada, cada qual seguindo sua própria agenda", este propósito não é viável em diversas fases do trabalho de campo, porque existem demandas por levantar informações sobre um grande número de áreas temáticas.

◆ Uma solução viável para esse dilema de trabalho pode ser abordar e fechar todas as áreas temáticas por conjunto de comunidades de povo indígena por terra indígena, através de alguns estudos de caso, que contribuem para refinar o entendimento de padrões de ocupação.



Conclusões sobre o Complexo Médio Purus II

◆ O Complexo caracteriza-se por grande diversidade cultural em geral e, em particular, nas relações com o meio ambiente; enquanto a diversidade lingüística é menor, todos os grupos, salvo os Apurinã, falam línguas da família Arawá.

◆ As informações gerais sobre os povos indígenas do Complexo são precárias, de uma maneira geral. Os resultados deste levantamento podem contribuir um pouco para reverter este quadro.

◆ As informações mais deficitárias sobre os povos indígenas do Complexo dizem respeito sobretudo aos números da população total (salvo os Jarawara), à organização social e política, à religião, à mitologia e ao xamanismo.

- ◆ Há uma série de manifestações culturais muito parecidas entre todos os povos indígenas do Complexo e que dizem respeito principalmente à cultura material, às unidades residenciais e às formas de alianças matrimoniais.
- ◆ Todos os povos indígenas do Complexo têm contatos de quase dois séculos com os “brancos”. Apenas no caso dos Jarawara a duração dos contatos é desconhecida.
- ◆ Todos os povos indígenas do Complexo, com exceção dos Jarawara, habitam mais de uma Terra Indígena.
- ◆ Os grupos do Complexo habitam e exploram ecossistemas diferentes: os Jamamadi se concentram nas áreas de terra firme; os Jarawara, na terra firme e na zona de transição entre esta e a planície de inundação do Purus; os Paumari, tanto na várzea quanto na terra firme, mas com certa preferência pela várzea; e os Apurinã, tanto na terra firme quanto na várzea, com certa preferência pela terra firme.
- ◆ Os índios usam os limites atuais das terras indígenas como referenciais para a ocupação e exploração dos diversos ecossistemas.
- ◆ Os índios do Complexo usam fluentemente as categorias ecológicas regionais, como várzea, restinga, terra firme, igapó, chavascal, etc., além das próprias categorias indígenas.
- ◆ Todos os grupos locais do Complexo são pequenos. Este padrão é ainda mais acentuado entre os Jamamadi e Jarawara.
- ◆ O número maior de assentamentos permanentes foi registrado entre os Paumari, ficando os Jarawara em segundo lugar.
- ◆ Em nenhuma das terras indígenas do Complexo há uma distribuição espacial homogênea dos assentamentos permanentes, ao quais sempre se concentram em determinadas partes das terras.
- ◆ Os Jamamadi são o povo indígena do Complexo com o maior número de assentamentos temporários, o que reflete o padrão de ocupação de um grande espaço por um número muito reduzido de indivíduos.
- ◆ A mobilidade geral dos grupos locais é alta.
- ◆ A mobilidade sazonal dos grupos locais é muito grande, salvo no caso dos Apurinã de Iminaã.



- ◆ A questão da densidade populacional atualmente não representa nenhum problema na Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati, mas sim na Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi, onde é latente. Na Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, esta questão pode se tornar problemática daqui a 20 ou 30 anos.
- ◆ Para todos os grupos de que se dispõe de dados demográficos é possível constatar: (1) as faixas etárias de 0-19 anos estão representadas por porcentagens muito altas (em média, superiores a 50%, sendo os valores mais altos entre os Jamamadi e os Paumari de Crispinho); (2) as taxas médias de natalidade são altas a muito altas (em média, 3,1%, sendo os valores mais altos entre os Jamamadi e os Paumari de Crispinho); (3) o redobramento das populações pode acontecer, em média, em períodos inferiores a 30 anos, sendo o caso dos Jamamadi o mais destacado, com eventuais impactos sobre a disponibilidade de recursos naturais, em particular nas Terras Indígenas Paumari do Lago Marahã e Paumari do Rio Ituxi.
- ◆ Entre todos os grupos do Complexo, salvo os Paumari, a agricultura desempenha um papel primordial entre as atividades econômicas de auto-sustento.
- ◆ Os únicos grupos locais do Complexo que plantam regularmente nas praias fluviais da várzea são Paumari.
- ◆ Embora a agricultura seja mais importante para os Jamamadi e Jarawara, há entre os Paumari um número elevado de espécies cultivadas, o que leva a sugerir repensar a imagem comum deste povo como pescadores pouco interessados em agricultura e horticultura.
- ◆ Entre as espécies cultivadas nas roças, todos os grupos do Complexo plantam, em média, 5 a 6 espécies de tubérculos, apenas uma ou duas espécies de cereais, poucas espécies de legumes, 10 ou mais espécies de fruteiras, uma ou duas espécies de palmeiras e poucas outras espécies.
- ◆ Entre todos os grupos do Complexo, cultiva-se, em média, 17 variedades de mandioca, com o número mais elevado entre os Paumari de Araçá, e 5 a 6 variedades de macaxeira, com os números mais elevados entre os Jamamadi e os Apurinã de Iminaã.
- ◆ A maior diversidade de espécies plantadas nos quintais foi observada entre os Apurinã de Nova Fortaleza, os Paumari de Araçá e os Jamamadi.

- ◆ A pesca é a atividade econômica mais importante para os Paumari, o que se reflete no número mais alto de espécies citadas pelos mesmos.
- ◆ A captura de quelônios é uma atividade econômica importante principalmente para os Paumari, mas também para os Apurinã de Iminaã.
- ◆ A caça é uma atividade econômica importante principalmente para os Jamamadi e Jarawara, embora isto não se reflita no número de espécies citadas.
- ◆ A diversidade de materiais vegetais usados para a construção de casas, a produção de armas e artesanato e o fabrico de outros objetos da cultura materializada é alta: em média, utiliza-se pelo menos 26 espécies.
- ◆ Entre as atividades econômicas voltadas para a comercialização, o extrativismo ainda ocupa a posição mais forte, em particular entre os Jamamadi, Jarawara e os grupos do Lago Marahã. A comercialização de produtos agrícolas e peixes geralmente fica em segundo lugar, enquanto a produção e venda de artesanato desempenha um papel periférico.
- ◆ As dependências materiais da sociedade envolvente são muito grandes entre todos os grupos do Complexo.
- ◆ Em todas as terras indígenas do Complexo há tensões e conflitos interétnicos e em todos os casos trata-se também de conflitos por recursos naturais.



Referências Bibliográficas

ABERDOUR, Catherine. Referential devices in Apurinã discourse. In: FORTUNE, David L. (Ed.): *Porto Velho Workpapers*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1985. p.43-91.

ABREU, Stela Azevedo de. *Fundamentação antropológica: Complexo do Médio Purus II*. Brasília: PPTAL, 2000. (mimeo).

ALBUQUERQUE, Izac da Silva. *Relatório de acompanhamento de demarcações das Terras Indígenas Paumari do Rio Ituxi e Paumari do Lago Paricá*. Lábrea: FUNAI/PIN-Lábrea, 1998. (mimeo).

_____. *Relatório de fiscalização dos rios Tapauá, Cuniuá, Riozinho e Piranha*. Lábrea: FUNAI, 1995. (mimeo).

AYRES, Sandra A. Viagem de supervisão a terras indígenas na Amazônia Legal demarcadas pelo PPTAL: um relato. In: KASBURG, Carola; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.) *Demarcando terras indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília: FUNAI: PPTAL: GTZ, 1999. p.167-193.

BAGGIO, Celma Regina. *Projeto Tapauá: relatório referente às atividades na área da saúde no ano de 1998*. Lábrea: Prelazia de Lábrea: CIMI: OPAN. [1999?].

BÍBLIA. *Deus athi kapapirani hida: o Novo Testamento na língua Paumarí*. Niterói: Liga Bíblica do Brasil, 1995.

BITTENCOURT, Antônio C. R. *Município de Lábrea: notícias sobre o seu desenvolvimento e sobre o rio Purus*. Manaus: [s.n.], 1918.

CAMPBELL, Bárbara. *Hiyama: cartilha Jamamadi, 4 e 5*. Porto Velho: FUNAI: Sociedade Internacional de Lingüística. 1991.

_____. Jamamadi noun phrases. In: FORTUNE, David L. (Ed.). *Porto Velho Work Papers*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1985. p.130-165.

_____. Repetição no discurso Jamamadi. *Lingüística*, v. 9, n.1, p.129-156, 1987.

_____. Repetition in Jamamadi discourse. In: GRIMES, Joseph E. (Ed.) *Sentence initial devices*. Dallas: Summer Institute of Linguistics and the University of Texas at Arlington, 1986. p.171-185. (Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics, 75).

CAMPBELL, Bárbara; CAMPBELL, Robert Lewis. *Yama abe: insetos - Cartilha Jamamadi, 6*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística. 1993.

CAMPBELL, Robert Lewis. Avaliação dentro das citações na língua Jamamadi. *Lingüística*, v.9, n.2, p.9-30, 1988.

_____. Marcadores de fonte de informação na língua Jamamadi. *Linguística*, n.7, p.117-25, 1977.

CAMPBELL, Robert Lewis; CAMPBELL, Bárbara. Preliminary observations concerning the rarity of exact repetition in Jamamadi. *Notes on Linguistics*, n.19, p.10-20, 1981.

CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Pará, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847*. Paris: P. Bertrand, 1850-1859. 14v.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Images of nature and society in Amazonian ethnology. *Annual Review of Anthropology*, v.25, p.179-200, 1996.

CHANDLESS, William. Ascent of the River Purus. *Journal of the Royal Geographical Society*, London, v. 36, p.86-118, 1866.

_____. Notas sobre o rio Purus, lidas perante a Real Sociedade Geográfica de Londres, em 26 de novembro de 1868. *Separata do Arquivo da Associação do Comércio do Amazonas*, v.9, n.3, p.21-29; v.10, n.3, p.29-40, 1949. [1869].

_____. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purus. *Journal of the Royal Geographical Society*, London, v.36, p.119-128, 1866.

CHAPMAN, Shirley. *Gramática pedagógica Paumarí*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1983.

_____. Interrogativos Paumarí. *Linguística*, v.9, n2, p. 89-116, 1988.

_____. Paumarí interrogatives. In: GRIMES, Joseph E. (Ed.). *Sentence initial devices*. Dallas: Summer Institute of Linguistics: University of Texas at Arlington, 1986. p. 215-233. (Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics, 75).

_____. Problems in Paumarí acculturation. In: MERRIFIELD, William R. (Ed.). *Five Amazonian studies on world view and cultural change*. Dallas: International Museum of Cultures, 1985. [1974]. p.71-77. (International Museum of Cultures Publication, 19).

_____. Significado e função de margens verbais na língua Paumarí. *Linguística*, v.5, p.199-230, 1976.

_____. Subordinate Clauses in Paumarí. In: FORTUNE, David L. (Ed.). *Porto Velho Workpapers*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1985. p. 231-253.

CHAPMAN, Shirley; DERBYSHIRE, Desmond C. Paumarí. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. v.3. p.161-352.

CHAPMAN, Shirley; ODMARK, Mary Ann. (Eds.). *Pamoarí athini 'bo'da hida: histórias antigas dos Paumarí*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1996. [1986].



CHAPMAN, Shirley; SALZER, Meinke. *Ajirha'ava*: livro de exercícios na língua Paumarí, 4. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

_____. *Aka'ojomo'ihava akasivanahana kaba'i*: vamos aprender brincando, livros 1 e 2 - atividades de pré-alfabetização na língua Paumarí. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1995.

_____. *Athii 'bamiki kapapirani hida*: ciências e estudos sociais nas línguas Paumarí e português. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1995.

_____. *Curso de alfabetização Paumarí*: manual 4. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

_____. *Dicionário bilíngüe nas línguas Paumarí e portuguesa*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1998.

_____. *Gramática Paumarí*: livro de exercícios. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1995. [1994].

CHAPMAN, Shirley; SALZER, Meinke; SENN, Beatrice. *Curso de alfabetização, manuais 1 a 3: Paumarí*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996. [1987].

_____. *Curso de pré-alfabetização Paumarí, manual 1*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

_____. *Paomoari athini kapapirani*: cartilhas Paumarí 1-4. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

COSTA JÚNIOR, Plácido. *Levantamento etnoecológico do Complexo Purus II, produto I* - fundamentos: caracterização ambiental das Terras Indígenas Paumari do Rio Ituxi e Paumarí do Lago Marahã. Brasília: PPTAL, 2000. (mimeo).

_____. *Levantamento etnoecológico do Complexo Purus II, produto II* – fundamentos: caracterização ambiental da Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Brasília: PPTAL, 2000. (mimeo).

_____. *Relatório de atividades* – área ambiental: Complexo do Médio Purus. Cuiabá: [s.n.], 2000. (mimeo).

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Rio de Janeiro: José Aguilar. 1966. (Obra completa, v.1).

_____. *O Rio Purus*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960 [1906].

DAL POZ NETO, João. Crônica de uma morte anunciada: do suicídio entre os Sorowaha. *Revista de Antropologia*, v.43, n.1, p.89-114. 2000.

D' ÁVILA, Nilo; MENENDEZ, Larissa; BAGGIO, Celma Regina. *Histórico do Projeto Tapauá*. Lábrea: Prelazia de Lábrea: CIMI: OPAN. 1998.

- DERBYSHIRE, Desmond C. Arawakan (Brazil) morphosyntax. *Work Papers of the Summer Institute of Linguistics*, University of North Dakota, n.26, p.1-81, 1982.
- _____. Comparative survey of morphology and syntax in Brazilian Arawakan. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*, Berlin: Mouton de Gruyter. 1986. v.1. p. 469-566.
- _____. Ergativity and transitivity in Paumarí. *Work Papers of the Summer Institute of Linguistics*, University of North Dakota, n.27, p.11-28, 1983.
- DIXON, R.M.W. Fusional development of gender marking in Jarawara possessed nouns. *International Journal of American Linguistics*, v.61, n.3, p. 263-294, 1995.
- EHRENREICH, Paul. Beiträge zur Völkerkunde Brasiliens. *Veröffentlichungen aus dem Königlichen Museum für Völkerkunde*, Berlin, v.2, p.1-80, 1891.
- _____. Contribuições para a etnologia do Brasil, parte 2: sobre alguns povos do Purus. *Revista do Museu Paulista*, n.s., n.2, p.93-115, 1948.
- _____. Materialien zur Sprachkunde Brasiliens: Vokabulare von Purus-Stämmen. *Zeitschrift für Ethnologie*, v.29, p. 59-71, 1987.
- ENCARNAÇÃO, Manoel Urbano da. Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purús, dirigida a D.S. Ferreira Penna. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, v.3, n.1, p.94-97, 1900.
- ERIKSON, Philippe. Une nébuleuse compacte: le macro-ensemble pano. *L'Homme*, v.33, n.126/128, p.45-58, 1993.
- Everett, Daniel. Sistemas prosódicos da família Arawá. In: Wetzels, Leo (Ed.). *Estudos fonológicos das línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p.297-339.
- FACUNDES, Sidney da Silva. *Noun categorization in Apurinã (Maipuran, Arawakan)*. Eugene: University of Oregon, 1994.
- FÉLIX, Rita de Cássia. *Relatório de delimitação da Área Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati*. Brasília: FUNAI, 1987.
- _____. *Relatório de delimitação da Área Indígena Paumari do Rio Ituxi*. Brasília: FUNAI, 1987.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Purus – Sede: Lábrea – AM*. Disponível em: www.funasa.gov.br/ind/pdfs/dsei22.pdf. Acesso em 15 out. 2000.
- HISTÓRIAS da vida dos Paumarí: livro de leitura. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1993.



IGITHA varani hini kapirani hida: as estórias de vários animais. 4.ed. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

ÍNDIOS: isolados em risco e escravidão por dívida – 1995. Disponível em:
<http://nativenet.uthscsa.edu/archive/nl/9507/0396.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades@: Lábrea (AM)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:
www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/perfil2.php?codmun=130240. Acesso em 10 jan. 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas*. São Paulo: ISA, 2000. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/website/povind>.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Ein Beitrag zur Sprache der Ipuriná-Indianer (Rio Purus, Brasilien). *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n.s., n.11, p.57-96, 1914.

KOOP, Gordon. *The Dení of Western Brazil: a study of sociopolitical organization and community development*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1980.

KOOP, Gordon; LINGENFELTER, Sherwood L. *Os Dení do Brasil ocidental: um estudo de organização sócio-política e desenvolvimento comunitário*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1983.

KROEMER, Gunter. *A caminho das malocas Zuruahá*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Cuxiuara: o Purus dos indígenas, ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do Médio Purus*. São Paulo: Loyola, 1985. (Missão Aberta,10).

_____. *Os Dení: contato e cultura Dení, uma perspectiva antropológica do manejo de recursos renováveis e de um projeto econômico*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

_____. *Kunahã made: o povo do veneno, sociedade e cultura do povo Zuruahá*. Belém: Mensageiro, 1994. (Coleção Antropologia).

LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. *Conferência sobre a exploração do Madre de Dios ao Acre, e do rio Ituxi*. Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia, 1888.

_____. Coronel Labre's explorations in the region between the Beni and the Madre de Dios Rivers and the Purus. *Proceedings of the Royal Geographical Society*, n.s., n.11, p.496-502. 1889.

_____. *Rio Purus: noticia*. São Luís: Typographia do Paiz, 1872.

LÁBREA. Disponível em: www.aamp.com.br/cid/labrea.htm. Acesso em: 15 out. 2000.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Relato resumido de uma viagem no interior da América Meridional, descendo o rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Pan-Americana, 1944.

LAZARIN, Marco Antônio. *A descida do Purus*. Brasília: UnB, 1981. (Dissertação de

Mestrado).

LORRAIN, Claire. *Making ancestors: the symbolism, economics and politics of gender among the Kulina of southwest Amazonia (Brazil)*. Cambridge: University of Cambridge, 1994. (Ph.D. Thesis)

MADEIREIRAS do Amazonas burlam a lei. *Gazeta do Povo*, 24 de julho de 1999. Disponível em: (www.gazetadopovo.com.br/jornal/brasil/24jul99sab/madeiraira.html). Acesso em: 30 dez. 2000.

MAHER, Tereza Machado (Org.). *Asãgire*. Rio Branco: CPI-AC, 1993.

MARCOY, Paul. *Voyage à travers l'Amérique du sud de l'océan pacifique à l'océan Atlantique*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1869. 2v.

MATOS, João Henrique. Relatório do estado de decadência em que se acha o estado do Alto Amazonas em 1845. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.225, p.141-180, 1979.

MATTOS, João Wilkens de. [Barão de Maruíá]. *Roteiro da primeira viagem do vapor Monarcha, desde a cidade da Barra do Rio Negro, capital da Província do Amazonas, até a povoação de Nauta, na República do Peru*. Rio Negro [Amazonas]: Typ. de M. S. Ramos, 1854. 92p.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios da América do Sul: áreas etnográficas*. Brasília: UnB/DEX-DAN, 1992. (mimeo).

MELO, Raimundo Nonato M. de. *Projeto B. B. Lábrea: atualização de dados*. Lábrea: Câmara Municipal de Lábrea. 2000. v.2. (mimeo).

MÉTRAUX, Alfred. Tribes of the Jurua-Purus Basins. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, 1948. v.3. p. 657-686.

MILLIKEN, William. *Levantamentos etnoecológicos em reservas indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia*. Brasília: PPTAL, 1998. (Segunda versão). (mimeo).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS OCIDENTAL. Rio Purus. Disponível em: www.transportes.gov.br/bit/rios/griopuru.htm. Acesso em: 30 dez. 2000.

MUNICIPIONLINE - O portal dos 5.507 municípios brasileiros: Lábrea – AM. Disponível em: www.municipionline.com.br/Application/ShowDBMunicipios.asp?CodMunicipio=2518. Acesso em: 30 dez. 2000.

NORONHA, José Monteiro de. 1862 *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província, escripto em Villa de Barcellos, no anno de 1768*. Pará: Typ. Santos & Irmãos, 1862.

ODMARK, Mary Ann. Dois conetivos contrastantes da língua Paumarí. *Linguística*, n.7,

p.111-115, 1977.

_____. A sobreposição e outras técnicas de repetição em Paumarí. *Linguística*, v,1, n.9, 105-127, 1987.

ODMARK, Mary-Anne; LANDIN, Rachel M. On Paumarí social organization." In:MERRIFIELD, William R. (Ed.) *South American kinship: eight kinship systems from Brazil and Colombia*. Dallas: International Museum of Cultures, 1985. (International Museum of Cultures Publication, 18). p. 93-111.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA. *Relatório da campanha para a mobilização do povo Paumarí para atividades de vigilância de suas terras*. Cuiabá: OPAN, 2000.

PAMOARI athini hida: histórias na língua Paumarí - *livro de leitura*, 3. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1993.

PAUMARI, Asi. *Ihai kapapirani*: manual de saúde. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1991.

PAUMARI, Dosohani. *Histórias de Dosohani*: livro de leitura Paumarí, 5. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1993.

_____. *Isai kaimoni hida papira binakiokioki kaimoni*: livro de colorir para crianças Paumari. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1996.

PAUMARI, Manuel. *Pamoari athini hidi*: histórias na língua Paumarí - livro de leitura, 1. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1993.

PAYNE, David. Classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. v.3. p.355-499.

PICKERING, Wilbur N. *Apurinã grammar*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1971. (Arquivo Lingüístico, 8).

_____. Interrogativos Apurinã. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, n.2, p.99-117, 1977.

_____. Negação Apurinã. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, n.3, p.233-261, 1978.

_____. Relativação em Apurinã. *Linguística*, n.7, p.127-140, 1977.

PISCOLI, G.C. *Sociedades tribais e expansão da economia da borracha na área do Juruá-Purus*. São Paulo: PUC-SP, 1993. (Tese de Doutorado).

POHL, Luciene. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação das áreas de acréscimo da Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã*. Brasília: FUNAI, 1998.

POLAK, J.E.R. *A grammar and a vocabulary of the Ipurina Language*. London: Harrison & Sons, 1894.

POLLOCK, Donald. *Personhood and Illness among the Culina of Western Brazil*. New York: University of Rochester, 1985. (Ph.D. Thesis).

PRANCE, Ghillian T. The poisons and narcotics of the Dení, Paumari, Jamamadí and Jarawara indians of the Purus River region. *Revista Brasileira de Botânica*, v.1, p.71-82, 1978.

PRANCE, Ghillian T.; CAMPBELL, David G.; NELSON, Bruce W. The Ethnobotany of the Paumari Indians. *Economic Botany*, v.31, n.2, p.129-139, 1977.

PRELAZIA DE LÁBREA. Et al. *Programa para os povos indígenas do médio Rio Purus*. Lábrea: [s.n.], 1996.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. *Os Jamamadí e as armadilhas do tempo histórico*. São Paulo: PUC, 1994. (Tese de Doutorado).

RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). Apresentação: a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos indígenas no Brasil: 1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

_____. *Povos indígenas no Brasil: 1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

RIVET, Paul; TASTEVIN, Constant. Les langues arawak du Purús et du Juruá (groupe arauá). *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n.s., v.30, p.71-114; p.235-288, 1938.

_____. Les langues du Purús, du Juruá et des régions limitrophes: 1. Le groupe arawak pré-andin. *Anthropos*, v.14/15, p.857-890, 1919-1920; v.16/17, p.298-325, p.819-828, 1921-1922; v.18/19, p.104-113., 1923-1924.

_____. Les tribus indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes. *La Géographie*, v.35, p.449-482, 1921.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SALGADO, Serafim da Silva. *Relatório sobre a exploração do rio Purus*. Rio de Janeiro: Ministério de Agricultura, 1853. (*Anexo do relatório da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, de 1o de outubro de 1853*).

_____. Roteiro resumido da viagem pelo assignado feita desta capital até onde é navegável o rio Purús (1852). *Archivo do Amazonas*, Manaus, v.2, n.7, p.77-80, 1907. [1852].

SALZER, Meinke. *Curso bilíngue português/Paumari: manuais 1-5*. 5ed. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

_____. *Curso de transição português/Paumari: manual 1 e 2*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996. [1993].

SALZER, Meinke; CHAPMAN, Shirley. *Dicionário bilíngüe nas línguas Paumari e portuguesa*. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1998. Disponível em:



www.sil.org/americas/brasil/dictgram/PortPMDC.htm.

_____. *Vamos ler*: cartilha de transição para os falantes da língua Paumará. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

SALZER, Meinke; CHAPMAN, Shirley; SENN, Beatrice. *Pamoari athini kapapirani*: cartilha 1 na língua Paumará. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística. 1996.

_____. *Pamoari athini kapapirani*: cartilha 2 na língua Paumará. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de São Joze do Rio Negro fez o Ouvidor e, Indentente Geral da mesma no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

SCHRÖDER, Peter. *Levantamento etnoecológico*: Complexo Médio Purus II - Relatório de viagem sobre os trabalhos realizados em campo: área antropológica. Fortaleza: [s.n.], 2000. (mimeo).

SENN, Beatrice. *Aka'ojano'ihan akasivanahana kaba'i*: vamos aprender brincando – atividades de pré-alfabetização na língua Paumará. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1995.

_____. *Aka'ojano'ihan akasivanahana kaba'i*: vamos aprender brincando - atividades de pré-alfabetização na língua Paumará - livro 2. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1995.

_____. *Akajo'ava hida jirini*: vamos experimentar escrevendo - atividades pré-escrita na língua Paumará. 2.ed. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1995.

_____. *Ajirha'ava*: livro de exercícios na língua Paumará, 1-3. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996.

_____. *Jirini sa'aia*: livro de caligrafia na língua Paumará, 1-3. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1996. [1992].

SERVIÇO BRASILEIRO DE JUSTIÇA E PAZ. *Indigenous Issues*: conflicts in 1995. Disponível em: <http://oneworld.org/sejup/195.htm>.

STEEER, Joseph Beal. Narrative of a visit to indian Tribes of the Purus River, Brazil. In: *Annual Report of the Smithsonian Institution*. Washington: Smithsonian Institution, 1903. p. 359-393.

_____. Tribos do Purus. *Sociologia*, n.9, p.64-78; p.212-222, 1949.

SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS. *Jarawara – 1995*. Disponível em: <http://gamma.sil.org/americas/brasil/langpage/EnglJAPg.htm>.

_____. Paumará. Porto Velho: Sociedade Internacional de Lingüística, 1999. Disponível em: <http://gamma.sil.org/americas/brasil/langpage/EnglPMPG.htm>

TEIXEIRA, Raquel F. A. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da.; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995. p.291-311.

TOWNSLEY, G. Yaminahua. In: SANTOS-GRANERO, Fernando; BARCLAY, Frederica (Eds.). *Guía etnográfica de la Alta Amazonía*. Quito: FLACSO, 1994. v.2. p.241-358.

VALLE, Claudia Netto do. *Ponpukare ou nós mesmos*. Campinas: UNICAMP, 1986. (Dissertação de Mestrado).

VOGEL, Alan Robert. *Gender and gender agreement in Jarauara (Arauan)*. Arlington: University of Texas at Arlington, 1989. (M.A. Thesis).

WALLIS, Gustav. Die Paumarys. *Das Ausland*, Stuttgart und München, v.59, p.261-266. 1886.



Siglas

CIMI	Conselho Indigenista Missionário
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GTZ	Gesellschaft für technische Zusammenarbeit
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
ISA	Instituto Socioambiental
JOCUM	Jovens com uma Missão
KFW	Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento)
MIRAD	Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (extinto)
MN/UFRJ	Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ONG	Organização(ões) não governamental(ais)
OPAN	Operação Amazônia Nativa
OPIMP	Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PIN	Posto Indígena
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
SIL	Summer Institute of Linguistics (no Brasil: Sociedade Internacional de Lingüística)
SPI	Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)
TI	Terra(s) Indígena(s)